



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO EM HISTÓRIA**

Campus I - Prédio B3, sala 112 - Bairro São José - Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS  
Fone(54) 316 8339 - Fax (54) 316 8125 - E-mail: pghis@upf.tche.br

---

Denise Zago

**A Campanha de Nacionalização em Videira:  
“um tempo para ser esquecido”**

Passo Fundo, Novembro de 2007

Denise Zago

**A Campanha de Nacionalização em Videira:  
“um tempo para ser esquecido”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo

2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação- (CIP)

Z18 Zago, Denise.

A Campanha de Nacionalização em Videira: “um tempo para ser esquecido”/ Denise Zago. – 2007.

152 f. : Il. Color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em história)-Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2007.

Bibliografia: f.[133]-138

1. Estado Novo – Videira, SC. 2. Nacionalização – Videira, SC. 3. Germanidade. 4. Repressão. I. Universidade de Passo Fundo.

CDD 981.64

“Gosto da palavra crer. Em geral, quando alguém diz ‘sei,’ não sabe, mas crê”.

Marcel Duchamp

## RESUMO

Este estudo sobre a Campanha de Nacionalização do governo de Getúlio Vargas tem como cenário o atual município de Videira, no Meio Oeste catarinense. Partindo da sua formação territorial e concomitante ocupação, analisa-se o surgimento das comunidades germânicas na região de Videira no início do século XX. Os imigrantes de origem alemã - e da mesma forma os de origem italiana – ao se estabelecerem ergueram escolas e igrejas, criaram sociedades e definiram normas de convivência que, aliadas ao isolamento em que viviam, levaram à manutenção da identidade cultural da pátria mãe. Durante o Estado Novo, quando o governo se dá conta que a germanidade mantida nestes núcleos existentes no sul do país, conflitava com a idéia de nacionalidade brasileira, dá início à Campanha de Nacionalização. Neste contexto, a população de Videira sente os reflexos da aplicação das leis nacionalizadoras que proibiam o uso do idioma, livros e símbolos estrangeiros. Escolas, igrejas e associações foram fechadas temporariamente e em alguns casos definitivamente. Nos espaços políticos e sociais de articulação entre o local e o nacional destacam-se como agentes da nacionalização, o Coronel Gasparino Zorzi, Don Daniel Hostin, bispo de Lages e o interventor federal nos estado de Santa Catarina, Nereu Ramos. Durante o processo de nacionalização e também nos anos posteriores, as ações dos representantes do governo a nível estadual, Nereu Ramos e a nível federal, Getúlio Vargas, repercutiram de forma contraditória no imaginário da população local, enquanto Getúlio Vargas era e ainda é visto como carismático, determinado e um governante com pulso firme, Nereu Ramos é descrito como sério, sisudo e antipático, como que atribuindo a responsabilidade da repressão aos estrangeiros somente ao interventor.

Palavras-chave: Estado Novo, nacionalização, germanidade, repressão.

## ABSTRACT

This study about Getúlio Vargas' Nationalization campaign took place in Videira, the Midwest of Santa Catarina state. It was analysed how happened the German communities' territorial formation and its occupation in Videira region in the earlier the 20<sup>th</sup> century. The German immigrants, as well the Italian immigrants, when arrived in this region built schools and churches, created societies and defined how to live side by side with established rules, thus keeping the cultural identity from their nation. During this period, the German communities' rules in the south Brazil opposed to the Brazilian Nationality, for this reason the head of the country government started a Nationalization Campaign. In this context, the Nationalization laws were applied to the population specially from Videira city, it was forbidden the language, books and foreign signs to people's use. Schools, churches and association were closed for a long time or for good. The local and national political leader that stood out in the nationalization movement were a colonel Gasparino Zorzi, the bishop from Lages city Don Daniel Hostin and the federal Interventor in Santa Catarina state Nereu Ramos. During the nationalization process and in the following years the government leaders' actions from the state, Nereu Ramos and from the federal government, Getúlio Vargas were accepted in a contradictory way by the local people. Getúlio Vargas was seen as a charismatic, determined and a firm political leader on the other hand, Nereu Ramos was described as a serious, cautious and disagreeable leader. The responsibility to the foreign immigrants' repression was given only to this last political leader.

Key words: New State, nacionalization, from German people, repression.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Questão de “Misiones” ou “Palmas” e “O Contestado” .....	23
Figura 2 : Região Guerra do Contestado .....	27
Figura 3: Monge João Maria Agostinho.....	29
Figura 4: Vista principal de Perdizes em 1928.....	34
Figura 5: Mapa Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.....	35
Figura 6: Trecho do Rio do Peixe.....	38
Figura 7: Foto da Ponte 1934.....	39
Figura 8: Localização do Município de Videira.....	41
Figura 9: Mapa Colônia XV.....	45
Figura 10: Capela Evangélica.....	57
Figura 11: Dia 7 de Setembro.....	92
Figura 12: Programação Semana do Soldado.....	96
Figura 13: Salvo-Conduto.....	98
Figura 14: Campanha Nacional da Borracha .....	111

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Co.	Company
D.	Dom
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
Dr.	Doutor
IELB	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
LEC	Liga Eleitoral Católica
N.A.S.D.A.P., N.S.D.A.P.	Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.
OASE	Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas
PR	Paraná
R.P.	Reverendíssimo Padre
Snr., Sr.	Senhor



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 VIDEIRA: DOS ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO À OCUPAÇÃO DO OESTE CATARINENSE .....</b>	<b>15</b>
1.1 Índios, jesuítas, bandeirantes e tropeiros.....	15
1.2 A questão de Palmas.....	19
1.3 A questão do Contestado: uma questão de limites entre Santa Catarina e Paraná.....	21
1.4 A guerra do contestado: um conflito entre “pelados” e “peludos” .....	25
1.5 Videira: do seu início ao desmembramento territorial.....	32
<b>2 A PRESENÇA GERMÂNICA EM VIDEIRA.....</b>	<b>42</b>
2.1 Comunidades germânicas.....	43
2.1.1 Vitória .....	43
2.1.2 Anta Gorda.....	48
2.1.3 Linha Alemão – Iomerê.....	50
2.1.4 Marechal Hindenburg – Dez de Novembro – Fraiburgo.....	51
2.1.5 Perdizes.....	52
2.2 Religião.....	53
2.3 Educação.....	60
<b>3 NACIONALISMO E NACIONALIZALIZAÇÃO EM VIDEIRA.....</b>	<b>65</b>
3.1 O Nacionalismo brasileiro e a Campanha de Nacionalização.....	68
3.2 A Nacionalização em Videira.....	85
3.2.1 Revolução de 1930.....	86
3.2.2 Revolução constitucionalista de 1932.....	86
3.2.3 A nacionalização em Videira.....	87
3.3 Getúlio Vargas e Nereu Ramos no imaginário da população.....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>143</b>

## INTRODUÇÃO

Videira é um município formado a partir das Vilas de Perdizes e Vitória e está localizado no Meio Oeste de Santa Catarina. Sua colonização tem início nas primeiras décadas do século XX com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e principalmente, com o fim do Conflito do Contestado quando as Companhias Colonizadoras promoverão a “limpeza” da região, afastando os caboclos e posseiros e fazendo o loteamento da área.

Colonizado basicamente por descendentes de italianos e alemães provenientes, em sua maioria, das “Velhas Colônias” do Rio Grande do Sul, do vale do Itajaí e do litoral de Santa Catarina, tem sua economia baseada na vitivinicultura e, principalmente, na agroindústria.

Embora, no início a agricultura e a pecuária fossem fundamentalmente de subsistência, começam, aos poucos, tomar forma comercial e manufatureira com a instalação, nas Vilas de Perdizes e Vitória, de pequenas fábricas e casas comerciais que forneciam aos moradores gêneros diversos provenientes de outras regiões e se encarregavam de comercializar o excedente da produção local.

A partir da construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul e da intensificação da propaganda feita pelas Companhias Colonizadoras no Rio Grande do Sul para a venda de lotes de terras na região e conseqüente vinda de imigrantes, as localidades de Perdizes e Vitória tiveram um significativo crescimento.

Desta forma, aos poucos, os imigrantes foram organizando um comércio, que embora insipiente e basicamente de subsistência, atendia às necessidades da população local, por outro lado mantiveram grande parte da cultura do seu país de origem em especial o idioma.

A vila de Perdizes, à margem esquerda do Rio do Peixe, beneficiada pela presença da estação ferroviária, teve colonização essencialmente italiana e desenvolveu atividades ligadas à agricultura, à pecuária, à vitivinicultura e casas comerciais. À margem direita do rio estava Vitória que se destacou por sua colonização alemã. Seguindo o modelo de desenvolvimento econômico característico das regiões de origem, os alemães vão se dedicar à agricultura, à pecuária e às atividades industriais devido a presença de colonizadores com conhecimento e experiência em atividades como engenharia, processamento de matérias-primas agroindustriais e madeiras além de estabelecimentos comerciais.

As Vilas de Perdizes e Vitória não tiveram integração político-administrativa até 1944, data da emancipação das mesmas do município de Caçador e de Cruzeiro (Joaçaba) quando passam a formar o município de Videira.

No contexto da luta pela emancipação político-administrativa, os colonizadores italianos e alemães, ao mesmo tempo que se uniram em prol da criação do novo município também tinham divergências sócio-culturais e sentiram os reflexos da política nacionalista do governo de Getúlio Vargas que foi mais intensa com os alemães e seus descendentes.

O projeto de nacionalização varguista, sustentado por uma ideologia política de cunho centralizador, vai atingir direta e principalmente o núcleo de alemães radicado na região de Videira.

Neste contexto a temática da nacionalização, enquadrando-se na área da História Regional e também pela pequena quantidade de produções historiográficas sobre o assunto a nível local, possibilitou a interrogativa sobre como a nacionalização do governo Vargas afetou a vida dos descendentes de europeus que se instalaram na região de Videira.

A Campanha de Nacionalização aconteceu em um período de instabilidade internacional no pós Primeira Guerra Mundial com a instalação de regimes totalitários na Europa, principalmente na Itália e Alemanha, os quais priorizavam o nacionalismo e a supremacia do Estado aos interesses individuais. Os reflexos da Campanha de Nacionalização foram marcantes na região de Videira, onde a colonização foi basicamente de descendentes de italianos e alemães, e hoje praticamente caíram no esquecimento dos que viveram neste período e sofreram as ações dos representantes do governo, impedindo às novas gerações o conhecimento desta parte da história, o que tornou premente este estudo que viabiliza este tema para que a memória não caia no esquecimento.

O nacionalismo normalmente é visto como movimento essencialmente europeu, dá a impressão de algo que não se presenciou no Brasil, até porque o ensino formal não aborda ou trata superficialmente do assunto, porém é um fato representativo na construção do Brasil do século XX, principalmente no Sul. Diante disso, a pesquisa e o levantamento de informações sobre como as medidas da Campanha de Nacionalização foram aplicadas e suas repercussões locais e regionais são fundamentais para preencher esta lacuna na historiografia regional.

O estudo da História Regional possibilita trabalhar com um número significativo de elementos e de relações, ao mesmo tempo que facilita a identificação dos aspectos econômicos, sociais, culturais e, neste caso, os político-ideológicos que caracterizam uma região.

Entender as questões locais tendo como pano de fundo o contexto nacional é uma forma de defesa da identidade regional, e assim, compreender a Campanha de Nacionalização no âmbito da região de Videira é de significativa relevância, uma vez que possibilitará uma noção das relações de poder, principalmente a política, existentes no início da colonização

pois como afirma Bourdieu “O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de se fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade”.<sup>1</sup>

O estudo da História Regional, sempre entendida como integrante de uma totalidade, permite constatar a organização do espaço e da sociedade valorizando-os por estarem inseridos num meio mais próximo e dando relevância às especificidades do local estudado, assim como, é importante para a compreensão das relações estabelecidas na formação e estruturação da sociedade local.

Outro aspecto a se ressaltar é o registro de informações, uma vez que é dada ênfase ao papel socioeconômico do migrante italiano e alemão, porém a questão política e repressão sofrida no período de 1930 a 1945 é praticamente relegada ao esquecimento.

Por fim, historicizar sobre o nacionalismo no governo Vargas nos permite deixar registros para que as futuras gerações possam visibilizar as diferenças e os contrastes na estruturação social, política e ideológica de Videira e região.

Para estudar o tema Campanha de Nacionalização na região de Videira foram utilizados como instrumentos a documentação existente nos arquivos do Museu Mário de Pellegrin, arquivo Histórico de Florianópolis, arquivos da Paróquia de São Luiz Gonzaga de Iomerê, do Seminário São Camilo de Iomerê, arquivos da Paróquia Imaculada Conceição de Videira, arquivos da IECLB – Videira, acervo do Seminário São Camilo – Vila Pompéia –SP, arquivos da Cúria Diocesana de Lages, depoimentos orais, material icnográfico e pesquisa bibliográfica.

Sobre a importância do uso do documento na pesquisa, Le Goff afirma que os mesmos se constituem em provas, testemunhos e instrumentos para a constituição da história. E ainda, “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se com palavras, signos. Paisagens, telhas, enfim, com tudo o que exprime o homem, demonstra sua presença, atividades, gostos e maneiras de ser.”<sup>2</sup>

A história oral vem sanar as lacunas deixadas pelos documentos escritos e mostrar o cotidiano do povo, seu existir e seu fazer, e também não se pode esquecer do que afirma Guizzo, “cada vez que o tempo passa e uma pessoa idosa se vai, é uma informação a menos a

---

<sup>1</sup> BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989, p.17.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1994, p.540.

se registrar. E nesse tempo vamos matando a nossa própria história, esquecendo-nos de nossa origem e destruindo nosso maior patrimônio: o conhecimento”<sup>3</sup>.

A abordagem das entrevistas orais seguiram algumas variáveis buscando um enquadramento religioso, social, cultural e local de habitação, aqui diferenciado em urbano e rural. E também como afirma Tedesco<sup>4</sup>,

...não deixamos de lado a tentativa de idosos de tentar reconstituir, ainda que fragmentada e localizada em pontos de referência considerados por eles de maior importância, a história pessoal – uma incipiente história de vida - buscando perceber as memórias pessoais, que “mais livremente” os idosos tinham vontade de expressar.

Houve o cuidado de confrontar informações entre entrevistados e com documentos, pois se sabe que

o recordar/revisar implica muitas vezes a ampliação, a interpretação a partir de referências subsequentes, de âmbitos instrumentais e presentistas. (...) Conforme as gerações se distanciam, repositórios de lembranças se associam a seus sucessores segmentos de tempos vão se conectando com lembranças mais antigas.<sup>5</sup>

Sabe-se que informações são filtradas e valores são reestruturados com o passar do tempo, por isso decodificar as experiências vividas significa buscar as representações que o indivíduo faz das relações de poder e da consciência afetiva e moral, com a sociedade local.

Portanto, partindo-se do princípio que memória é “um ato de representação do real que se dá através de imagens mentais, pois o passado enquanto tal não volta, ele retorna na lembrança,”<sup>6</sup> é que procuramos reconstituir elementos que interferem no imaginário individual e coletivo e que os documentos não oferecem.

O acervo icnográfico existente no Museu Mário de Pellegrin e com o levantamento de dados por meio das pessoas entrevistadas, possibilitará através da visualização de cenas do passado, um inventário de informações acerca do tema estudado, facilitando a compreensão e reconstituição deste período da história regional.

Por fim, buscar-se-á sistematizar e compreender a influência da Campanha de Nacionalização na região de Videira, através do referencial bibliográfico existente a nível

<sup>3</sup> GUIZZO. Idemar. In: FERREIRA, Fernando Luis Vieira. **Azambuja e Urussanga**. Orleans: Gráfica do Lelo Ltda, 2001.

<sup>4</sup> TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da Memória: Temporalidade, Experiência e Narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004. p. 228.

<sup>5</sup> Idem, p. 229.

<sup>6</sup> TEDESCO, João Carlos. (org). **Usos de Memórias: Política, Educação e Identidade**. Passo Fundo. UPF. 2002. p. 23.

estadual e nacional, uma vez que as produções existentes, em um contexto mais próximo, são escassas.

O texto está organizado em 3 capítulos, sendo que o primeiro trata da ocupação da região Oeste de Santa Catarina. Por meio de pesquisa bibliográfica busca-se o entendimento da caracterização étnica, política, econômica e social da região. Também são abordadas as disputas de terras em questões diplomáticas entre Brasil e Argentina, de força política entre Santa Catarina e Paraná e por fins sociais e econômicos com a atuação da empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e Companhias Colonizadoras, o que resultou no conflito do Contestado e colonização pelo elemento imigrante.

No segundo capítulo, utilizando-se produções sobre a história do local, pesquisa bibliográfica, documentos e entrevistas orais é feita uma abordagem sobre a presença do imigrante alemão e/ou seus descendentes em Videira em sua estruturação comunitária, suas atividades econômicas, esportivas, sociais, religiosas e educacionais, buscando situar a temática do âmbito local para o geral.

Já no terceiro capítulo, embasado em pesquisa bibliográfica e em entrevistas orais é feita uma discussão sobre o nacionalismo seus significados e sua construção no Brasil. Trata-se do nacionalismo como ideologia unificadora e como meio de construção de uma identidade nacional. No Brasil, o interesse pela construção do sentimento de pertencer a uma nação advém do século XIX e passa pela adoção de elementos simbólicos que visam atrair a população para os ideais nacionais. Porém, é no governo de Getúlio Vargas, com sua campanha de nacionalização que a idéia de formação de uma identidade nacional alcança maior relevância. Baseando-se na criação de órgão de repressão e em uma campanha intensa propaganda, o governo Vargas tenta criar uma “memória identitária” que tem seu entrave principalmente nos núcleos de imigrantes no Sul do Brasil. A questão do nacionalismo brasileiro aparece aqui como uma tentativa de criar uma “idéia de brasilidade” que, embora não mais pautada nos moldes do período varguista, se estende até o século atual.

Neste capítulo faz-se uma discussão da ação do governo Vargas, a nível nacional e do governo de Nereu Ramos, a nível estadual, nas comunidades germânicas de Videira, sem excluir o descendente de imigrante italiano. Procura-se entender a nacionalização nos seus aspectos políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, bem como seus efeitos na comunidade local e ainda como as ações de Nereu Ramos e Getúlio Vargas repercutem no imaginário da população de Videira.

Durante a elaboração deste trabalho surgiram algumas dificuldades na coleta do material de pesquisa. Várias pessoas, quando procuradas para entrevista, recusaram-se a falar

sobre o período ou sobre os acontecimentos relacionados à Campanha de Nacionalização. Outros se negaram a comentar qualquer fato relacionado a questões políticas locais. E ainda, não foram encontrados registros das ações policiais envolvendo o período estudado, sendo que os poucos documentos oficiais utilizados foram encontrados nos arquivos da Cúria Diocesana de Lages, das Paróquias Imaculada Conceição de Videira e São Luiz Gonzaga de Iomerê e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, de Videira.

# 1 VIDEIRA: DOS ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO À OCUPAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

## 1.1 Índios, Jesuítas, Bandeirantes e Tropeiros

Desde a chegada dos portugueses em 1500, a conquista e ocupação do Brasil deu-se a partir do litoral, ficando o interior do território, incluindo a maior parte da região Sul do Brasil, praticamente despovoado durante os três primeiros séculos.

Grandes extensões de terras do Sul, principalmente áreas recobertas por matas e habitadas por indígenas, só serão ocupadas a partir do século XIX como afirma José Arbex Junior

Essa falta de interesse dos portugueses em relação à Região Sul é explicada por várias razões entre as quais: distância do Sul até as áreas onde se desenvolviam as atividades econômicas mais importantes (...); e seu clima subtropical, que não atraía a formação da típica exploração agrícola das áreas tropicais, as *plantations*<sup>7</sup>.

O alargamento do território brasileiro e, conseqüentemente o catarinense, foi resultado da atuação dos padres jesuítas, dos bandeirantes paulistas e dos tropeiros.

É necessário discutir a presença dos jesuítas, tanto nas Missões de Guairá quanto dos Sete Povos das Missões para que se possa entender a penetração nos Campos de Palmas e de Guarapuava. A fundação de missões ou reduções jesuítas no Sul da América do Sul deu-se a princípio em território espanhol, com o objetivo de catequizar os milhares de indígenas que viviam pela vasta região, de introduzir atividades econômicas além da cultura européia, pois os padres jesuítas procuravam impedir a escravização dos povos indígenas catequizados, isso dificultava a exploração e o povoamento do sul da colônia portuguesa. Porém a resistência dos missionários jesuítas não foi suficiente para a proteção dos indígenas quando os ataques das expedições bandeirantes se intensificaram.

Um exemplo é o caso das missões jesuíticas da região do Guairá, que sofreram constantes avanços de expedições bandeirantes, responsáveis pela escravização e morte de milhares de indígenas ali reunidos, durante os séculos XVI e XVII; mais tarde, foram as reduções em território do Rio Grande do Sul - os Sete Povos das Missões -, no Paraguai e na Argentina que se tornaram alvos dos bandeirantes.

A passagem dos bandeirantes em terras do interior catarinense deveu-se às incursões em busca de mão-de-obra escrava indígena, para atender a demanda no Nordeste açucareiro e,



posteriormente, para trabalhar na exploração do ouro e pedras preciosas na região das “minas gerais”. Era dada preferência aos indígenas reunidos nas reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões, para serem vendidos como escravos.

A situação dos indígenas aldeados era crítica. Ou se tornavam escravos ou a sobrevivência era incerta.

As reduções jesuíticas implantadas pelos jesuítas –na região do Guairá- foram destruídas pelos bandeirantes, que visavam obter mão-de-obra escrava para trabalhos na agricultura e mineração. Os indígenas que escaparam aos bandeirantes foram levados pelos jesuítas para o Rio Grande do Sul. No oeste gaúcho, os jesuítas fundaram os Sete Povos das Missões. Mas os bandeirantes não tardaram a atacar essa área; não contentes com as mortes e destruição que causam, eles soltaram o gado que os indígenas criavam, que acabou se dispersando pelos campos do Sul.<sup>8</sup>

Quanto à presença indígena em território catarinense mais especificamente no Oeste, o indigenista Wilmar D'Angelis<sup>9</sup> identifica uma distribuição baseada no mapa da vegetação original do estado: a área de mata subtropical, ao longo dos rios e excetuando as bordas de campo, como de ocupação Guarani; a mata de Araucária e seus campos intermediários, de ocupação Kaingang; os Campos de Lages, Curitibanos, Caçador e a mata de Araucária a leste deles, de ocupação Xokleng. Já a área intermediária entre a mata de Araucária e os campos, próximos aos campos Novos e Rio do Peixe, apareceriam como um “limite indefinido” de ocupação dos Kaingang e Xokleng.

Os Kaingang, do tronco Jê, procedentes da Bacia do Prata chegaram ao Oeste catarinense subindo os rios. Dominavam os campos de Palmas e Guarapuava (ao norte do Uruguai e oeste do Rio do Peixe). Eram semi-nômades, viviam dispersos em pequenos grupos, conheciam pouco a agricultura, vivendo da coleta do pinhão, de frutos, raízes e mel, da caça e da pesca. Sua língua era praticamente desconhecida, enquanto a tupi-guarani era conhecida dos bandeirantes e jesuítas.

Os Xokleng, também do tronco Jê, eram nômades, habitantes típicos das matas que ficavam entre o litoral e o planalto. Dominavam áreas dos extensos pinheirais a leste do Rio do Peixe; foram os que mais resistiram a aproximação dos brancos. Sua subsistência baseava-se na caça, pesca e na coleta, principalmente do pinhão.

<sup>7</sup> ARBEX Junior, José, OLIC, Nelson Bacic. **A Hora do Sul**. São Paulo: Moderna, 1995, p.18.

<sup>8</sup> Idem, p.19.

<sup>9</sup> D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Para Uma História dos Índios do Oeste Catarinense**. In: Centros de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste. Para Uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995, p. 144-146.

Em relação à presença dos índios e à ação dos bandeirantes no oeste de Santa Catarina, José Carlos Radin descreve

O território catarinense também foi percorrido pelos bandeirantes apresadores de índios, a partir do século XVII. Esta região era habitada pelos Kaingang e Xokleng. Os índios Kaingang ocupavam, em especial, os campos abertos, ao passo que os Xokleng habitavam as matas. Esses indígenas eram muito arredios e permaneceram, num primeiro momento, afastados da presença dos conquistadores.<sup>10</sup>

No início os índios do oeste catarinense, não foram alvo dos ataques bandeirantes, uma vez que para estes últimos, os Kaingang e os Xokleng não tinham o mesmo “valor” dos Guaranis. Como enfatiza Wilmar D’Angelis

Cabe esclarecer que os bandeirantes não molestavam os Kaingang e Xokleng porque não representariam escravos de “valor” ante os valorizados Guaranis. Deve-se isso ao fato de que os Jê não eram de língua conhecida (enquanto os próprios bandeirantes falavam o tupi, da mesma família lingüística que o Guaranis) e ao fato de que não eram, como os Guaranis, tradicionais agricultores de hábitos sedentários.<sup>11</sup>

O papel do tropeirismo foi de fundamental importância para garantir a ocupação do espaço meridional do Brasil e sua conseqüente incorporação ao território português. Servindo tanto de fator de unidade como de desenvolvimento nacional, surgiu a partir do final do século XVII e início do século XVIII quando a procura pelo gado bovino, muar e cavalar se tornou mais acentuada. Os animais que eram utilizados para atender às necessidades de tração e de alimentação na região do Nordeste açucareiro e, principalmente, na região das “minas gerais” provinham das coxilhas sul-riograndenses, porém, era preciso tanger o gado apesado, as chamadas tropas, até São Paulo, onde eram realizadas as feiras em que comercializavam o gado para as respectivas regiões.

Os caminhos para conduzir o gado eram escassos e a topografia da região dificultava o transporte do gado. Neste aspecto o gado muar serviu de “veículo ligador e condutor” pela sua facilidade de vencer as escarpas, falta de pontes e de passagens mais cômodas. Assim, “o gado que era criado de forma extensiva e sem dono, era reunido pelos tropeiros e conduzido, no início, pelo litoral até Laguna. E a partir daí seguiam de barco para São Vicente, ou então charqueavam e enviavam os fardos de carne seca.”<sup>12</sup>

<sup>10</sup> RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: 1996, p.17.

<sup>11</sup> D’ ANGELIS, W R. Op cit, p. 149.

<sup>12</sup> ABATI, Iolanda Canal. **Videira: Italianos, Terra e Uva**. Joaçaba: UNOESC, 2001. p. 7. (mono).

Com a abertura de um caminho terrestre, o chamado “caminho do Sul” em 1728, sob o comando de Francisco de Souza e Faria abriu-se uma picada que subia o Rio Araranguá, chegando aos campos de Lages seguindo daí para Curitiba e São Paulo.

Por esse novo caminho, o gado aprisionado no Rio Grande passou a seguir diretamente para São Paulo. Isto permitiu que fosse intensificado o novo comércio, pois seguindo viagem por terra, os paulistas diminuía os custos do frete marítimo e evitavam intermediários, obtendo melhores preços nas feiras que passaram a ser feitas na cidade de Sorocaba, em São Paulo.<sup>13</sup>

Sem dúvida, era um longo caminho e um número significativo de tropeiros e estancieiros foram se estabelecendo ao longo da trilha estabelecida pelas tropas, dando origem a pousadas e internadas, locais onde os tropeiros passavam um determinado tempo para que as tropas pudessem se recompor. Esses locais se transformaram em vilas, dando início ao povoamento mais efetivo, como por exemplo, a fundação da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, Curitiba, Campos Novos e outros.

Sobre os caminhos percorridos pelos tropeiros, que podiam ser por Viamão – Sorocaba ou pela chamada Estrada da Mata, Ehlke escreve

Trata-se propriamente da Estrada de Palmas ao Rio Grande do Sul, usada indistintamente por tropeiros e fazendeiros dos Campos Gerais do Paraná, quanto por sorocabanos, riograndenses e curitibanos. De Ponta Grossa, Jaguairaiuva ou Castro, ia-se até Guarapuava e desta a Palmas, de onde, a partir de 1845, deu-se a abertura de uma picada para o Rio Grande do Sul.<sup>14</sup>

O tropeirismo destinado ao comércio de tropas, característico do Sul do Brasil, deixou fortes marcas na cultura das regiões envolvidas, exercendo desta forma, uma função social unificadora e embora tenha começado a diminuir lentamente a partir de 1920, continuou de forma isolada.

A atividade pecuária deu início ao processo de povoamento do sul do Brasil, pois como afirma Ehlke, “no Sul do Brasil o gado haveria de atrair o homem”<sup>15</sup> e, ainda, revelou-se uma importante alternativa econômica, porém contrapondo-se à política econômica do período que era voltada ao mercado interno.

Assim, com o surgimento das pousadas e das vilas, teve início a ocupação do planalto e, com o tempo, do oeste de Santa Catarina.

<sup>13</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardeli, 1974, p. 53.

<sup>14</sup> EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense: Bandeirantes e tropeiros do “Sertão de Curitiba”**. Florianópolis: Laudes, 1973. p.177.

<sup>15</sup> Idem .p. 122.

Conforme José Carlos Radin<sup>16</sup> a ação dos bandeirantes e tropeiros, no início, e mais tarde pelos migrantes na conquista do Oeste catarinense, tiveram em comum o fato de não respeitarem os habitantes primitivos.

Para um melhor entendimento da ocupação do Oeste de Santa Catarina e, em seguida, do seu processo de colonização, é imprescindível a compreensão das disputas pelo território bem como do contexto sócio-político-econômico da região.

## 1.2 A Questão de Palmas

As disputas territoriais do Brasil, no século XIX, com seus vizinhos, exigiu dos governos brasileiro e argentino muito empenho e diplomacia. Contudo, não podemos esquecer que neste período as questões territoriais e de fronteiras estavam diretamente relacionadas à formação dos Estados-nação e que, do ponto de vista da Geopolítica,<sup>17</sup> a definição das mesmas representava a afirmação interna e externa desses Estados.

O período de construção dos Estados nacionais, no caso das Américas, só ocorreu ao longo século XIX e esteve diretamente relacionado à capacidade dos mesmos de soberanamente se auto-governarem e obter reconhecimento externo e a fixação das fronteiras.

A definição de fronteiras envolvia o reconhecimento e respeito das mesmas, numa época em que a terra era sinônimo de poder. Entendendo-se fronteira como sendo um fenômeno historicamente construído, não se pode esquecer as relações que a permeiam, a tornam móveis. Essas relações envolvem a convivência interna e com seus vizinhos. A ocupação da faixa de fronteira pode determinar tanto a paz quanto a beligerância.

Os limites por sua vez dão a idéia de rigidez, de ponto de partida para fronteira, tanto de lado quanto para o outro representando assim a força centrípeta.

O período de emancipação político administrativa dos países da América do Sul, deixou espaços para contestações territoriais posteriores, pois com a independência das colônias luso-hispânicas da América do Sul questões de fronteira ainda careciam de soluções, uma vez que os tratados coloniais de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777), eram questionados ora pela Argentina, ora pelo Brasil e até mesmo pelos índios aldeados em Missões Jesuíticas, que não foram levados em consideração por ocasião dos tratados.

---

<sup>16</sup> RADIN, J. C. op cit, p.22.

<sup>17</sup> Como afirma Heinsfeld no livro A Geopolítica de Rio Branco, “a Geopolítica pode ser entendida como a fundamentação geográfica das linhas de ações políticas, que englobam necessariamente a noção de espaço, o que torna essas ações dependentes do espaço físico, do território ou da região.” p.18.

São vários os casos que envolveram, por exemplo o Brasil, que durante o século XIX adotou uma postura ofensiva em relação a alguns de seus vizinhos na luta pela hegemonia na América do Sul.

A Questão de Palmas, chamada de Misiones na Argentina, foi uma disputa entre Brasil e Argentina por territórios dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná<sup>18</sup>. A Argentina, em 1881, alegava que seus limites a leste iam até onde estão os hoje denominados, rios Chapecó e Chopin, denominados por eles de Peperi-Guaçu e Santo Antônio e depois de 1888, passaram a reivindicar o território até a nascente dos Rios Chapecó e Jangada. O Brasil dizia que seus limites a oeste seriam os atuais rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio.

A área disputada era de um total de 30.621 km<sup>2</sup>, que os argentinos tinham como integrantes da Província de Misiones e os brasileiros como parte da Comarca de Palmas,<sup>19</sup> Província do Paraná.

A discussão, a argumentação e a busca de uma solução para esta questão fronteiriça acontecem paralelamente a vários fatos de ordem nacional e internacional.

Em 1865, acontece a Guerra do Paraguai, quando as terras da região em conflito são ocupadas militarmente pelo Brasil, e paraguaios e argentinos saíram do local. Mesmo com o final do conflito, muitos brasileiros permaneceram no local o que vai dar ao governo brasileiro o argumento do “uti possidetis”.

Em 1881 foi criado, envolvendo terras de conflito, a “Gobernación de Misiones”, pelo governo argentino, já o Brasil, neste mesmo ano instala, próximo a região disputada as colônias militares de Chopim (na margem direita do rio Chopin) e a de Chapecó (hoje Xanxerê), o que gerou reclamações por parte dos argentinos.

Como a comissão mista que procurava solucionar esse problema não conseguiu um ajuste direto, no ano de 1889, os governos do Brasil e da Argentina assinam acordo para que o presidente dos Estados Unidos servisse de árbitro na questão.

Com a proclamação da República há uma nova tentativa de acordo através do Tratado de Montevideu, assinado em 1890, que estabelecia a partilha do território de Palmas, tendo como divisa uma linha reta entre a foz do rio Chopim e a foz do rio Chapecó, ficando as terras

---

<sup>18</sup> “Documentos que evidenciam posses portuguesas neste território durante o período colonial não há; mas por outro lado também não há nada comprovado possíveis posses espanholas na região” Idem, p.60

<sup>19</sup> Esta mesma área, mais tarde, vai ser palco de outro conflito envolvendo a disputa de terras pelos estados brasileiros de Santa Catarina e Paraná.

oeste para a Argentina e a leste para o Brasil. Este tratado recebeu severas críticas da população, dos políticos e da imprensa brasileira<sup>20</sup>, pois favorecia os interesses argentinos.

Em função da rejeição brasileira o Tratado de Montevidéu foi invalidado e a questão volta à decisão anterior de levar o caso à arbitragem internacional.

Para defender os interesses brasileiros foi escolhido o Barão Aguiar de Andrade, enquanto os argentinos designam Nicolas Calvo. Entretanto, os dois representantes faleceram ainda na fase de estudos para a defesa. Como substitutos o governo designa o Barão do Rio Branco<sup>21</sup> e a Argentina, Estanislao Severo Zebalos<sup>22</sup>. O árbitro escolhido foi o presidente dos Estados Unidos, Grover Cliveland, que em 1895 concede o laudo arbitral favorável ao Brasil.

Segundo Adelar Heinsfeld<sup>23</sup>, a luta do governo brasileiro, representado pelo seu ministro plenipotenciário, o Barão do Rio Branco significou a resolução de uma das questões fronteiriças que contribuiu para o isolamento da Argentina, atraindo para sua órbita de influência países sul-americanos. Internamente, o governo brasileiro inicia a ocupação efetiva da região com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, seguida da colonização por teuto-italo-brasileiros, provenientes em sua maioria do Rio Grande do Sul.

Antes, porém, as terras desta mesma região seriam disputadas pelos estados de Santa Catarina e Paraná.

### 1.3 A Questão do Contestado: uma questão de limites entre Santa Catarina e Paraná

A ocupação da região Oeste de Santa Catarina foi marcada pela criação de gado e pela agricultura de subsistência, porém o Estado brasileiro não planejou e nem controlou a ocupação, o que resultou em várias disputas pela posse da terra, como é o caso do estabelecimento de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

---

<sup>20</sup> “A imprensa brasileira, em sua maioria esmagadora, fazia apelo para que o Tratado de Montevidéu fosse rejeitado. A **Tribuna** manifestava preocupação com a segurança do sul do Brasil, quando em editorial defendia que o tratado, recuava a fronteira brasileira, ficando “ameaçado e sem segurança o Rio Grande do Sul, atalaia vigilante do país pela parte meridional, e que encrava no domínio de nossas florestas sem fim autonomia do poder argentino...” “Heinsfeld, A. Op cit., p.81.

<sup>21</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), era monarquista, o que não o impediu de defender a causa brasileira durante a República, mesmo que, neste período, por imposição da lei tenha tido que abdicar ao título de barão, passando a assinar-se Rio Branco. Desde jovem acompanhou os trabalhos diplomáticos do pai, o Visconde do Rio Branco. Segundo Adelar Heinsfeld, além de ser um grande diplomata foi também um importante geopolítico brasileiro.

<sup>22</sup> “Ex-ministro das relações exteriores que havia participado da negociação do Tratado de Montevidéu”. Heinsfeld, Adelar. **A questão de Palmas entre o Brasil e a Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo vale do Rio do Peixe – SC**. Joaçaba: UNOESC, 1996, p.85.

<sup>23</sup> Idem ibidem

Geller explica o significado do termo “contestado” para a disputa de terras entre os dois estados do Sul da seguinte maneira

Na maioria dos compêndios escolares de pesquisa, o nome “contestado” aparece associado à guerra civil. Na verdade, a guerra foi em parte consequência de um processo de estranhamento de duas estruturas sociais e culturais, que se desenvolveram sobre espaços e realidades diferentes. Enquanto que nas regiões mais próximas do litoral, a ação “administrativa” do Estado proliferou uma cultura nacional padrão, no contestado o isolamento dos mesmos elementos humanos determinou o desenvolvimento de outras possibilidades. Parte da explicação para a inação administrativa do Estado brasileiro sobre a região, está na Questão de Limites. Ao tornar-se “contestada”, na região acentuaram-se os traços de isolamento, comuns em se tratando da realidade brasileira. A disputa entre Santa Catarina e Paraná, que se arrastou por um século e meio, colaborou de maneira decisiva para o desenvolvimento de elementos culturais característicos de uma “Fronteira interna” da nação.<sup>24</sup>

As disputas por território entre os dois estados surgem com a criação, em 1853, da Província do Paraná que na definição dos limites pleitearam estender seus domínios até o Rio Uruguai. Como a referida província estava se desmembrando de São Paulo, os dirigentes utilizaram como justificativa o fato de a Vila de Lages ter sido fundada por ordem do governador de São Paulo em 1771, todavia em 1820 D. João VI determinou que a administração de Lages passaria para o governo de Santa Catarina.<sup>25</sup>

A região disputada por Santa Catarina e Paraná compreendia uma área de 48 000 km<sup>2</sup> de terras férteis, próprias para a agricultura e recobertas por florestas de pinheiro e erva-mate, a principal riqueza na época, também chamada de “ouro verde”. Grandes propriedades ocupavam a região, onde eram praticados o pastoreio bovino, a extração da erva-mate e da madeira.

---

<sup>24</sup> GUELLER, Odair Eduardo. **O Contestado entre Santa Catarina e Paraná: uma Questão de limite territorial nos limites da Nação.** Passo Fundo: UPF, 2006. p. 63. (Dissertação).

<sup>25</sup>“Entretanto, já em 1820, “a vila de Lages e todo o seu Termo” em face da distância que a separava de São Paulo, cerca de 200 léguas, fora incorporada à Capitania de Santa Catarina, desmembrando-se da paulista. Tratava-se de uma providência aceitável, tendo-se em vista que o Governo Real pensava situar a pequena vila à sombra da capitania Catarinense que a separava, apenas, por cerca de duzentos e poucos quilômetros. Mas a verdade é que pouco ou nada adiantou a medida administrativa. Lages continuava, ainda, por muito tempo



Figura 1: Questões de “Misiones” ou “Palmas” e “O Contestado”.

Fonte: PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. p. 179. (Adaptado por Ana Carla Klaus e Daniela Alves Campos)

Devido aos interesses econômicos os paranaenses se voltam para a conquista dos Campos de Palmas<sup>26</sup>, a oeste do Rio do Peixe, afluente do Rio Uruguai. Com a resolução da questão de limites entre Brasil e Argentina, o Paraná intensifica suas investidas para o domínio da região. Para garantir a posse da área, ambos os estados utilizavam várias estratégias como fundar vilas<sup>27</sup>, conceder grandes extensões de terras aos grandes fazendeiros e chefes políticos locais, conhecidos como coronéis.

A proclamação da República, em 1889, deu mais poder a esses coronéis pois as terras devolutas, que antes estavam sob a autoridade do governo imperial, passaram para a jurisdição estadual. Isso deu maiores condições para que os governos estaduais favorecessem seus aliados. Assim, muitas terras devolutas tornaram-se propriedades privadas de grandes fazendeiros, aumentando a contestação entre os dois estados e os conflitos sociais, pois

---

insulada, praticamente desvinculada da vida catarinense.” OLIVEIRA, Beneval de . **Planalto de frio e lama: os fanáticos do contestado: o meio, o homem, a guerra**. Florianópolis:FCC, 1985. p. 45.

<sup>26</sup> “A existência dos Campos de Palmas não era ainda conhecida em 1809, quando o Conde Linhares mandou uma expedição aos de Guarapuava. Falava-se vagamente na sua existência, mas se lhe não conhecia a situação, “sendo que demoravam contíguos aos de Guarapuava, com o intervalo de um sertão, de pouco mais de três léguas, pelo qual corre o Iguaçú, cuja vizinhança se desconhecia”. CABRAL, Oswaldo R.. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes. 2 ed. revisada e atualizada, 1970, p. 312.

<sup>27</sup> “Lutava o governo catarinense para assimilar as terras do planalto que já se encontravam sob sua jurisdição, entretanto, a falta de uma estrada merecedora desse nome impedia a consumação dessa obra política. Do ponto de vista administrativo, o governo catarinense sentindo de perto a pressão paranaense, já em 1854 criava a



pequenos criadores, lavradores, exploradores da erva-mate, posseiros, enfim pessoas humildes que viviam na região, começaram a ser expulsos pelos jagunços dos coronéis e pelas forças policiais.

Em busca da defesa de seus interesses Santa Catarina vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal, apresentando como referência de divisa natural a ser estabelecida com o Paraná, o Rio Iguaçu.

Apesar da decisão do Supremo Tribunal a favor de Santa Catarina, o Paraná não aceitou e as discussões tornaram-se ainda mais acirradas com a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, pois esta asseguraria grandes lucros ao estado que dominasse a região.

Objetivando a liberação das terras para explorá-las tanto com a construção de madeiras como com projetos de colonização, a Brazil Railway Company, empresa fundada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar e que adquiriu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, vai pressionar os governos estaduais e federal para que as disputas chegassem ao fim.

A questão de limites foi solucionada no governo de Wenceslau Brás, em 1916, quando os administradores dos dois estados, Afonso Camargo, Paraná, e Felipe Schmidt, Santa Catarina, assinaram um acordo em que se determinaram como limites a Serra da Fartura, o Rio Negro e o Rio Saí-Guaçu. Dos 48 000 km<sup>2</sup> que constituíam a Região Contestada, o Paraná ficou com aproximadamente 20 000 km<sup>2</sup> e Santa Catarina com 28 000 km<sup>2</sup>.

Com o acordo de limites, Santa Catarina, para assegurar a posse da área cria os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó. Coube ainda a Santa Catarina como medida de incorporação da área, a revalidação dos títulos de terra expedidos pelo Paraná e concessões federais.

Neste processo a Brazil Development & Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway Co., tinha uma cláusula contratual com o governo federal segundo o qual comprometia-se em colonizar as regiões próximas à ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, até 1932, sob pena de se tornar caduca.<sup>28</sup>

Assim, a colonização tornou-se a medida mais eficiente para assegurar a incorporação da região ao restante do país, entretanto era necessário resolver os problemas sociais e econômicos existentes na região e que culminaram com a chamada Guerra do Contestado.

---

freguesia de Campos Novos, que só em 1882 foi elevada à vila. Lages foi declarada cidade em 1860, ao passo que em 1869 era criada a vila de Curitibanos”. OLIVEIRA, B. op cit, p. 50.

<sup>28</sup> RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997, p.44.

#### 1.4 A Guerra do Contestado: um conflito entre “pelados” e “peludos”<sup>29</sup>

O movimento do Contestado, 1912 – 1916, ocorreu no sul do Brasil, na fronteira do Paraná e Santa Catarina, em região contestada pelos dois Estados que desejavam incorporá-la aos seus territórios. Não foi um conflito armado entre paranaenses e catarinenses, nem uma revolta de "fanáticos" e de "bandidos", como durante muito tempo se sustentou<sup>30</sup>. Foi, na verdade, uma reação dos sertanejos contra uma ordem social injusta e de defesa do direito à posse da terra<sup>31</sup>, uma vez que o processo de privatização das terras públicas adotado no Brasil excluiu uma grande parcela da população que sem padrinhos políticos, dinheiro e totalmente desinformados sobre o assunto, foi sistematicamente sendo expulsa das terras, criando um significativo contingente de marginalizados, que andavam de um lugar para outro, sem condições de se estabelecer.

Ainda como afirma Sérgio Miceli Pessoa

O clima de violência fez com que levas de população, vindas do Rio Grande do Sul, procurassem terras mais ao norte. Iam para uma “terra de ninguém”, que ficava entre Santa Catarina e Paraná, disputada pelos dois estados desde a época do império. Era o contestado, região que um mapa da época descreve como “área desconhecida e inexplorada”, sem estradas, escolas ou hospitais.<sup>32</sup>

As tensões sociais existentes na região aumentaram por ocasião da construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que passava pela Região do Contestado. Um agravante dessas tensões sociais na região foi a concessão do governo brasileiro à empresa americana Brazil Railway Company,<sup>33</sup> de uma vasta área de terras de 15 km de largura em

<sup>29</sup> Existe controvérsia sobre a origem do uso dos termos pelado e peludo: a. ”alguns de seus seguidores foram detidos pela polícia e tiveram os cabelos cortados bem rentes, o que lhes valeu o apelido de “pelados”. Em contrapartida, os que lutavam pelo governo eram chamados “peludos” “. D’ANGELIS, Wilmar. **Contestado: A revolta dos sem-terra**. São Paulo: FTD, 1991. p. 11. b. “os homens raspavam o cabelo e a barba a navalha, quebrando as máscaras da antiga sociedade: julgavam-se até mesmo membros de uma outra raça: uma “Irmandade Santa”: os “pelados de Josémária contra os “peludos” da República...” DERENGOSKI, Paulo Ramos. **O desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis: FCC, 1986. p.26

<sup>30</sup> “o capitão Matos Costa, que foi morto pelos jagunços durante um ataque no município que hoje tem seu nome, objetivamente disse: “A revolta do Contestado é apenas uma insurreição dos sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A Questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender seu direito”. SANTOS, Silvio Coelho dos (org.). **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica**. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC, 2000. p.20.

<sup>31</sup> Uma das poucas formas de demonstração escrita em que o sertanejo manifestava seus sentimentos pela perda de suas terras aparece em um bilhete encontrado no bolso de um deles morto em um dos confrontos: “Nóis não tem direito de terra; tudo é pra gente das Oropa”. BARROS, Sérgio Miceli Pessoa (supervisão). **Nosso Século – Anos de crise e criação**. São Paulo: Abril, 1988. p.13.

<sup>32</sup> Idem ibidem.

<sup>33</sup> Para construir a linha ferroviária entre Porto União e o Rio Uruguai, a empresa  *Holding* do Grupo Farquhar, a Brazil Railway Company, construiu a companhia estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, em 1908

cada margem da estrada, como pagamento pela construção da ferrovia. Assim, além da destruição da cobertura florestal da região por onde passa a ferrovia, a empresa passou a expulsar os posseiros que ocupavam sua área de concessão e que não possuíam títulos de propriedade.<sup>34</sup> Esses posseiros viram mais tarde os proprietários da ferrovia, por meio de Companhias Colonizadoras, vender aquelas propriedades a colonos poloneses, alemães e italianos.

A região atravessava mesmo um período crítico. Concomitantemente, isto é, coexistindo com a questão de limites, se abria uma nova era para o planalto: a era do caminho de ferro. E em qualquer outra região a introdução da ferrovia seria recebida como um acontecimento pacífico e normal. Acontece, porém, que a munificência governamental para com os concessionários da estrada fora feita com infinita prodigalidade e o que é pior, ela se fizera à custa do patrimônio do caboclo. A Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande obtivera a concessão respeitável de 15 quilômetros de cada lado da linha projetada, ao passo que outras empresas que se preparavam para iniciar a devastação florestal como a Southern Brazilian Lumber, sediada na localidade de Três Barras, município de Canoinhas, obtinha verdadeiros latifúndios, não só no vale do rio Canoinhas, como no vale do Timbó. É evidente que em semelhante conjuntura o caboclo recebia com hostilidade o trem de ferro, bem como as serrarias de pinho que se haveriam de abater, inexoravelmente, sobre as araucariáceas verdejantes, numa atividade das mais devastadoras já vistas no Brasil. Para agravar o panorama turbulento, flutuante e inseguro da chamada Região Contestada, despontava o afluxo de correntes imigratórias estrangeiras, principalmente eslavos e alemães que se procuravam nuclear em colônias amparadas pelos poderes públicos.

As dificuldades diplomáticas surgidas com a Argentina fizeram com que o governo Federal agisse com rapidez na construção da estrada de ferro estratégica São Paulo – Rio Grande e, já em 1910, os trilhos dessa estrada estavam dispostos em todo o trecho que vai de Porto União a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, desbordando o vale encachoeirado do Rio do Peixe, afluente do Uruguai.<sup>35</sup>

---

empreendera as obras no trecho ao longo do Rio do Peixe, atravessando todo o território do Contestado. D'ANGELIS, W. op cit, p.25.

<sup>34</sup> “Tal iniciativa contrariava o que havia sido estabelecido na Lei de Terras de 1850, que reconhecia o direito de posse. Também não estava de acordo com os textos da concessão e seus aditivos, que reportavam a terras devolutas. Os interesses da empresa, porém, eram defendidos por advogados e políticos ligados ao poder, tanto no Rio de Janeiro e Paraná como em Santa Catarina, além de um corpo de segurança que contava com cerca de 2000 homens armados. Tratava-se de um grande empreendimento capitalista, impondo suas regras sem nenhuma consideração pelas populações locais, nem tão pouco assumindo responsabilidades em consequência da grande mobilização de mão-de-obra.” SANTOS, S. C. op cit, p. 17-18.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, B. op cit, p. 53-4



Figura 2: Região Guerra do Contestado

Fonte: ZAGO, Denise. Iomerê: Da memória de seu povo, o registro de uma história. p. 23.

Com a conclusão das obras das ferrovias, em 1910, a empresa construtora demitiu todos os seus funcionários (mais ou menos oito mil) que, sem casa e sem ter como voltar para seus estados, passaram a perambular pela região, rompendo ainda mais o equilíbrio da sociedade local engrossando o número de excluídos, contribuindo para o crescimento dos conflitos sociais entre a construtora, proprietários e posseiros.

Além das questões abordadas, como a questão de limites, a valorização da terra, a construção da ferrovia, observa-se a importância da questão religiosa e a ação das companhias colonizadoras no decorrer do conflito do Contestado.

Devido ao isolamento, a região praticamente não recebia assistência da Igreja (Católica). Mas, muito antes de se iniciar a denominada Guerra do Contestado, surgiram, no

meio da massa marginalizada que vagava pela região, os chamados monges populares.

Existia na região uma situação social de dominação-subordinação anterior ao movimento. A única via que se conservava aberta à ação era a religiosa. Não é difícil perceber, sob tais condições, a importância que passa a ter para os sertanejos a presença dos monges que se transformaram em líderes que, com seu carisma, preencheram espaços sociais vazios, desencadeando crenças ao seu redor e anunciando a vinda de novos tempos. Assim, o messianismo<sup>36</sup> tornou-se uma força coletiva de transformação social. Entretanto, a presença dos monges desperta a desconfiança dos padres católicos que começaram a chegar à região no final do século XIX e dos grandes fazendeiros que temiam um movimento como o de Canudos. Então pediram ajuda ao governo federal e acusaram os referidos monges de monarquistas.

Um dos primeiros que se tem notícia foi João Maria de Agostini,<sup>37</sup> que desde a década de 1840 dava conselhos, realizava curas e receitava remédios à base de ervas. Os sertanejos o consideravam um santo. Para João Maria, a Monarquia era a "Ordem de Deus" e a República, a "ordem do demônio". Dessa maneira, seu sentimento anti-republicano coincidia com o sentimento da massa marginalizada, que atribuía à República a causa dos males que enfrentavam.

Sobre o seu destino existem várias contradições, “sendo muitas as lendas sobre o seu desaparecimento em 1875”<sup>38</sup>. Os caboclos passaram a acreditar no seu retorno. Como afirma Oswaldo Rodrigues Cabral,<sup>1</sup> o homem que misteriosamente surgiu no Brasil e manteve segredo absoluto sobre o seu passado que nunca veio à tona, também misteriosamente desapareceu. Até hoje se ignora onde, como e quando teria morrido. “Passou apenas”.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> Por messianismo entende-se a crença religiosa da vinda de um “redentor”, que altera a ordem das coisas para haver mais justiça entre os homens. A “vinda do Messias” é uma crença que acompanha os povos há séculos. Tendo em Jesus Cristo o “Messias –Libertador” a Igreja Católica é messiânica. Entretanto, outros movimentos, fora da Igreja e ao longo dos anos, caracterizam-se como messiânicos, por constituírem processos de libertação de grupos sociais localizados em momentos de desequilíbrio social e manifestados em situações de opressões, em meio à miséria e à ignorância.” THOMÉ, Nilson. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão do Contestado**. Caçador: INCON Edições/UnC, 1992. p. 68

<sup>37</sup> Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, João Maria de Agostini era italiano nascido no Piemonte em 1801, não se tem uma data certa da sua chegada ao Brasil, mas é certo que tenha estado no Pará, depois no Rio de Janeiro, São Paulo e finalmente nos três estados do Sul. A Campanha do Contestado. p. 108.

<sup>38</sup> THOMÉ, N. Op cit. p. 72.

<sup>39</sup> CABRAL, O. R. Op cit, p. 142.

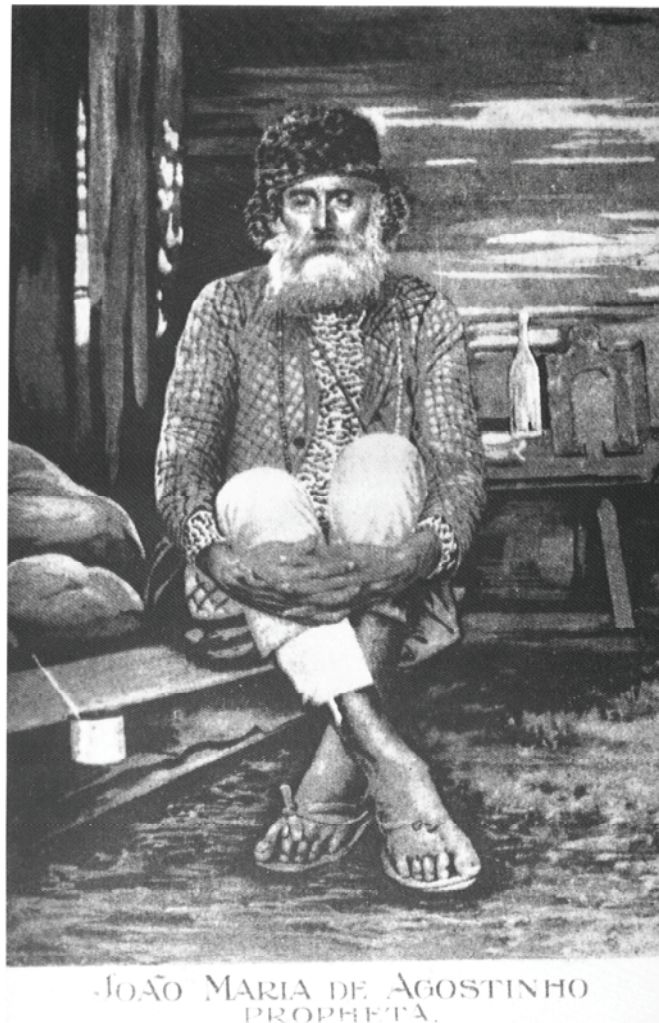


Figura 3: João Maria de Agostinho

Fonte: Livro *O Contestado, Governo do Estado de Santa Catarina*, 2000, p. 21.

A existência de um segundo João Maria é questionada por alguns historiadores, inclusive pela sua existência simultânea, embora um fosse reconhecido pelo seu isolamento e outro pelo seu contato com a população, principalmente do Paraná e de Santa Catarina. Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, o monge João Maria de Jesus apareceu por volta de 1890 e seu verdadeiro nome seria Anastás Marcaf, de origem francesa. O monge pregava penitências e profetizava calamidades, batizava as crianças, tinha idéias políticas um tanto confusas e defendia a monarquia. Como seu antecessor também desapareceu, existem várias versões a respeito da sua morte, sendo uma delas a de que teria se recolhido em um refúgio no Morro de Taió e lá teria morrido. Segundo Cabral foi um homem diferente de seu antecessor, mas não foi um homem mau. Permanece a incógnita sobre o fim de João Maria de Jesus. E

este fato continua a ser tão impreciso e tão misterioso quanto o de João Maria de Agostini.<sup>40</sup>

Alguns anos depois, surgiu um terceiro monge que se dizia irmão de João Maria e chamava-se José Maria de Santo Agostinho.<sup>41</sup> Sua identidade era conhecida pelos seus seguidores, Miguel Lucena de Boa Ventura, apareceu para continuar a obra que João Maria deixou. Era menos rigoroso nos seus hábitos e não apreciava o isolamento como o anterior. Registra-se o seu aparecimento por volta de 1911, no município de Campos Novos.

Atraídos pelas pregações e curas do novo monge, os sertanejos permanecem agrupados ao seu redor. José Maria também criticava a República e dizia-se escolhido por Deus para construir, na Terra, a Monarquia Celeste e isso levaria à luta do Bem contra o Mal.

O monge pregava que, com a derrota do Mal, seria estabelecida uma sociedade justa, sem as dificuldades da vida presente, sinal da vinda do messias, trazendo a salvação a todos os seus seguidores, os quais acreditavam que as dificuldades enfrentadas eram a confirmação de uma nova era, fazendo-os suportar os sofrimentos e a repressão sem medo de lutar. Acreditavam que na luta contra as "forças legais", estavam participando de uma Guerra Santa.

Para Nilson Thomé

A figura lendária de João Maria tornou-se a animadora messiânica dos incultos caboclos. O monge, tenha sido um ou mais, era tido como imortal, ficando sempre na mente de cada família por ele visitada em suas andanças, a esperança da volta, a convicção de que ele se retirava para orações e logo surgia de novo em outro lugar. Sua marca era uma cruz de cedro que plantava nos pousos, ao redor da qual os caboclos se reuniam para cantar e rezar. As cinzas de suas fogueiras eram recolhidas e guardadas com patuás. As profecias, as curas tidas como milagres, corriam o sertão. Quando desapareceu, ficou a expectativa de que “desencantaria”... e voltaria.<sup>42</sup>

No ano de 1912, o monge José Maria e seus adeptos instalaram-se temporariamente em Curitiba, o que incomodou as autoridades locais. O governo catarinense, então solicitou que se deslocassem para o outro lado do Rio do Peixe. A sugestão foi acatada e o governo do Paraná entendeu o fato como uma invasão de catarinenses no seu território e enviou forças militares para afastar os invasores. As tropas do governo lutaram com José Maria e com dezenas de fanáticos, no local conhecido como Banhado Grande, em Iraní.

<sup>40</sup> OSWALDO, O. R..op cit, p. 173.

<sup>41</sup> “Dizia-se que era desertor do Exército Nacional ou da Força Policial do Paraná, mas, em todo caso, tinha formação militar como demonstrava sua postura e organização dos “Doze Pares de França”. A partir da leitura de um folheto em versos sobre a “História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França”, que constantemente fazia para seu auditório caboclo, veio-lhe a idéia de organizar um grupo de elite, formado por 24 homens, o que ocorreu em Taquaruçu, em agosto de 1912. Morreu no início do conflito no dia 22/10/1912, nos campos do Iraní. D’ANGELIS, W. op cit, p.10

<sup>42</sup>THOMÉ, N. op cit, p. 72-73.

### Nilson Thomé descreve o Combate de Iraní

O Iraní entrou para a história por ter sido palco de importante combate, em outubro de 1912, entre os fanáticos de José Maria e a força policial do Paraná, no momento em que o monge atravessou o Rio do Peixe, cruzou os trilhos e adentrou 60 quilômetros nas terras em que o Paraná não admitiu entregar a Santa Catarina. (...). No clarear do dia 22 de outubro houve o primeiro combate de cinco minutos entre os soldados que ocupavam posição e os guardas de uma casa próxima ao “quadro santo”. Por volta das nove horas, aconteceu o enfrentamento, com a força cercada no Banhado Grande. Os fanáticos tiveram treze mortos e quatro feridos, inclusive José Maria que morreu com um tiro. A polícia teve dez mortos e treze feridos, inclusive o capitão João Gualberto, morto a tiro e a golpes de facão.<sup>43</sup>

Vários combates foram travados até 1916, inclusive usando práticas de guerrilha. Inicialmente os caboclos obtiveram várias vitórias.

Rejeitando a ordem capitalista que estava sendo implantada na região, um número cada vez maior de caboclos<sup>44</sup>, explorados pelos latifundiários, expulsos de suas terras pelo governo, pelas oligarquias locais e pelas companhias estrangeiras, procuraram, dentro de suas limitações, reagir ao sistema que os reprimia. Na verdade a miséria, a ignorância e as injustiças sociais fizeram eclodir essa guerra que teve um fim trágico, com o massacre de milhares de camponeses e que, em nome da lei e da ordem, foi sufocado por tropas em número maior e melhor equipadas, inclusive pela primeira vez se utilizou no Brasil o avião com fins bélicos.

Com o fim do conflito e o afastamento dos caboclos remanescentes, tem início o processo de colonização da região.

---

<sup>43</sup> Idem, p. 84-85.

<sup>44</sup> “A denominação de “caboclo” na Região do Contestado abrangia vários tipos humanos, desde o branco (lusitano ou castelhano), o índio (Tupi-Guarani, Kaingang e Xokleng), o negro (escravo africano), o mameluco (da mesclagem do branco com o índio), o cafuso (descendente do cruzamento de negro com índio), o mulato (mestiço branco e negro), ou o produto final das misturas de todas essas etnias entre si com suas características próprias, que o tornavam inconfundível onde quer que se apresentasse. (...) Caboclo, originalmente, era o cidadão do Planalto Catarinense, desde o século passado proletário do campo, do sertão e da roça; era o sertanejo, o caipira, matuto e acanhado, lento no pensar e no falar, bastante místico, homem desconfiado. Face queimada pelo sol, mãos calejadas pelo trabalho, desajeitado no andar, afeiçoado a caça e à pesca, de pele pardacenta, nele corria o sangue do temido guerreiro indígena; e tinha dentro de si o alto sentimento de justiça, do bem, e do coletivismo dos desbravadores e povoadores. Assim era o caboclo do Contestado, que desde os primórdios guardava para si suas virtudes e seus defeitos. Era corajoso, instintivo e violento, ao mesmo tempo em era franco, leal e honrado. (...) O “Homem do Contestado” não era de uma lida só (...) seu mundo era a



### 1.5 Videira: do seu início ao desmembramento territorial

A Guerra do Contestado retardou o processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina e por extensão a de Videira. Como já foi citado, os indígenas aos poucos foram desaparecendo e o que os colonos encontraram eram posseiros, chamados de caboclos e em sua maioria remanescentes da Guerra do Contestado, ex-trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, caudilhos gaúchos e os grandes fazendeiros da região.

O que se observa a partir deste período é que o Oeste Catarinense e neste caso mais especificamente o Vale do Rio do Peixe, será integrado ao cenário nacional no início do século XX, com a construção da Estrada de Ferro. Entretanto, sua colonização propriamente dita só terá início com a chegada dos imigrantes italianos e alemães e/ou seus descendentes.

São poucos os registros encontrados a respeito da região de Videira no início de sua colonização, entre eles a criação do município de Campos Novos, desmembrado de Curitiba pela lei nº 923, de 30 de março de 1881 com a denominação de município de São João dos Campos Novos.

A criação do novo município, segundo Nilson Thomé, gerou problemas de divisa na região situada entre as cabeceiras do Rio Taquarussu e do Rio Cachoeira, sob forma de linha seca: “um lugar, entre esta linha seca a leste e o Rio do Peixe a oeste, ficava com sua jurisdição indeterminada.”<sup>45</sup>

A existência desta área de terras devolutas despertou o interesse de Francisco Correa de Mello, que em 1881, incentivado pelas autoridades de Campos Novos, desejosas de consolidar a jurisdição sobre essas áreas, organizou uma expedição junto à região.

Acompanhado por dois de seus irmãos, alguns filhos e um concunhado, Francisco Correa de Mello saiu de Espinilho (hoje Monte Carlo), atingindo as barrancas do Rio do Peixe na altura de Rio Bonito, hoje Tangará.

Subindo o rio pela margem esquerda, atingiu o lugar conhecido como Rio das Pedras, onde encontraram uma família, conhecida como família Pontes. Prosseguindo a expedição, chegou até onde é hoje a cidade de Caçador.

Entretanto, no retorno, o irmão de Francisco, Luiz Correa de Mello estabeleceu-se em Imbuial, em área que hoje pertence ao município de Rio da Antas, e Joaquim Ribeiro, seu concunhado, estabeleceu-se em Rio das Pedras, próximo à fazenda dos Pontes.

---

família, seu universo a terra. (...) Se capaz de grandes amizades também nutria ódio mortal. Cheio de orgulho, pelo que era e pelo que fazia bem, gostava de exhibir-se, de mostrar valentia (...)“ Idem. p. 19-21.

<sup>45</sup> THOMÉ, Nilson. **Família Correa de Mello: Raízes da História de Caçador**. Caçador, UnC. 1982, p. 16.

Não demorou muito, foram chegando as famílias de Fidêncio Correa Ribeiro, Tobias Correa Ribeiro e Carlos von Puttkamer, este conhecido como Carlos Alemão.

Com a chegada de novas famílias na região conhecida como Rio das Pedras, que recebe este nome em razão do rio que passava pelo local e que possuía um grande número de pedras existentes no seu leito, formou-se um pequeno arraial – Arraial Rio das Pedras, em 1910 - que se destacou pela criação de gado bovino e de suínos criados de forma extensiva, o plantio de cereais, como trigo, milho, arroz e feijão.

Com o surgimento do arraial, a fama do lugar se propagou graças à raia de corrida de cavalos e os bailes animados por sanfoneiros vindos de outros locais, especialmente para animá-los, além de servir também de ponto de descanso de tropas.

Segundo Alzira Scapin, nas imediações do Rio das Pedras, escondidos entre os pinheirais e árvores centenárias, viviam miseravelmente algumas famílias caboclas, que exploravam a erva-mate como meio de subsistência.<sup>46</sup>

Quando começou a movimentação para a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, inúmeras pessoas se apressaram em requerer o título de posse nas terras situadas nas imediações de onde seriam assentados os trilhos.

Ao mesmo tempo que chegavam os engenheiros, taifeiros<sup>47</sup> e empregados da Companhia responsável pela construção da ferrovia, foram chegando algumas pessoas que se estabeleceram na região, como José Antônio de Oliveira - o famoso Zeca Vacariano -<sup>48</sup> Manoel Roque dos Santos, este último, embora ex-taifeiro, diz-se ser o primeiro desbravador de Rio das Pedras, quando afirma: “Cheguei aqui a 9 de abril de 1908, jovem de 21 anos e meio. Só encontrei caça e mato virgem. Como estrangeiro de além mar, fui o primeiro desbravador deste lugar”<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> SCAPIN, Alzira. **Videira: nos Caminhos de Sua História**. Videira: Gráfica Equiplan, 1996, p. 58.

<sup>47</sup> Segundo Marli Auras: para a construção do trecho da Ferrovia São Paulo – Rio Grande, de União da Vitória (Paraná) ao Rio Uruguai (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), dentro do prazo a Brazil Railway contratou mais de 8000 homens provenientes do Sudeste e do Nordeste, sendo divididos em várias turmas que eram comandadas por uma espécie de feitor denominado de “taifeiro”, que recebia um determinado trecho da ferrovia, por empreitada, e se responsabilizava pelo pagamento dos funcionários.p.38

<sup>48</sup> A expressão “famoso” aparece devido ao fato ser atribuído a Zeca Vacariano o “assalto ao trem pagador”. Zeca Vacariano trabalhava como chefe de uma turma de operários da construção da estrada de ferro e como haviam concluído o trecho esperavam pelo pagamento que estava atrasado, como este demorasse, acusaram-no de já haver recebido o dinheiro e não lhes haver pago. Conta-se que tendo descoberto que um trem pagador estava para chegar a Perdizes, aguardou-o com alguns companheiros e realizou o assalto tendo sido os poucos guardas do comboio, mortos. Com o dinheiro do assalto pagou os trabalhadores e se instalou como comerciante na localidade.

<sup>49</sup> SCAPIN, A. op cit. p.58.

Como estrangeiro de além mar, sua procedência é incerta, no entanto as pessoas entrevistadas afirmam ser ele de origem portuguesa<sup>50</sup>.

Com a conclusão das obras da ferrovia no Vale do Rio do Peixe, em 1910, os planos da Companhia eram de colonizar a área. Entretanto a Guerra do Contestado interrompeu parcialmente o projeto e a movimentação que mais se viu nas imediações foi das tropas do Exército, que vão sufocar o movimento sertanejo em 1916. “Com a inauguração da Ferrovia, a área é convertida em Estação e teve papel importante no processo colonizador, sendo um dos pontos de chegada para muitas famílias colonizadoras”<sup>51</sup>.



Figura 4: Vista parcial de Perdizes em 1928.  
Fonte: LOPES, Gentila Porto. *Glória de Pioneiros*. p. 47

É a partir de 1917/1918, com o fim da Guerra do Contestado que tem início efetivo o processo de colonização do Vale do Rio do Peixe.

No ano de 1921, a Estação Rio das Pedras passou a chamar-se Estação Perdizes<sup>52</sup> e em 12 de abril de 1927, passa a ser Distrito de Campos Novos<sup>53</sup>.

<sup>50</sup> ABATI, I. op cit, p. 10.

<sup>51</sup> ABATI, I. op cit, p. 12. Além da Estação Rio das Pedras, muitos imigrantes paravam na Estação de Pinheiro Preto, estabelecendo-se à margem direita do Rio do Peixe, outros paravam na Estação de Herval do Oeste e faziam o restante do trajeto a pé, outros ainda vinham a pé, no lombo de cavalos ou de carroças, do Rio Grande do Sul ou do Sul de Santa Catarina.

<sup>52</sup> A mudança de nome oras é atribuída à presença de grande quantidade de perdiz na região, oras para superar a fama do nome. A Estação Rio da Pedras tinha fama de violenta e de lugar difícil de viver, onde existiam bandidos que matavam “só pra vê o tombo do nego”. HOELLER, Maria Luiza Dal Bó. **Uma cidade sem televisão** – Videira 1944-1970. Itajaí: UNIVALI, 1995. (Mono). p.17-18.

Embora os primeiros aventureiros tenham chegado ainda nos anos de 1908, é em 1918 que inicia o desenvolvimento econômico da região com a inauguração da estação ferroviária (1910) e o tráfego regular dos trens de carga e de passageiros.

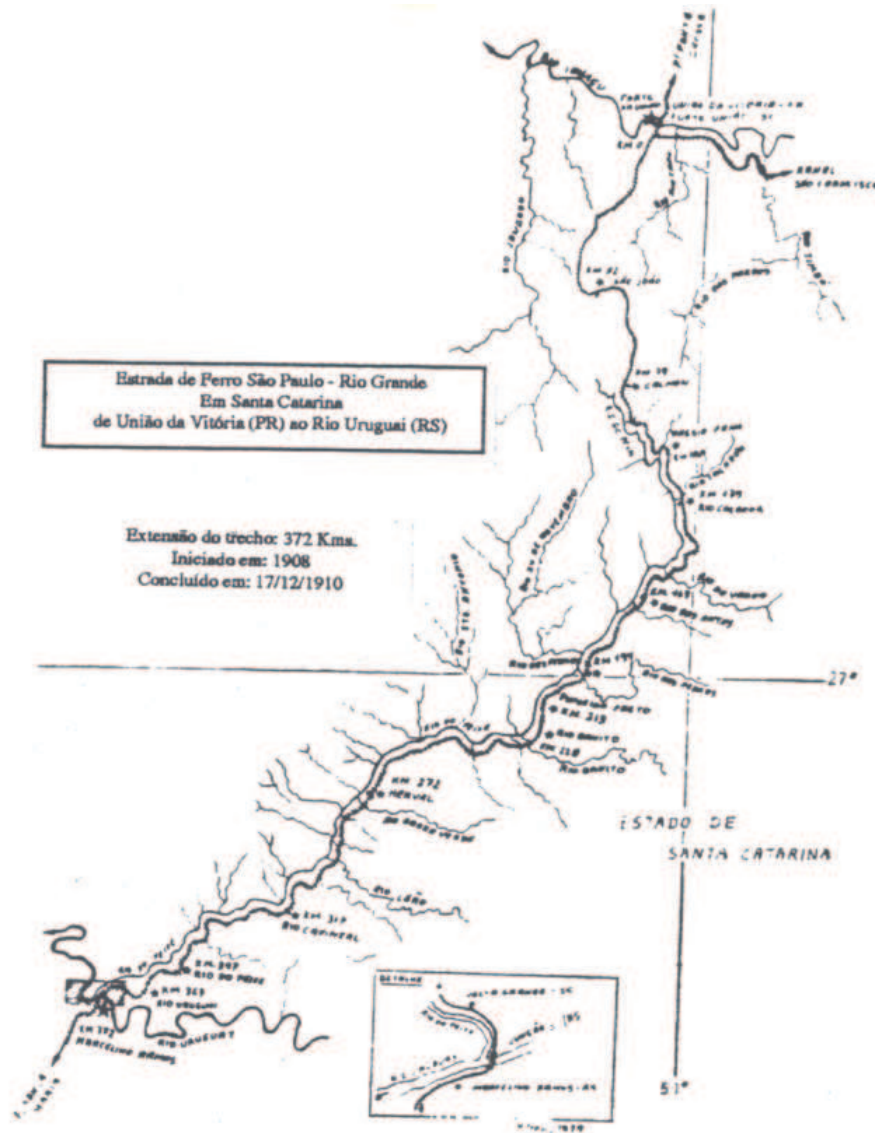


Figura 5: Mapa Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.  
Fonte: THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: A ferrovia do Contestado*. p. 87.

Como já foi citado a *Brazil Railway Company* recebeu como concessão uma faixa de terras paralela à estrada de ferro, devendo também, de acordo com os decretos nº 10.432, de 09 de novembro de 1889 e nº 305 de 07 de abril de 1890, promover a colonização da área dentro do prazo de 50 anos, sendo que o mesmo se esgotava em 1940. Em 1909 a empresa cria uma subsidiária, a *Southern Brazil Lumber Company*, que em 1913 devido a uma

<sup>53</sup> “Era uma pequena povoação construída pela estação férrea, algumas casas e ranchos esparsos, perdidos entre o mato que cobria o morro e a baixada.” Histórico do município de Videira p. 9 Museu do Vinho – Pasta Hora da

mudança nos estatutos passa a denominar-se *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. A área foi dividida em lotes e como forma de realizar o processo de colonização da região a Companhia Colonizadora utilizou-se de sub-colonizadores, em sua maioria teuto e ítalo-brasileiros provenientes das regiões de onde eram oriundos os migrantes e “com eles fez de Estação em Estação, o povoamento da região.”<sup>54</sup>

Os colonizadores como Alberto e Alice Schimidt, Piccoli e Calduro, Kröeff e Selbach e ainda a *Development and Colonizations Company*,<sup>55</sup> adquiriam das Companhias Colonizadoras grandes extensões de terra por preços irrisórios e as revendiam aos migrantes obtendo lucros significativos.

A forma encontrada para atrair imigrantes para o vale do Rio do Peixe foi a propaganda feita em várias línguas, e no caso com destaque o alemão e o italiano, que era publicada nos jornais de maior circulação ou em panfletos distribuídos nas áreas “das velhas colônias” do Rio Grande do Sul e também no litoral catarinense, em especial o sul.

Com o final do conflito do Contestado e a intensificação da propaganda, muitos colonos de origem italiana e alemã migraram para a região. A margem esquerda do Rio do Peixe, a então Estação de Perdizes foi colonizada predominantemente por italianos que traziam consigo boletins de propaganda de Perdizes. Os representantes de uma das mais expressivas companhias colonizadoras da região, a Alberto Schimidt, eram o diretor-gerente José Petry – que possuía uma pequena colonizadora na margem direita do Rio do Peixe -, Carlos Leopoldo Simon e Emílio Stable. Abaixo segue a transcrição de uma das propagandas divulgadas na época

#### COLONIZAÇÃO ALBERTO SCHIMIDT

Todo o interessado em compras de terras, deve, no próprio interesse, antes de comprar em outra parte, visitar as terras da Colonização Alberto Schmitt em Perdizes, no Estado de Santa Catarina. O clima é dos melhores possíveis, todas as colônias têm água fluente, e há força hidráulica, para serrarias e moinhos, bem assim temos uma parte de muito bom pinhal. A Colonização é fundada com 4 povoações, duas nas estações e mais duas no interior, onde há oportunidades para estabelecimento de casas comerciais, profissões de qualquer espécie.<sup>56</sup>

No anúncio seguem ainda orientações sobre pagamento e garantia de que, realizados os pagamentos, os interessados receberiam as escrituras “garantidas”, bem como de que neste

---

Memória.

<sup>54</sup> Apud: HOELLER, M. L. Dal Bó. op.cit. p.16.

<sup>55</sup> Esta colonizadora pertencia ao grupo da *Brazil Railway Company*.

<sup>56</sup> . HOELLER, M. L. op cit p.18

estado não havia e não haveria mais qualquer risco de revolta. Aos interessados em conhecer as terras, era dada a garantia de “tranqüilidade”.

A terra tinha um caráter social, uma vez que, dada em forma de herança, garante a permanência dos filhos no campo, como proprietários. Dessa forma, as facilidades de acesso trazem consigo um significado que vai além do econômico e que talvez hoje, não tenhamos condições de avaliar o verdadeiro significado da “terra”, da propriedade para essas pessoas, que se dispunham a começar tudo de novo.

A região representava para eles a terra nova, a “nova América” e com certa morosidade tem início o desenvolvimento econômico do local. Os colonos de origem italiana dedicaram-se à agricultura com destaque para o cultivo da uva e pecuária. Algumas pequenas indústrias surgiram como madeireiras e vinícolas, além dos que se dedicaram ao comércio.

A localidade hoje conhecida como Santa Lúcia, recebeu significativo número de imigrantes italianos que ali se fixaram e montaram várias serrarias, olarias, moinhos, estabelecimentos comerciais e dedicaram-se também à agricultura, especialmente ao cultivo da uva. Aí estruturou-se uma vila que, segundo a Senhora Mercedes Maria Benedetti Lara, deveria ter sido o centro da cidade. Tal afirmação é reforçada em outras entrevistas, complementando que só não o foi, devido a construção da ferrovia. “Os trilhos do trem trouxeram a cidade para perto da estação”.

A Vila de Vitória localizava-se na margem direita do Rio do Peixe, defronte a Vila de Perdizes. Colonizada quase que exclusivamente por alemães que migraram após a Primeira Guerra Mundial, outros alemães e/ou seus descendentes oriundos do Rio Grande do Sul, Paraná e faixa litorânea de Santa Catarina.

As colonizadoras encarregadas de comercializar as terras em Vitória, foram a Kröeff & Selbach e a Alberto Schimidt, esta sob a responsabilidade de seu diretor gerente, José Petry, que assumiu este posto após o falecimento do proprietário da colonizadora, que tinha a seu cargo lotes urbanos e as áreas rurais da Colônia 15 de Novembro, que se estendia até Anta Gorda.

Em 1922, chegaram os primeiros imigrantes alemães e segundo o senhor Evaldo Reichert:

As primeiras levas de emigrantes, vieram da Alemanha pós guerra uma vez que os grandes campos de refugiados na região oriental da Alemanha, cujas terras foram perdidas para os poloneses, ficaram durante 1 a 2 anos, aguardando o destino para os países que recebiam emigrantes, e dentre os quais na América do Sul, um era o Brasil.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Idem p. 47.

Neste período várias famílias alemãs compraram terras na região que abrange a margem direita do Rio do Peixe, as áreas próximas a foz do Rio XV de Novembro até o Rio Preto, hoje Ipoméia. Escolheram as terras por serem menos acidentadas, mas férteis e por estarem próximas a Perdizes.

Evaldo Reichert continua afirmando que

Simultaneamente, outras famílias se estabeleceram na cidade, geralmente eram artífices, e alguns adquiriram chácaras em redor da cidade. Outras famílias, sendo alemãs emigrantes de outras cidades e estados brasileiros, atraídos, pela instalação da indústria mais importante, o matadouro e fábrica de banha, de “Fritz Lorenz”, gerando trabalho na cidade.<sup>58</sup>

Algumas poucas famílias italianas também se instalaram na Vila de Vitória, entre elas a de Frederico Bortolaz, que era o balseiro. Na mesma época vieram da região de Ibirama e Blumenau famílias de alemães que se estabeleceram na localidade de Anta Gorda.

Nos primeiros anos vieram muitos profissionais “artífices” que instalaram açougues, ferrarias, fábricas de carroças, farmácia, fábrica de móveis e artefatos de madeira e aberturas, sapataria, barbearia, criando uma estrutura de área urbana e caracterizando-a como uma “cidade” alemã à margem direita do Rio do Peixe.

As ligações com a Vila de Perdizes, o chamado lado italiano eram feitas por canoas, pela balsa em frente a estação ferroviária e em período de enchentes ou em casos de doença ou viagem através de um cabo de aço.



Figura 6: Foto do Trecho do Rio do Peixe que dava passagem pela balsa em 1932.

Fonte: LOPES, Gentila Porto. *Glória de Pioneiro*. p. 30

<sup>58</sup> Depoimento de Evaldo Reichert p.2 fev de 1994, Pasta hora da Memória Museu Mário de Pellegrin.

Neste período Vitória pertencia ao distrito de São Luiz (hoje Iomerê), município de Cruzeiro (Joaçaba). Em 25 de maio de 1934, com a instalação do município de Caçador, a região passa a integrar o novo município criado como Distrito do Vitória, porém no seu início, a ainda Vila de Vitória que muitos conheciam como Sede 15 de Novembro, integrava o município de Porto União.

No ano de 1934 foi construída uma ponte ligando Vitória e Perdizes, servindo como marco por ter sido considerada a maior ponte pênsil da época, sendo as armações encaixadas e sem o uso de ferro.

Inaugurada em fevereiro de 1935 a ponte significou a união do “lado italiano” com o “lado alemão”<sup>59</sup> e aos poucos as duas comunidades passam a ter objetivos comuns.<sup>60</sup>

Videira deve seu nome ao fato de ser, na época, um grande centro viti-vinícola de Santa Catarina, sendo que o município foi criado pelo Decreto-Lei nº 941 em 31 de dezembro de 1943, com território desmembrado dos municípios de Campos Novos, do qual foram anexados os distritos de Perdizes e Rio Bonito (Tangará) e parte do distrito de Coração de Jesus (Espinilho, hoje Monte Carlo, na divisa com Tangará); de Caçador que cedeu os distritos de Vitória e São Luiz (Iomerê); e de Cruzeiro (Joaçaba) parte do distrito de Itapui (Ibicaré).



Figura 7: Foto da Ponte sobre o Rio do Peixe: 1934

Destaque para o hotel, no lado de Vitória, onde ficavam hospedados muitos dos visitantes que chegavam pela ferrovia.

<sup>59</sup> Segundo Gentila Porto Lopes “A ponte contribuiu muito para estreitar relações entre italianos e alemães. Quando havia apresentação de teatro, com livre acesso, os italianos naturalmente procuravam prestigiar e compareciam. Acontece porém que, sendo falado em língua alemã, não entendiam nada, porém quando os alemães riam, eles o faziam também... em italiano, provavelmente”. p. 43

<sup>60</sup> “No dia 25 de novembro foi inaugurada a ponte sobre o Rio do Peixe, unindo assim os Distritos de Perdizes e Victória, às 10 horas da manhã foi celebrada missa solene pregando o evangelho o Rev<sup>mo</sup> Coadjutor P. Burcardo Scheller em alemão”. Livro Tombo da Paróquia de Perdizes, p. 19.



O mesmo Decreto-Lei, assinado por Nereu Ramos, interventor federal, constituiu a cidade e o distrito de Videira, formada da união de Vitória e Perdizes e criados os distritos de Arroio Trinta e Marari.

Em primeiro de março de 1944, ocorreu a instalação do município de Videira, tendo sido nomeado o senhor Milton Leite da Costa como prefeito. Foram seus sucessores, também nomeados pelo interventor do Estado, Pelágio Parigot de Souza, João Evangelista, Raymundo Formighieri e Alfredo Odilon Taborda Ribas.

A Câmara de Vereadores foi instalada no ano de 1947, sendo que em 4 de fevereiro foram empossados os primeiros legisladores e no ano de 1948, em 2 de janeiro, tomou posse Ângelo Ponzôni, o primeiro prefeito eleito de Videira.

Desde sua emancipação política o território de Videira passou por várias mudanças devido à anexações e/ou desmembramentos de distritos, assim em 1948 com a criação do município de Tangará pela Lei nº 247, Videira perdeu os distritos de Tangará e Mararí, porém anexou o distrito de Ipoméia pertencente a Caçador, mas pelo acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 26 de maio de 1955, o distrito de Ipoméia voltou ao município de Caçador, por ter sido julgada inconstitucional a Lei nº 247, de 30 de dezembro de 1948.

Em 10 de novembro de 1950, pela Lei Municipal nº 80 (homologada pela Lei Estadual nº 31, de 12 de dezembro de 1951), foi criado o distrito de Dez de Novembro. A 20 de dezembro de 1961 parte do distrito de Dez de Novembro foi anexado ao município de Fraiburgo, criado na mesma data.

Em 21 de outubro de 1952, por meio da Lei municipal nº 168, com a homologação da Assembléia Legislativa, pela Lei nº 141, de 11 de fevereiro de 1954, foi criado o distrito de Pinheiro Preto. Em 4 de abril de 1962 perdeu o distrito de Pinheiro Preto, elevado a município.

Pela Lei Municipal nº 7, de 6 de abril de 1957 (homologada por Lei Estadual nº 286, de 27 de junho de 1957) foi criado o distrito de Salto Veloso. A 15 de dezembro de 1961 perdeu os distritos de Arroio Trinta e Salto Veloso, elevados a município,

Na década de 50 foram criados os distritos de Lourdes e Anta Gorda.

Em 29 de janeiro de 1953 foi criada a Comarca de Videira, sendo primeiro Juiz de Direito o Dr. Alfredo Zimmer, e primeiro Promotor o Dr. Francisco Wosgraus.

E por último, em 20 de julho de 1995, Videira perdeu os distritos de Iomerê e Bom Sucesso com a criação do município de Iomerê.

Como foi visto, o contingente populacional da região de Videira aumentou significativamente com a presença dos imigrantes e/ou seus descendentes, o que lhe deu um

caráter identitário a partir da formação e estruturação da comunidade, assunto que será abordado no capítulo a seguir, dando ênfase à formação dos núcleos de colonização germânica.



Figura 08: Localização Município de Videira  
Fonte: [www.mapainterativo.com.br](http://www.mapainterativo.com.br)

## 2 A PRESENÇA GERMÂNICA EM VIDEIRA

Neste capítulo faz-se um recorte espacial para o estudo da presença germânica em Videira. Ao se abordar a formação das comunidades de origem alemã nesta região, entende-se aqui região como espaço construído, que apresenta uma realidade social, cultural e religiosa semelhantes e ao mesmo tempo exige o reconhecimento dos seus diferenciais.

A região caracterizada dentro do contexto sócio-cultural vai de encontro à definição de Flores

Alguns dos usos socioculturais da palavra “região”: é a idéia de região como parte de um todo – parte que pode ter conotações políticas, físico-geográficas ou administrativas ou históricas (...) Creio que a apropriação socialmente majoritária entende que esta parte – a região – ‘pertence’, com maior autonomia, ao ”todo”. De qualquer modo, “região” é vista como alguma coisa reconhecível em sua especificidade, em um território de contornos senão precisos ao menos suficientemente claro e que abriga características culturais definidas.<sup>61</sup>

Se a região pode ser vista como algo que se distingue comparativamente de outras regiões, mas que ao mesmo tempo se identifica, concorda-se com Reckziegel quando afirma que

A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. (...)

Os estudos históricos com o recorte regional são, assim, manifestações de um tempo que recusa as ditas concepções hegemônicas, tentando resgatar as particularidades e especificidades locais como maneira de confirmar ou refutar as grandes sínteses até agora impostas como válidas para todas as realidades históricas.<sup>62</sup>

Desta forma a região assume característica de espaço vivido e produto da ação humana identificado nos aspectos econômicos, culturais, políticos, sociais e religiosos, que lhe dão identidade. Mattos aborda este tema enfatizando que “o espaço regional é socialmente construído através das diferentes experiências históricas vividas por seus atores. Seus limites, antes de serem geográficos, são limites sociais.”<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. “Região e nação: novas fronteiras.” In ZARUR, George de Cerqueira Leite (org) **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 19-20.

<sup>62</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. “História Regional: dimensões teórico-conceituais”. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v.1, n.1, p.119-21.

<sup>63</sup> MATTOS, Ilmar. In: VISCARDI, Cláudia M. R. “História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas”. **Lócus: Revista de História**. Juiz de Fora, v.3, n.1, p. 87.

Já Silva deixa claro que

o regional é um recorte e não uma forma de escrever a História. Vê a região como um universo de práticas vivenciadas pelos diversos grupos humanos que nela se inserem, o qual engloba o relevo, as relações pessoais, a memória familiar, as condições de trabalho, a sexualidade, a associação, etc. (...) O regional torna-se um conjunto de identidades não vinculado necessariamente aos limites formais estabelecidos.<sup>64</sup>

Destaca-se também a visão de Bordieu que parte do pressuposto de que

o critério de divisão regional surgiu simbolicamente e foi sendo reconhecido e legitimado a posteriori. (...) a divisão regional não existe na realidade, pois a mesma realidade é a representação que dela fazemos. (...) A identidade regional é pois, um produto da construção humana.<sup>65</sup>

Assim, dentro da visão de que não há um espaço absoluto e que a região configura-se no espaço local dentro de uma sociedade global é que se realiza a análise das comunidades germânicas da região de Videira, na tentativa de reconhecimento das suas dimensões, dos elementos que lhe dão identidade e das relações estabelecidas tanto interna quanto externamente.

## **2.1 Comunidades germânicas no território videirense**

A localização dos imigrantes alemães e de famílias oriundas de colônias mais antigas na região de Videira resultou na formação de núcleos de colonização, que embora numericamente não fossem grandes, eram etnicamente homogêneos. Destacam-se as comunidades de Vitória, Anta Gorda, Linha Alemão e Marechal Hindenburg, tema que será abordado na seqüência.

### **2.1.1 Vitória**

A intensa propaganda atribuída às terras da região sul atraíram um número considerável de alemães, levando-os a conhecer e fixarem-se mais especificamente no Vale do Rio do Peixe.

Sob a influência ativa das companhias colonizadoras, que tinham o objetivo de atrair o

<sup>64</sup> SILVA, Marcos. In: VISCARDI, C. op cit, p. 87.

<sup>65</sup> BORDIEU, Pierre. In: VISCARDI, C. op cit, p. 87-88.

maior número possível de imigrantes, a propaganda embasada na ótima qualidade do solo, clima saudável e povo pacato e ordeiro<sup>66</sup>, chegava aos compradores por intermédio da Colonizadora Alberto Schimidt, principalmente na pessoa do seu representante José Petry, que por ser proprietário do Hotel Petry tinha contato com os viajantes. Tanto a Colonizadora Alberto Schimidt quanto a Kröeff & Selbach, observam as normas legais de organizar e lotear a cidade e de demarcar os lotes rurais divididos em dez alqueires ou duzentos e quarenta e dois mil quadrados para cada “colônia de terras”, que era tido como o necessário para a subsistência de uma família, sendo que cinquenta por cento deveria permanecer como mata nativa. Sobre esta cláusula os depoimentos são contraditórios, sendo que alguns a descrevem como área de reserva florestal, outros como sendo destinada à exploração da Companhia Colonizadora e outros ainda, que ao adquirirem as terras não tiveram conhecimento dela. Alguns colonos mais abastados e até mesmo previdentes adquiriam até cinco colônias de terras para darem como herança aos seus filhos, evitando assim a divisão excessiva das terras.

As primeiras levas de imigrantes vieram da Alemanha no período pós Primeira Guerra Mundial, uma vez que os refugiados da região oriental da Alemanha cujas terras foram perdidas para os poloneses, ficaram em torno de dois anos aguardando o seu encaminhamento para os países que recebiam imigrantes na América do Sul, dentre os quais figurava o Brasil. Já os que imigraram a partir de 1921, eram originários da Prússia Oriental, Mecklenburgo, Pomerânia (havia se instalado nesta região no período da formação do Império Alemão) e quando suas fazendas voltaram ao Estado Polônês, resolveram buscar novas terras em países que incrementavam as imigrações.

No Vale do Rio do Peixe, a presença do colono de origem germânica foi significativa, destacando-se, entre outros, os núcleos do Rio do Peixe (Piratuba), Cruzeiro (Joaçaba), Rio das Antas, Caçador<sup>67</sup> e Vitória (Videira).

Com a possibilidade de acesso a terra e a novas fontes de trabalho, muitos colonos alemães vieram para nova vila que chamavam de Sede XV de Novembro, esta era ligada ao município de Porto União e depois a Cruzeiro (atual Joaçaba) e, a partir de 1921, passou a ser denominada de Vitória, tornando-se distrito em 25 de maio de 1934, pertencendo ao município de Caçador. Situada na margem direita do Rio do Peixe, instalaram-se aí as famílias Becker, Lang, Faisst, Rybrandt, Kitzberger, entre outras.

---

<sup>66</sup> Embora alguns entrevistados tenham declarado que até 1930 a região passou por um período sem lei, valia a lei do mais forte, “o bandido é que mandava”.

<sup>67</sup> HEINSFELD, Adelar.(org). O Sentido Geopolítico-estratégico da Colonização Germânica no Vale do Rio do Peixe. In: **A Região em Perspectiva: diferentes faces da história catarinense**. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001. p.112.

Entre 1928 e 1936, muitas famílias chegaram a região provenientes do Rio Grande do Sul, do Paraná, e de Santa Catarina oriundos do Vale do Rio Itajaí (Blumenau, Ibirama), do litoral norte (São Bento e Joinville)<sup>68</sup> e da Europa. Desta época encontram-se registros da chegada das famílias de Jorge Faisst, Michel Kunz, Heirinch Rodemberg, Friederich Midding, Augusto Freenzel, Germano Dekker, Otto Becker, H. Yunginger, Alberto Zoller, Paulo Kofer, Fernando Buch, José Henn, J. Kitzberger, Luiz Hoffmann, José Kalinski, August Frenzel, Johan Ehlert, Carlos Schubert, Fernando Eggers, Alvin Herdmann, Posanski, René Frey, Arnold Frey, B. Hampf, Albert Reichert, Skalee, Faltin e outras.<sup>69</sup>

Estes imigrantes, na maioria procedentes da Alemanha, estabeleceram-se em Vitória dando-lhe características alemãs. Conforme entrevistas realizadas, Vitória foi produto da iniciativa particular, sem muita participação do poder público. Organizada em núcleos divididos em pequenas propriedades, a colonização alemã exerceu grande influência no crescimento da economia regional. “O ser proprietário” marcava a cultura do imigrante alemão que veio para o Brasil no século XIX, bem como a de seus descendentes que chegaram a Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX.”<sup>70</sup>



Figura 9: Mapa Colônia XV

Fonte: ZAGO, Denise. Iomerê: Da memória de seu povo, o registro de uma história. p. 142.

<sup>68</sup> Várias destas famílias vieram em função das perseguições sofridas no litoral como é o caso da família Soerger que para não ser presa veio para o Oeste.

<sup>69</sup> REICHERT, E. op cit

<sup>70</sup> HEINSFELD. A. op cit, p.119.

Na atividade agropecuária desenvolveram a criação do gado leiteiro e de suínos em escala organizada, uma vez que neste período os suínos, eram criados soltos e alimentados com frutos do mato, principalmente o pinhão. Os colonos vendiam suínos primeiro para a Casa de Banha de Max Wolff e depois para a Fábrica de Produtos Suínos “Fritz Lorenz”, que em 1938 foi vendida dando origem à empresa Frey & Kellermann<sup>71</sup>. Já a produção agrícola embasada no cultivo de batata, feijão, milho, trigo e arroz, bem como as frutas, verduras, ovos, leite e derivados eram destinados a abastecer a “vila”.

O excedente da produção era enviado via trem para centros maiores, principalmente São Paulo, onde o Grupo Matarazzo comprava a banha e os subprodutos do processamento da carne dos animais.

Na área urbana estabeleceram-se muitos artífices como, por exemplo, Arnaldo e Renné Frey que instalaram um açougue, Fernando Buch que montou uma ferraria e fábrica de carroças, Germano Decker e sua esposa que eram farmacêuticos, os irmãos Werner com fábrica de móveis de vime, Julio Mayer que produzia aberturas, móveis e artefatos de madeira, Rimmele que era carpinteiro, Sommerfeld que era sapateiro, Kalback com barbearia e outros.

Com a chegada de famílias alemãs, a vida social e cultural de Vitória refletiu os usos e costumes trazidos pelas mesmas. Sendo oriundos de centros urbanos e mais habituados ao convívio social, logo no início formaram várias associações culturais, sociais e esportivas.

Foi fundado um clube particular de propriedade de Alvin Herdmann, logo depois Fernando Buch criou a associação de Canto Coral, a associação de Tiro ao Alvo, Clube de Bolão, associação de ginástica e esportes e a associação de senhoras. Os grupos reuniam-se semanalmente para as atividades desportivas, com exceção do grupo que fazia natação, cujo encontro era diário, às margens do Rio do Peixe, no cair da tarde. Esta atividade era destinada apenas aos homens e rapazes.<sup>72</sup>

Do jornal Schwabische Merkur Stuttgart vem uma descrição das aulas de natação comandadas pelo senhor Bush

Em cima de um trampolim, se encontra uma pessoa alta, que segura uma corda, amarrado à qual está um jovem, que aprende a nadar (...) Lentamente desce a água cristalina pelo rio abaixo, e dá vontade da gente se jogar no rio. (...) é maravilhoso nadar nestes dias de calor, ao redor se vê a paisagem nativa brasileira, iluminada pelos últimos raios do sol daquele dia, e estamos no meio de alemães, em que todos falam

<sup>71</sup> Empresa que mais tarde deu origem à Perdigão, atualmente a maior empresa do município.

<sup>72</sup> De acordo com a Senhora Palmira Doro Zanella, uma das únicas famílias italianas residentes em Vitória, na atual rua XV de Novembro as aulas de saltos ornamentais e natação eram o momento em que os rapazes da “elite” da época reuniram-se.

a língua materna, e de cada dois falam o dialeto “Suabo”. Ali encontramos o dono da marcenaria Julius Mayer, mais adiante o mestre de ferreiro Ferdinando Bush, todos acompanhados de seus empregados, entre os quais Bäuerle, originário de Waldsee. Do trampolim salta o Jehle, que vem de Ravensburg. Como é que eles se chamam todos: Stier de Leonberg, klaus de Zwiefalten, Reichert de Besigheim, Knöpfler de Roth, Steiner de Weingarten, Möhrle de Waldsee, e Frick de Wangen.<sup>73</sup>

Com exceção da natação e dos treinamentos de tiro que eram feitos perto de Santa Gema, as atividades eram desenvolvidas no Clube Vitória,<sup>74</sup> fundado em 1934, sendo conhecido como clube dos alemães por ser um clube fechado e não permitir a entrada de sócios de outras nacionalidades. Era uma construção em madeira com pintura clara e belos lustres, vindos da Alemanha.

Foi a princípio um salão onde jogava-se cartas e bocha, porém como no início da colonização contavam apenas com a Sociedade Recreativa Vitória, logo buscaram incrementar e divulgar os hábitos e modo de vida da etnia.

Na reportagem “Visitando Suabos no Sul do Brasil”, os jornalistas alemães descrevem o Clube Vitória como sendo um grande clube social e recreativo alemão, que estava dividido em departamentos, cada qual responsável por uma atividade desportiva, cultural ou social. Os grupos reuniam-se separadamente, toda semana, para suas atividades específicas ou num todo em bailes e outras festividades. Também em 1935, foi criada uma associação dos participantes na Primeira Guerra Mundial, e havia a tendência por parte de alguns de formar um grupo local da N.A.S.D.A.P.<sup>75</sup>

A respeito das condições impostas para o ingresso como sócio do clube, Lopes afirma que

A admissão de novo sócio era feita, também, sobre aprovação total. Bola branca. Bastava um voto contra, bola preta, para uma recusa sumária. A condição básica para o ingresso no Clube era falar alemão; razão óbvia de facilitar o convívio, pois os alemães não falavam português e para entende-lo, também tinham muita dificuldade. Era portanto um clube fechado, exclusivista, mas de uma organização perfeita, onde os sócios se reuniam com frequência, para desfrutar das diversas modalidades de diversão e lazer, como: canto coral – em

<sup>73</sup> Visitando “Suabos” no Sul do Brasil. Tradução de Evaldo Reichert em 1.11.1984, do jornal Schawabische Merkur Stuttgart. Nº162 de 14 de julho de 1935. fl 3.

<sup>74</sup> O primeiro Clube Vitória estava localizado na rua XV de novembro onde hoje está a Videcross. Após o incêndio que destruiu suas instalações, aproximadamente em 1953, foi reconstruído em alvenaria, passando a ser uma sociedade aberta. Em 1998 foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Videira, passando a denominar-se Centro de Eventos Vitória (CEVI).

<sup>75</sup> Visitando “Suabos” no Sul do Brasil. Fl. 6.



alemão -, competições esportivas e jogos diversos, excelente buffet, teatro amador, etc.<sup>76</sup>

No “clube alemão” aconteciam também as festas populares de ano novo, carnaval, dia das mães, dia dos pais, juninas e bailes.

O Clube Vitória foi palco de muitas apresentações de teatro. Tanto dos grupos locais quanto de grupos trazidos para, segundo entrevistas, manter o nível cultural das famílias. Um exemplo disso foi a companhia alemã de teatro “Rusch Bühne” que em 1936 apresentou vários espetáculos em língua alemã. As peças eram folclóricas e clássicas da Bavieira, região de origem do grupo. Este acontecimento reuniu as comunidades alemãs de toda região.

Como consequência da Segunda Guerra Mundial, o clube Vitória foi fechado e as atividades sociais aí desempenhadas cessaram, numa tentativa de apagar a marca alemã, o que foi respeitado, pelo menos na aparência. No final da década de 40, com o final da guerra, o Clube Vitória volta as suas atividades.

### **2.1.2 Anta Gorda**

Outro núcleo de colonização alemã da Colônia XV foi Sede Anta Gorda, cuja ocupação por imigrantes teve início no ano de 1920, com a venda promovida por Alice Schneider Schmidt, de uma gleba de terras recebida como herança de seu marido. Como a mesma morava em Porto Alegre e a distância dificultava a exploração, a proprietária decidiu vendê-las.

As terras foram divididas em colônias e embora sua venda tenha sido demorada, a área que era ocupada por índios, mestiços e caboclos foi destinada a imigrantes italianos e alemães provenientes das cidades de Caxias do Sul, Pelotas e São Leopoldo, do Rio Grande do Sul e de Blumenau, Ibirama e Jaraguá do Sul, do litoral de Santa Catarina. Ali desenvolveram a atividade agrícola e madeireira, além da criação de gado e processamento dos seus derivados. O Núcleo XV de Novembro tinha uma economia auto-suficiente tanto no que se referia ao comércio quanto à indústria.

A localidade era denominada de Núcleo XV de Novembro sendo que mais tarde passou a ser denominada Anta Gorda, quando durante a construção da madeireira de Alberto Zoller, um dos operários, Joaquim Antunes, abateu uma anta que segundo os entrevistados chamava atenção por seu tamanho e peso. O fato espalhou-se pela região e quando referiam-

---

<sup>76</sup> LOPES, G.P. op cit, p. 42-43.

se ao Núcleo de XV de Novembro, diziam o local da anta gorda. Assim a localidade passou a ser denominada de Anta Gorda, dando o nome também ao rio que atravessa o distrito.<sup>77</sup>

Embora a rivalidade entre italianos e alemães nas primeiras décadas de ocupação tenha tido ênfase devido às diferenças de religião, uma vez que os alemães que se instalaram ali eram luteranos, de cultura e também à questão de que as melhores terras teriam sido destinadas aos alemães, restando as mais íngrimes e de difícil acesso aos italianos, os moradores tiveram que se unir para a construção e conservação da estrada que ligava aos distritos de Perdizes e Vitória e também a construção da ponte que dava acesso a Perdizes, nos anos 40.<sup>78</sup>

Anta Gorda teve sua primeira escola construída em 1930 sendo a entidade mantenedora a prefeitura municipal. Até então a alfabetização das crianças era feita pelos pais nas suas próprias casas.

No ano de 1932 foi construída uma escola mantida pela Igreja de Confissão Luterana, e por isso, denominada Escola Alemã. Além da alfabetização, funcionava uma escola de música onde era ensinado a tocar principalmente órgão e piano. Atividades culturais aconteciam na localidade como apresentações de teatro, desfiles e bailes.

Foi na década de 30 que a vida social em Anta Gorda começou a se desenvolver. Aconteciam festas da Igreja Católica nos domingos após a missa ou o culto e as pessoas reuniam-se em pequenos grupos para colocar as novidades em dia. Foi construído um salão de baile de propriedade do senhor Max Enz, onde eram realizados os bailes de natal, páscoa e ano novo, até o ano de 1930 quando foi construído o salão de baile de Luiz Schüller, com a denominação de Sociedade Recreativa Concórdia.

Havia também canchas de bocha e bolão. Quem tocava nos bailes era um conjunto amador formado por moradores do próprio local. Em 1948 o clube Concórdia, após ter sido destruído por um incêndio, foi substituído pelo Grêmio Recreativo e Esportivo Antagordense.<sup>79</sup>

Os moradores de Anta Gorda também praticavam modalidades esportivas como futebol, punho-bool, vôlei, xadrez e scart.

---

<sup>77</sup> SCHULER, Milto. **Distrito de Anta Gorda e sua história**. p.24.

<sup>78</sup> Até este período a travessia do Rio XV de Novembro era feita por uma balsa idealizada pelo senhor Alberto Zoller e construída em forma de mutirão a uns 200 metros acima da atual ponte do Cetrevi (Centro de Treinamento de Videira). Foi em uma dessas travessias que o senhor Zoller acabou falecendo.

<sup>79</sup> SCHULER, M. op cit, p.33.

### 2.1.3 Linha Alemão – Iomerê

Na localidade de Bom Sucesso, atual município de Iomerê, formou-se outro núcleo de colonização alemã. Em meados da década de vinte, um grupo de famílias descendentes de imigrantes alemães e moradores da cidade de Montenegro no Rio Grande do Sul adquiriram da colonizadora Kröeff & Selbach algumas colônias de terra no local conhecido como Linha Paulina. Vieram as famílias de Germano Sipp, Frederico Wilsen, Augusto Seibel, Jacob Weirich, Ottomar Woigt, Reinaldo Ebeling.

Essas famílias vieram de trem até a estação Pinheiro Preto, seguindo de carroça ou a pé até Rio dos Cochos, hoje Bom Sucesso, no local que hoje é conhecido como Linha Alemão.

Integrantes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) tiveram sua primeira igreja construída em 1935, até então o culto e as festas eram realizados na casa dos fiéis. No início o atendimento religioso era feito por um pastor que vinha esporadicamente de Luzerna, hoje é pertencente à Paróquia de Rio das Antas, vinculada ao Sínodo Norte Catarinense, Joinville.<sup>80</sup>

O início da colonização alemã na localidade foi marcado pela coexistência de imigrantes descendentes de italianos e também provenientes do Rio Grande do Sul. Nos primeiros tempos freqüentavam a mesma escola e faziam uso do mesmo cemitério, porém com a doação de terras em 1946, para a construção da igreja, foi feito um cemitério só para os de origem alemã.

Até hoje, na tentativa de manter as tradições, a comunidade realiza uma festa que inicia no dia 31 de dezembro e se encerra no dia 01 de janeiro de cada ano. Hoje essa festa é realizada no salão ao lado da igreja, mas antigamente era realizada no Clube Havana.<sup>81</sup> Os filhos e parentes das famílias que já não moram na localidade retornam por ocasião da festa participando da elaboração dos pratos e da ornamentação do local. Faz parte das festividades o baile, uma das formas de diversão dos alemães. A economia desta pequena comunidade alemã sempre esteve baseada na agricultura e pecuária.

Esta comunidade de alemães não tinha muita ligação com o Núcleo de Colonização de Vitória, devido ao isolamento do local, uma vez que chegaram até Rio dos Cochos vindos de Rio Bonito (Tangará) e também por serem descendentes de imigrantes e não imigrantes da

---

<sup>80</sup> Livro Ata da IECLB – Bom Sucesso.

<sup>81</sup> SIP, Romualdo. Entrevista concedida em 23 de janeiro de 2003.

Alemanha como era o caso da maioria dos que migraram para Vitória e Marechal Hindenburg.

#### **2.1.4 Marechal Hindenburg – Dez de Novembro - Fraiburgo**

A colônia Marechal Hindenburg estava situada entre Perdizes e Butiá Verde. Originária da Colonizadora Formighieri, Prestes Maia Ltda, representava, pela sua localização um elo entre as duas localidades.

Distante de Perdizes cerca de vinte quilômetros, era formada por muitos colonos suabos que chegaram oriundos da região de Misiones (Argentina), depois da crise do chá mate, originário daquela região, orientados para residirem em regiões mais altas e frias.<sup>82</sup>

Imigrantes alemães que chegaram no início da década de trinta, ainda sob o efeito do entusiasmo da propaganda realizada pelo capitão Schimidt e pelo padre Betler, embora quase todos possuíssem curso superior ou alguma profissão especializada<sup>83</sup>, para assumirem a posse das terras tiveram que assinar um compromisso para dedicarem-se à agropecuária a fim de produzirem o máximo possível.

As atividades econômicas, desta forma, basearam-se na suinocultura, na extração de madeira e na produção de cereais, especialmente o trigo e hortigranjeiros.

O início da sua colonização foi caracterizado pela divisão em três blocos: Linha Brasília, Flor da Serra e Dez de Novembro. Depois esses blocos foram subdivididos formando colônias, chácaras e lotes, tendo no centro uma parte urbana destacada pela praça Coronel Göelser e as duas ruas principais: Marechal Hindenburg e José Petry.

Fixaram residência nesta localidade as seguintes famílias: Josef Heckel, João Bauerle, Hermann Graft, Karl Michael Gregg, Carlos Lautenschlagger, Eugênio Shurr, Albertina Mohrle, Walter Steiner, Armando Mittack, Erhald Bierhals, Anila Mittack e Frida Knopp, Mina Schultz, Francisco Büllow, Matheus Hepp, Edmund Gerlach, Romolo Tonin, Guilherme e Tererza Pinz, Guilherme Shüller e Alvin Shüller,<sup>84</sup> José Ernesto Scholl, Arthur Gerlach, Fritz Josef Kremmer.<sup>85</sup>

Em 1934 foi inaugurada a Escola Estadual e em 1936 foi inaugurada a Igreja Evangélica Luterana. Embora a localidade tivesse melhor estrutura do que Butiá Verde, com o

<sup>82</sup> Visitando “Suabos” no Sul do Brasil. Fl. 2.

<sup>83</sup> Os imigrantes tinham por profissão estofador, torneiro mecânico, desenho mecânico, agrônomo, engenheiro químico, engenheiro arquiteto, açougueiro, padeiros.

<sup>84</sup> Juntamente com Edmundo Silva que era encarregado da medição das terras e também funcionário do Instituto Brasil de Colonização de Imigrantes auxiliou a Colonizadora Formighieri, Prestes Maia Ltda na venda das terras.

passar dos anos e sem ter o apoio necessário para continuar na lavoura, muitos descendentes das primeiras famílias passaram a trabalhar na localidade vizinha na empresa dos irmãos Frey.

Como afirma Lopes

Com o tempo sentindo a impossibilidade de continuar na lavoura, muitos deles passaram a trabalhar em Butiá Verde, na firma dos irmãos Frey, onde encontraram condições para exercer a profissão que tanto amavam e que desempenhavam com perfeição.<sup>86</sup>

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Marechal Hindenburg tem o seu nome modificado para Dez de Novembro, o qual permanece até hoje.

### 2.1.5 Perdizes

Em Perdizes, embora esta tenha sido uma vila de colonização, em maior número por descendentes de italianos, também se instalaram algumas famílias de origem alemã, porém alguns entrevistados fazem referência a um local próximo a serraria do Formighieri e Anciuti, onde seria organizada uma vila alemã, às margens do Rio das Pedras, afluente da margem esquerda do Rio do Peixe.

Também o jornal Schwabische Merkur Stuttgart descreve uma área que provavelmente é a mesma a qual os entrevistados referem-se como “usina velha”, escrevendo

O que para o desenvolvimento econômico de origem alemã, poderia representar a região mais importante, é o local que foi chamado como a cidade satélite ou bairro “Nova Besingheim”, que dista 3 quilômetros de Perdizes, às margens do Rio das Pedras, perto de uma cascata. Se poderia até crer, que a gente se encontra às margens do rio Enz ou rio Neckar, tão férteis são as terras. Esta região será certamente no futuro um ponto de união com a Colônia Marechal Hindenburg. Um cidadão de Besigheim, Capitão Schmidt, fundou este núcleo. Esperamos que um cidadão de Stuttgart venha até aqui para fundar a Nova Stuttgart, as pessoas aqui já esperam por este acontecimento.<sup>87</sup>

Rita Sinzker<sup>88</sup>, cujo pai, Franz, veio para Perdizes por intermédio do senhor Luiz Kellermann, gerente do frigorífico Fritz Lorenz, no ano de 1935 para construir a primeira usina hidroelétrica<sup>89</sup> do local, diz que este núcleo não chegou a formar-se, mas que era intenção dos alemães de Vitória controlar o lado de Perdizes, e fundar a “Grande Alemanha”,

<sup>85</sup> LOPES, G. P. op. cit, p.101.

<sup>86</sup> Idem, p. 103.

<sup>87</sup> Visitando “Suabos” no Sul do Brasil. Fl. 2-3.

<sup>88</sup> SINZKER, Rita. Entrevistada em 17.06.2006. Nasceu em Perdizes.

seguindo o curso do Rio das Pedras, até chegar a Marechal Hindenburg, porém veio a guerra e não foi possível levar os planos adiante. Já outros entrevistados negam a existência de “idéias nazistas”, dizendo que às vezes algumas pessoas o dizem como forma de enfrentamento às autoridades e que outros nem sabiam o que era o nazismo.

Estas comunidades estruturaram sua vida religiosa e cultural dentro das limitações impostas pela distância com centros maiores e também dos princípios da manutenção da identidade germânica.

## 2.2 Religião

A presença alemã no Brasil marca também a história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Os imigrantes alemães que vieram para o Brasil a partir de 1823 – 1824, foram direcionados para o Sul e para o Sudeste. As primeiras capelas protestantes estavam situadas no Rio de Janeiro e atendiam somente a imigrantes, sendo que os primeiros pastores vieram em 1886.

Em Santa Catarina, como no Rio Grande do Sul e Paraná, as primeiras áreas de colonização tem um caráter geopolítico com objetivo de ocupação e povoamento das terras, principalmente nas áreas de disputa com a Argentina.

São Pedro de Alcântara foi a primeira colônia a se formar, em 1929, no local que era caminho de tropeiros, que ligava São José, litoral, a Lages, no planalto. Outra colônia que se formou no mesmo ano foi Mafra, agora no caminho das tropas que ligava Lages a Curitiba.

Na década de 1830 a imigração diminuiu devido a proibição, por lei, dos gastos com o agenciamento e locação dos colonos e da Revolução Farroupilha (1835). A nova fase da imigração em Santa Catarina foi caracterizada pela promulgação “Lei de Terras”. Neste período surge Blumenau que, devido à iniciativa particular, estende a ocupação a todo Vale do Itajaí. Também caracterizada pela iniciativa privada, em 1851, foi fundada a Colônia Dona Francisca (Joinville).

Os imigrantes de origem germânica e/ou seus descendentes que ocuparam o Vale do Rio do Peixe são provenientes destes três pólos de colonização e também das chamadas “colônias velhas do Rio Grande do Sul”.

Dreher afirma que os evangélicos emigrados da Alemanha para o Brasil se instalaram em um país onde existia essencialmente a Igreja católica e que os motivos da migração não

---

<sup>89</sup> Mais tarde a usina foi vendida para a empresa Força e Luz, ficando sob a gerência de Renato Gomes.

eram somente religiosos, havendo aí o perigo de ser suplantado pelo catolicismo, o que não ocorreu.<sup>90</sup>

O alemão evangélico não se submeteu ao catolicismo oficial como o índio e o negro, até porque ao vir para o país vinham com a promessa de liberdade religiosa<sup>91</sup>, muito embora os pastores recebam ajuda do governo brasileiro, até a Proclamação da República, os casamentos que realizavam não tinham validade oficial<sup>92</sup>.

Os luteranos, no Brasil, se dividem em Sinodais e Missouri. As diferenças básicas entre os dois grupos aparecem nos sermões e distinção entre fé e germanidade. Os Missouri (Igreja Evangélica Luterana do Brasil – IELB) mantêm as pregações em alemão, e os sermões em português. Separam paróquia e comunidade local, religião e vida social e fé protestante e civilização germânica.

Com as leis de nacionalização conseguiram melhores condições de expansão uma vez que já usavam o português. Chegaram ao Brasil devido a desentendimentos em comunidades luteranas e solicitaram a vinda de pastores dos Estados Unidos.

Os Sinodais (IECLB) procuraram preservar a herança étnico-cultural e o uso exclusivo da língua alemã, o que colaborou para o isolamento dos imigrantes alemães, dificultando a sua integração ao meio brasileiro. Os luteranos preservaram o uso da língua alemã nos cultos e os laços da Igreja com a Alemanha mantiveram-se muito fortes. São mais ecumênicos do que os da Igreja Missouri.<sup>93</sup>

Os imigrantes tiveram que organizar sua vida sócio-cultural, incluindo a religião. Dos cultos domésticos à fundação das comunidades evangélicas que depois viriam a formar a IECLB, os colonos, como faltavam pastores, improvisavam e o pastor era eleito entre os membros da comunidade.

No tocante atendimento eclesiástico, os agricultores desenvolveram o seu próprio sistema comunitário. Reuniram-se em comunidades religiosas, construíram, mesmo que sob enormes sacrifícios, escola, igreja e casa pastoral, e engajaram pastores e professores. Raríssimas vezes os pastores eram ordenados. Na maioria das vezes eram existências fracassadas que assumiam esse ministério; por isso surgiu também a designação "pseudo-pastor".<sup>94</sup>

<sup>90</sup> DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984. p.53.

<sup>91</sup> A Sociedade Colonizadora por meio do decreto nº 3069 assegurava o direito à liberdade religiosa, embora na prática isso nem sempre tenha acontecido. CRISTOFOLINI. p. 68.

<sup>92</sup> ROCKENBACH, Sílvio Aloysio ; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigração Alemã 180 anos: História e Cultura**. Porto Alegre: CORAG, 2004. p. 47.

<sup>93</sup> WILGES, Irineu. **Cultura Religiosa: As religiões do mundo**. Petrópolis: Vozes. 1982. vol. I, 3ª ed. p. 83.

<sup>94</sup> DREHER, M. N. op cit, p. 15.

Em outra fase a partir de 1864, a IECLB, recebe um número maior de pastores sendo que em 1968 inicia a tentativa e posterior reunião das comunidades em sínodos: “Sínodo Riograndense (1886), o Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul (1905). A Associação de Comunidades Evangélicas de Santa Catarina e Paraná (1911) e o Sínodo Evangélico do Brazil Central (1912)”.<sup>95</sup>

Parafrazeando Dreher, a principal função dos sínodos era a de representar os interesses dos cristãos evangélicos-luteranos perante as autoridades constituídas.<sup>96</sup>

Por motivos históricos, étnicos e culturais, os imigrantes alemães tem sido considerados fechados e a IECLB, uma Igreja voltada para si mesma. Os membros que migraram, como que transplantaram as tradições da Comunidade de origem: os cultos, o trabalho com crianças, jovens e mulheres. Esse fenômeno fez parte do processo de radicação e construção da “nova pátria”, do “sentir-se em casa”.<sup>97</sup>

Para Wilges, a Comunidade é um dos elementos constitutivos da religião. Quem tem uma determinada crença, sente-se atraído para seus coirmãos e junto a eles quer manifestar a sua fé, pois sem isso ela se tornaria individualista e incoerente.<sup>98</sup> Droste, classifica, dentro do organograma da IECLB, Comunidade como a menor unidade da Igreja que congrega os membros residentes em área delimitada.<sup>99</sup>

Os primeiros registros a respeito da Comunidade Evangélica de Videira datam de 1930, quando o atendimento era feito por pastores vindos de outros locais. O número de pastores era pequeno e atendiam uma grande área. Era comum a comunidade ficar vários meses sem pastor, sem cultos e sem batizados. Esses pastores vinham da Alemanha e aqui se dedicavam à sua missão pastoral.

Os colonos evangélicos em Vitória, nos primeiros tempos, tiveram que contar com seus próprios recursos para estruturar sua vida religiosa e por extensão a educacional. Ao chegar viram-se sem ministros e sem locais para o culto.<sup>100</sup> Assim, os imigrantes evangélicos organizaram a Igreja local como organizaram sua vida social e cultural. Desde o início, as Comunidades vem com um forte sentimento de independência e determinação, o que é peculiar das sociedades desportivas e recreativas. No seu início elas eram “comunhão de sobrevivência”, era importante manter-se unido, proporcionar amparo mútuo e resguardar

<sup>95</sup> BRAKEMEIER Gottfried (org.) **Presença Luterana 1990**. São Leopoldo: Editora Sinodal. 1989. p. 98.

<sup>96</sup> DREHER, M. N. op cit, p.98.

<sup>97</sup> DROSTE, Rolf. **Estrutura e Missão da IECLB**. In: BRAKEMEIER, Gottfried. (org.) **Presença Luterana – 1990**. São Leopoldo: Ed. Sinodal. 1969. p. 164.

<sup>98</sup> WILGES, I. op cit, p.11.

<sup>99</sup> DROSTE, R. op.cit, p.168.



suas tradições, entre as quais sua fé e seus costumes eclesiásticos-confecionais.<sup>101</sup> Estes costumes tornaram-se tão arraigados que mesmo na atualidade com a tendência de maior abertura, nota-se o uso do pronome possessivo, “nosso” ou “nossa” no linguajar diário, ao referir-se ao cemitério, à comunidade, ao pastor, ou à casa pastoral.<sup>102</sup>

Como Vitória estava incluída na questão do não atendimento local, o senhor Fernando Bush é quem fazia os enterros e dava assistência espiritual em caso de necessidade. Também desempenhou um papel relevante atuando na área esportiva com as comentadas aulas de saltos ornamentais e natação no Rio do Peixe, na área cultural com o comando do Grupo Teatral que se apresentava no Clube Vitória e também por ser uma das pessoas que mantinha vivas as tradições culturais e personificava os ideais nacionalistas alemães.

Vitória era um distrito de Caçador e a Igreja pertencia à região de Blumenau. Os registros indicam que os primeiros pastores que deram atendimento espiritual em Vitória e depois Perdizes foram Pastor Lückhoff em 1931, Pastor Scheerer em 1932, veio do Rio Grande do Sul para instalar o Pastor Hans Wiemer (1932 – 1933), mais tarde Roth (1934 – 1935), Diácono Lück (1935), Pastor Theo Regowski (1935 – 1939), Diácono Kersten em 1939, e Alfredo Hoffmann (1939 – 1943/ 1945 - 1951), que ficou preso por dois anos, assumindo o Reverendo Wright da Igreja Presbiteriana de Cruzeiro do Sul as funções pastorais de 1943 a 1945. Também foram pastores George Balbach, Stephan Hartnagel, Alfredo Gutjahr, primeiro pastor da Paróquia nascido e formado no Brasil, de 1969-1982, Armindo Schmechel, Jorge Luiz Lothar, Adenor Saatkamp, Inácio Lemke, Mauri Schlösser e Roni Roberto Balz.

No ano de 1931 foi criada a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Vitória, a IECLB. Em 03 de maio do mesmo ano foi celebrado um culto pelo pastor Lückhoff de Rio Negro-PR.

Ainda de acordo com o livro atas, na Assembléia de 10 de janeiro de 1932, o pastor Scheeser informa à Comunidade Evangélica de Videira a vinda do pastor Hans Wiener para atender a comunidade ficando este até o ano de 1932.

Do ano de 1945 a 1992 a IECLB de Videira foi atendida pelo pastor de Rio das Antas. Ainda o Histórico da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Videira indica que esta representava 20% da população de Perdizes e Vitória.

---

<sup>100</sup> No caso de Vitória, o terreno para a construção da igreja templo e também do cemitério foi doado pela Companhia Colonizadora responsável pela vinda destes imigrantes, como será comentado mais adiante.

<sup>101</sup> DROSTE, R. op cit p.165.

<sup>102</sup> DREHER, M. N. op cit, p. 97.

Quanto às primeiras propriedades da Comunidade Evangélica Luterana de Videira, foram doados quatro terrenos pela Colonizadora Petry, sendo que um foi destinado para o cemitério evangélico, outro é o terreno onde está a igreja e os outros dois estavam localizados na atual rua Marechal Floriano Peixoto, onde foi construída em 1931 uma casa que servia de escola e igreja, o “Schulhaus”.<sup>103</sup> O segundo templo foi construído em 1949 na rua Bulcão Viana, onde permanece até hoje.



Figura 10: Capela Evangélica onde funcionou a escola da professora Irma Dekker.  
Fonte: LOPES, Gentila Porto. *Glória de pioneiros*. p. 52.

Segundo os estatutos da Comunidade da Igreja e Escola Evangélica Allemã registrado em 18 de janeiro de 1934 na cidade de Cruzeiro do Sul, o distrito abrangia as colônias 15 de Novembro, Marechal Hindenburg, Rio Caçador e Pinheiro Preto.

---

<sup>103</sup> Hoje neste local situa-se a casa do senhor Majorino Brandalise.

Ao lado foi construída outra casinha que era o local de reuniões das senhoras evangélicas, a sede do “FRAUENVERHEIN”, como era chamada a atual O.A.S.E, Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas.<sup>104</sup>

O primeiro registro histórico da O.A.S.E é de novembro de 1936. O estatuto da Sociedade das Senhoras Evangélicas de Vitória e Perdizes foi assinado por Ema Wuff e Elfride Kellermann.

O estatuto consta de oito artigos que são mantidos até hoje, tendo sido registrado pelo oficial de registro especial de Caçador. Estão no arquivo o nome de 32 senhoras registradas como sócias. Como já foi citado, no início a Associação era denominada de “FRAUENVERHEIN”, sendo o nome Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas mais recente.

O artigo 2º dos Estatutos da Sociedade Auxiliadora das Mulheres Evangélicas de Vitória e Perdizes, que trata dos fins e objetivos, enfatiza que nos itens “a” e “c”, a preocupação com a moral e o auxílio ao núcleo germânico a que pertenciam

a) Proteger a moral religiosa das famílias e da sociedade evangélica.

(...)

c) Proteger a sociedade evangélica, quer material, quer moralmente; para as famílias em geral como também iniciar novos trabalhos, que diz respeito a solidariedade e amor ao próximo.”

Já o artigo 3º diz que:

“ podem ser associadas todas as mulheres evangélicas, que pertencem a sociedade evangélica. Mulheres Cathólicas, cujo marido seja protestante, como também mulheres Cathólicas e de outros credos christam, sendo estas consideradas sócias passivas, não gozando do direito de voto em assembléa.

De acordo com o histórico da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Videira – 1936/1986, as atividades desenvolvidas eram semelhantes às desenvolvidas hoje: liam, cantavam, bordavam, tomam cafezinho e chimarrão e conversavam.

Durante a Segunda Guerra Mundial o grupo das Senhoras Evangélicas recebeu da Subdelegacia de Polícia de Caçador um documento enquadrando a O.A.S.E, como “casa de diversões” e que devia revalidar sua licença para funcionamento. Neste período as reuniões pararam, até porque não era permitida a reunião de duas ou três pessoas que falassem língua estrangeira e mesmo com o final do conflito as senhoras ainda receosas, começaram a reunir-se nas casas das participantes, retornando mais tarde para a sede.

A ligação entre Igreja e germanidade foi tida como normal nos primeiros tempos da migração no Brasil, alemão é idêntico a evangélico<sup>105</sup> também caracterizando comunidades

<sup>104</sup> Terreno onde está localizada a casa do senhor Evaldo Reichert.

germânicas da região de Videira embora houvessem algumas famílias alemãs católicas, estas, em sua maioria, localizadas em Perdizes.

O próprio Estatuto da Comunidade de Igreja e Escola Evangélica Allemã, deixa claro em seu artigo II esta finalidade

Esta Comunidade tem por fim: Instrucção collectiva segundo as doutrinas da Igreja-Evangélica-Allemã, manutenção da nacionalidade allemã, proteger e favorecer a piedade e moralidade, mostrando temor a Deus, deveres do officio, obediência á autoridade e cumprimento consciencioso de seu dever entre os membros da família.

Em comunidades do interior, nas chamadas linhas, mesmo com um atendimento mais esporádico do que nas vilas, a germanidade se manteve inclusive de forma mais arraigada devido ao isolamento e ao pouco contato com outros grupos. A senhora Iraci Elsbeth Virguts<sup>106</sup>, moradora da Linha 15 de Novembro, diz que iam para a escola em uma casinha simples, que também era utilizada para o culto quando o pastor vinha. As aulas eram dadas por um professor que falava as duas línguas e ensinava português e alemão.

Ao ser questionada se crianças de origem italiana e polonesa, que também moravam na localidade, freqüentavam a mesma escola, não soube afirmar com certeza mas acha que sim, porém foi enfática ao dizer que o pai os ensinava em casa.

Até a década de 1930 a população germânica local não teve problemas em manter o seu idioma e seus costumes, mantendo um amor saudosista da Pátria mãe. Os cultos eram proferidos em alemão, e a OASE, trabalhando junto à Igreja, a unia ainda mais aos seus fiéis. Assim, o estreito relacionamento de Igreja e germanidade foi promovido pelos pastores oriundos da Alemanha e das organizações que os enviavam. Já os teuto-brasileiros católicos<sup>107</sup> vieram desacompanhados de padres e não entendiam os sermões proferidos pelo padre português<sup>108</sup>. Porém, para uma parcela deste grupo a língua alemã não assume a importância que tem para os luteranos, já que a sede da Igreja Católica é em Roma e o idioma oficial é o latim e considera os princípios dogmáticos, não estabelecendo vínculos com a cultura étnica, como em geral acontece com os luteranos<sup>109</sup>.

A partir do final do século XIX, representantes da elite brasileira adotam a idéia do “perigo alemão” e este forte vínculo da Igreja Luterana com a “pátria mãe” serve para reforçar

---

<sup>105</sup> DREHER, M.N. op cit, p.62.

<sup>106</sup> VIRGUTS, Iraci Elsbeth. Entrevista concedida em 08/12/2006. Nascida na Linha 15 de Novembro, é filha de imigrantes alemães.

<sup>107</sup> Existentes em pequeno número em Vitória e Perdizes.

<sup>108</sup> ROCKENBACH.S. A. op cit, p. 47.

esta idéia, pois se o imigrante contribuiu para o progresso dos locais onde se instalou, também dificultou a assimilação da cultura local e formação de uma nacionalidade brasileira homogênea como o governo queria construir.<sup>110</sup>

Neste jogo entre evangelho e ideologia, em 1933 os sínodos luteranos do Brasil se filiaram à Deustcher Evangelischer Kirchenbund (Federação Alemã das Igrejas Evangélicas), toda a vida da Igreja Luterana no Brasil passa a ser determinada a partir da Alemanha.<sup>111</sup>

Com o início da Segunda Guerra Mundial, as Comunidades Evangélicas sentiram muito esta ligação com a Alemanha com a prisão de pastores e a proibição do uso da língua nas escolas e nos cultos, porém apontam para novos rumos como a formação de pastores e professores brasileiros e a retomada da direção da vida evangélica pelos sínodos brasileiros.

### 2.3 Educação

O distanciamento das comunidades alemãs fez com que em termos culturais entrassem em choque com os italianos e/ou descendentes e lusos que moravam no local. As entrevistas orais com ítalo-brasileiros destacam a arrogância dos alemães e os “ares de superioridade” com que se dirigiam a eles.

Para Dreher, os imigrantes alemães ocuparam áreas pouco povoadas o que dificultava o contato com a população aí estabelecida, favorecendo povoações etnicamente homogêneas onde a cultura foi preservada, adotando elementos da cultura brasileira, somente quando estes lhe trouxessem alguma vantagem,<sup>112</sup> embora Dreher esteja se referindo ao Rio Grande do Sul, o mesmo pode ser aplicado em Vitória. Essa idéia de “marginalidade” alemã é reforçada pela diferença de credo religioso, uma vez que, segundo Cristofolini, a partir de 1930 o catolicismo volta a unir-se ao Estado, identificando a nacionalidade brasileira e os luteranos, ao contrário, sofrem consequências político-religiosas por estarem em um país essencialmente católico.

Cristofolini continua afirmando que o princípio das idéias de Lutero, de estudar a Sagrada Escritura durante as atividades educacionais, se manteve nos currículos das escolas luteranas, o que justifica os colonos terem priorizado a construção do templo-escola, o que os diferenciou dos católicos, que deram prioridade à igreja. Por outro lado, registra que nas

<sup>109</sup> SEYFERTH. Giralda. apud CRISTOFOLINI, Nilton José. **Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville**. Florianópolis: UFSC. 2002. p.69. (Dissertação).

<sup>110</sup> CRISTOFOLINI, N. J. op cit, p.74.

<sup>111</sup> DREHER. In: BRAKEMEIER, Gottfried. (ed). **Presença Luterana – 1990**. São Leopoldo: Ed. Sinodal. 1989. p. 100.

<sup>112</sup> DREHER, M. N. op cit, p.39.

idades o conflito não é oriundo da diferença religiosa e sim étnica-cultural<sup>113</sup>. Este parece ter sido o caso de Vitória em relação a Perdizes.

Uma das características importantes dos imigrantes luteranos é ter estabelecido uma estreita ligação entre cultura e fé, sendo que a manutenção da germanidade por meio dos púlpitos da igreja é estendida à escola.

A pregação luterana pressupôs a escola para a alfabetização das crianças, visto que, o enfraquecimento do germanismo poderia tornar-se prejudicial ao luteranismo e da mesma forma, do luteranismo para o germanismo.<sup>114</sup>

A educação ganha destaque pois garante o acesso à leitura da Bíblia e diante desta importância os primeiros colonos teuto-brasileiros luteranos da região de Vitória vão construir uma escola templo. Esta construção era utilizada durante a semana como escola e no final de semana para a catequese e o culto.

No seu artigo IV, o Estatuto da Comunidade da Igreja e Escola Evangélica Allemã enfoca que “a Comunidade da Igreja e Escola Evangélica Allemã une-se com a Evangelischen Landeskirche der Altpreussischen Union” e ainda no Suplemento: Estatutos para a Escola consta a finalidade da escola e sua organização como sendo evangélica alemã e unida ao “Landesschulverband” de Santa Catharina e Paraná, sendo que seu artigo III diz que

a instrução na escola é dada na língua allemã, pelo Pastor da Comunidade Evangélica Allemã, em 15 de Novembro. Lecciona-se também a língua vernácula com o mesmo interesse e para o bem da Pátria brasileira. O ensino na escola baseia-se num método no programa, que pode ser visto pelos membros em qualquer tempo. As matérias de ensino são dadas conforme prescriptas pelo “Landesschulverband”.<sup>115</sup>

As aulas eram diárias e sua duração de 4 horas, tendo mensalidades a serem pagas até o dia 25 de cada mês. Para o exame final, que marcava o final do ano escolar, eram convidados os membros da comunidade.

As escolas, tanto em Perdizes como em Vitória existiam pela ação das Companhias Colonizadoras. Até o ano de 1921 não havia escolas e a falta de estradas e outros meios de comunicação aumentavam a distância com o governo. Com a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a chegada de imigrantes este problema aumentou e foi solucionado pela ação de Júlio Selback, diretor da companhia Colonizadora Kröeff & Selback, instalada

<sup>113</sup> CRISTOFOLINI, N. J. op. cit, p.67.

<sup>114</sup> Idem, p.65.

<sup>115</sup> Suplemento dos Estatutos da Comunidade de Igreja e Escola Evangélica Allemã com sede em 15 de Novembro, município Cruzeiro do Sul, Estado de Santa Catarina: Estatutos para a Escola, I. Fim e Organização.

em Perdizes e responsável pela comercialização das terras da Colônia 15 de Novembro,<sup>116</sup> que trouxe de Porto Vitória a professora Celedônia Selbach<sup>117</sup> que montou uma sala de aula na residência da família, localizada na atual Avenida Dom Pedro II. A sala de aula contava com alunos das quatro séries primárias: 1º livro, 2º livro, 3º livro e Selécta.

Já na comunidade de 15 de Novembro a escola funcionava em uma casa modesta, no local onde mais tarde foi construída a sede do Clube Vitória. Dirigida pela professora Irma Herdmann, mais tarde a escola foi transferida para as instalações da Igreja Luterana.

Com o aumento do número de alunos, em 1934, as escolas foram unificadas sendo oficializada e primeira escola estadual, em Perdizes, com o funcionamento provisório do chamado Grupo Escolar em um armazém cedido pela família Formighieri, onde hoje funciona a AMG Veículos, na Avenida Dom Pedro II. O primeiro diretor do Grupo Escolar foi o professor Wilibaldo Rohregger, sendo sucedido por Ingeburg Dekker, filha da senhora Irma Herdemann Dekker.

Em 1936 sob a influência do secretário do governo Nereu Ramos, Elpídeo Barbosa, e por decisão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, o novo Grupo Escolar passou a denominar-se “Professora Adelina Régis”. “De São Paulo vieram dois casais de professores: Alexandre Milani Filho, Cícero Silva e suas esposas. Em 1939, foi criado, anexo ao grupo, o Curso Complementar – espécie de Ginásio.”<sup>118</sup>

Em junho de 1946 o prédio é destruído por um incêndio e em 1947 o Grupo Escolar Adelina Régis é transferido para a margem direita do rio, na rua XV de Novembro em uma casa de madeira, até a construção do atual prédio que foi inaugurado em 19 de setembro de 1954. Nessa época Perdizes e Vitória já haviam sido unificadas formando o município de Videira.

Outro educandário foi o chamado “Colégio das Irmãs”. Por volta de 1936 chegaram em Perdizes para trabalhar na primeira escola primária particular as Irmãs da Congregação Franciscana. Como vinham a convite de Aloysio Kröeff e César Leoni, o senhor Aloysio Kröeff cedeu sua residência para a escola e se acomodou com a família no Hotel Familiar. As Irmãs Franciscanas ficaram em Perdizes aproximadamente três anos.

<sup>116</sup> Aloysio Kröeff foi responsável pela estruturação da vila de Faxinal Branco – Iomerê. O traçado das ruas a localização das praças e o tamanho dos lotes, mantidos até hoje, dão à localidade ares de cidade planejada, inclusive tendo o seu mapa registrado em Caçador.

<sup>117</sup> O marido de Celedônia veio suprir outra necessidade do local. Formado pela primeira faculdade de Porto Alegre, Lothário Selbach, instalou a primeira farmácia, auxiliando a população local contra epidemias de tifo, crúpe e pneumonia. LOPES. G. P. op.cit, p.51.

<sup>118</sup> HOELLER DAL BÓ, M. L. op cit, p. 12.

Na sua descrição de Vitória e Perdizes, o jornal Schwabische Merkur Stuttgart, faz o seguinte relato

Passamos em frente as grandes lojas dirigidas por italianos, e chegamos até a escola das irmãs franciscanas. O prédio da escola foi recém pintado. Subimos a escadaria e puxamos a sineta. Apareceu logo uma freira franciscana, que nos convidou para entrar no nosso dialeto. Nas classes básicas, neste instante é administrada “Canto” (...) As crianças nem se perturbam com nossa presença e continuam cantando as canções alemãs que todos conhecemos desde crianças. Já tínhamos ouvido falar do trabalho missionário das escolas alemãs no exterior e aqui verificamos “in locum”. (...) A escola ensina português de manhã e alemão à tarde.<sup>119</sup>

No ano de 1936 chegam ao Brasil, vindas da Alemanha, as Irmãs da Congregação Salvatoriana. A princípio vinham para atuar em Bom Retiro, hoje Luzerna, mas por solicitação dos padres de Perdizes, o bispo de Lages, Dom Daniel Hostin achou por bem que a Congregação realizasse um trabalho conjunto. As Irmãs Franciscanas foram transferidas para Bom Retiro, onde já atuavam padres franciscanos e as Irmãs Salvatorianas permaneceram em Perdizes. As Irmãs Salvatorianas passam para a casa do senhor Aloysio Kröeff, que continuaria a morar no hotel.

Assim, as Irmãs fizeram da casa do senhor Kröeff o seu primeiro convento. Era uma casa nova, de madeira, com dois andares e bastante ampla. Do andar superior fizeram seu dormitório. No andar inferior havia uma sala de recepção, cozinha, varanda, uma pequena capela e duas salas de aula.<sup>120</sup>

A população de Perdizes era, na época, de aproximadamente cinco mil habitantes, a maioria de origem italiana e um pequeno grupo de alemães e outras etnias. As Irmãs iniciaram as aulas na Escola Elementar, que a população local chamava de Colégio das Irmãs, em 23 de fevereiro de 1937. Atendiam 27 crianças e contavam com duas professoras leigas, devido à dificuldade da língua.

A pedra fundamental do atual Colégio Imaculada Conceição foi lançada em 23 de janeiro de 1938, sendo inaugurado em 1939 quando o senhor Aloysio Kröeff recebe as chaves de sua casa. O prédio foi construído em forma de mutirão pela população local e com ajuda financeira da Alemanha. Em fevereiro de 1939 entra em vigor o decreto federal que proíbe aos estrangeiros o ensino nas escolas, sendo que o problema foi solucionado com o auxílio da senhora Celedônia Selbach, cuja filha Iris, professora formada, assume a direção da escola.

<sup>119</sup> Vistando “Suabos” no Sul do Brasil. fl. 5.

<sup>120</sup> GALIAZZI, Irmã Nilse Maria. Irmãs Salvatorianas – **Histórico Província Santa Catarina: 1936 – 1979**. Lages: Medigraf.



Em 21 de março as primeiras noviças brasileiras entram para a Congregação Salvatoriana de Perdizes, Virgínia Leoni (Irmã Carmelita) e Ana Schuh (Irmã Rosa) e partem para Roma, onde farão o noviciado. Virgínia Leoni era a que melhor conseguia comunicar-se com as Irmãs alemãs, pois havia estudado em Porto União, onde havia aprendido esta língua. Em abril de 1939 chegam da Alemanha as Irmãs Bonavita Strohmeier, Ligória Gelhaus, Annetta Schnapp, Plantila Baur e Claudina Öhrlein, sendo que as Irmãs Bonavita e Annetta dedicaram-se à enfermagem no Sanatório Santa Catarina.

Um quarto grupo de Irmãs chega da Alemanha em agosto de 1939 e em 5 de janeiro de 1942 é criado em Perdizes o primeiro Noviciado das Irmãs Salvatorianas no Brasil. Videira foi sede da Província Meridional das Irmãs Salvatorianas até 1969 então foi transferida para Lages.

Nos núcleos de Anta Gorda e Marechal Hindenburg as próprias famílias encarregaram-se de organizar suas escolas, como é o caso do senhor Alberto Zoller, que patrocinou a construção da primeira escola e contratou um professor particular que era luterano. Já em Rio dos Cochos os teuto-brasileiros freqüentavam a mesma escola dos descendentes de italianos ali instalados.

Apesar da instalação do Grupo Escolar Adelina Régis, em Vitória, as crianças descendentes de alemães continuavam a freqüentar a “escola alemã” localizada à margem direita do Rio do Peixe, na Vila de Vitória. Em um período estudavam no Adelina Régis e no outro freqüentavam a escola com professores alemães. Como essas aulas eram cobradas, alguns colonos mandavam seus filhos quando tinham dinheiro. Em alguns casos a distância também prejudicava o acesso à escola, então as crianças eram ensinadas em casa sendo estimuladas para a leitura da Bíblia.

A senhora Ruth Rodemberg Wetter descreve as condições em que estudou, dizendo que os alemães tinham sua escola, mas como eram pagas, ela e os irmãos freqüentavam quando o pai tinha dinheiro e ainda, como a distância era grande, ela ficava em casa de conhecidos para não voltar sozinha pelas picadas no meio da mata.

Outro fato reforçado pelas entrevistas orais é que as crianças iam para a escola aprender a língua portuguesa e depois serviram de intérpretes para os pais nos períodos mais duros da repressão. Durante o Estado Novo, principalmente as mulheres evitavam se afastar das crianças, conforme será abordado no capítulo a seguir.

### 3 NACIONALISMO E NACIONALIZAÇÃO EM VIDEIRA

O processo histórico que levou à formação dos Estados Nacionais Modernos foi longo, complexo e adquiriu particularidades próprias na fase de transição do período feudal à organização dos chamados Estados Modernos.

Com a Revolução Industrial, o Estado-nação se constitui em um elemento decisivo para que o capitalismo se firmasse, pois, delimitados os territórios sobre os quais ele consolida seu poder, as atividades econômicas, sob sua tutela, se organizam e se multiplicam, favorecendo o acúmulo do capital. E este capital, ao mesmo tempo em que recebe apoio do Estado, lhe dá sustentação.

O Estado a partir da institucionalização de uma estrutura capaz de centralizar tarefas que visavam a unificação, constituiu-se como uma esfera pública, manifestada como sentimento ou “ser nacional”. Assim, contribuindo para o surgimento das nações modernas se funde a elas e passa a ter domínio sobre os valores culturais, morais e sociais, embora não se possa esquecer que o surgimento do Estado-nação, seu funcionamento e sua importância apresentam particularidades distintas e em locais diferentes, marcadas pelas diferenças regionais.

É a partir do século XIX, com a influência da Revolução Francesa e das ideologias liberais, democráticas e socialistas que se desenvolveu o fenômeno do nacionalismo. Primeiro na Europa e depois pelo restante do mundo, o nacionalismo constituiu-se em uma esfera ideológica capaz de fornecer elementos e critérios necessários para a legitimidade e formação de um Estado independente.

No século XX, o Estado nacional se constituiu como esfera do poder político. Ao assumir o papel de estabelecer as relações diplomáticas, o Estado vai precisar legitimar este poder, até para que as suas fronteiras sejam mantidas e respeitadas. Segundo Guibernau, em todo processo de formação do Estado nacional, o Estado desempenhou um papel fundamental e de caráter expansionista com a conquista e anexação de novas áreas. Por outro lado, também exerceu seu poder sobre seus cidadãos por meio da cobrança de impostos e estabelecendo direitos e deveres aos mesmos. Afirma que ao mesmo tempo que lhes outorga poderes, por meio dos deveres, coage. O aumento dos poderes e finalidades do Estado abre espaço para a classificação dos cidadãos por sexo, religião, idade, riqueza...<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 67.

O Estado facilita o nacionalismo como forma de incrementar os laços existentes entre os cidadãos, e para tanto tenta inculcar uma cultura comum baseada em símbolos e valores. Busca com isso traços comuns de identificação, a homogeneização.

O nacionalismo, para Lauerhass, consiste em um sistema de avaliação no qual o Estado-nação constitui um grupo mais elevado na ordem social e deve ser o foco principal da lealdade do cidadão e ainda ter o poder de tomar as decisões em nome da coletividade, por isso os interesses individuais são levados para segundo plano. A nível internacional, seu objetivo principal está focado na independência e fortalecimento da nação com relação aos países estrangeiros e internamente na integração e no desenvolvimento.

Lauerhass coloca ainda que o nacionalismo em suas manifestações ostensivas aparece em três níveis que estão inter-relacionados, mas distintos. O primeiro é o ideológico, que é encontrado em escritos apresentando uma crítica da sociedade existente seguida de um plano de renovação e/ou realização nacional. O nível institucional, embora não seja uma instituição em si, aparece como base para um movimento popular, um partido político, uma instituição, pode expressar-se por meio de organizações educacionais, de propaganda, militares, trabalhistas, feministas, empresariais, esportivas ou culturais; ou ainda de forma simbólica em bandeiras, festividades, monumentos, canções e preces e heróis nacionais. E a nível popular, manifesta-se por meio de cidadãos que acreditam na supremacia da nação. Este sentimento é reforçado em épocas de crises.<sup>122</sup>

Ao abordar o nacionalismo Guibernau, o caracteriza como um “sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e tem a vontade de decidir sobre seu destino político comum”.<sup>123</sup>

Já para Giddens

o “nacionalismo é primordialmente um princípio político, (...) sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente, a filiação de indivíduos a um conjunto de símbolos e crenças que ressaltam o sentido comunitário entre os membros de uma ordem política (...)”.<sup>124</sup>

Bobbio, afirma que o “termo nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva.”<sup>125</sup>

<sup>122</sup> LAUERHASS Jr., Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro: estudo do advento da geração nacionalista de 1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. p.17-18.

<sup>123</sup> GUIBERNAU, M op cit, p.56.

<sup>124</sup> GIDDENS, A. Apud GUIBERNAU, M. op cit, p.57.

<sup>125</sup> BOBBIO, Norberto, MATTENCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 7ª ed., v. 2. 1995. p. 798.

O nacionalismo é abordado ainda como uma “ideologia unificadora” onde a nação se fundamenta, “reflexo ideológico de se pertencer a um Estado em que a classe quer impor a todos os cidadãos a unidade de língua, de cultura e de tradições.”<sup>126</sup> É para o Estado que a nação transfere as emoções do sentimento de pertencer a uma “comunidade natural”.

Para atuar com eficiência, o Estado vai buscar mecanismos que unam permanente e diretamente o indivíduo às dimensões nacionais dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, como a língua por exemplo, criando a idéia de fusão entre Estado e nação.

Na visão de Martinez

Nos planos social, afetivo, espiritual, cultural, a nação constituiu-se sob a égide do sentimento e da convicção de que cada indivíduo dotado de uma certa nacionalidade é parte indissolúvel de um todo formado pelo conjunto de valores materiais produzidos com esforço de todos e os demais valores compartilhados: as opiniões, as crenças. No aspecto formal, jurídico e político, nasceu o Estado nacional reconhecido internacionalmente como legítimo representante de uma determinada comunidade. Ao correr do tempo o Estado foi deixando de ser apenas a expressão jurídica da nação politicamente organizada e se transformou em uma entidade autônoma, que subjugou as matrizes de sua concepção, ou seja, o país inteiro, a nação, o povo.<sup>127</sup>

Assim, o Estado nacional teria caracterização de unidade, de fronteira delimitada, habitado por um povo, com cultura comum, muitas vezes inventada, criando “a idéia de que o Estado pertence ao povo”.<sup>128</sup> Ainda, o Estado nacional, para manter o poder com o qual se reveste, faz uso da força.

Para Kohn, o nacionalismo corresponde a “um estado de espírito no qual se sente que a suprema lealdade do indivíduo é aquela devida ao Estado nacional”.<sup>129</sup> Essa definição de nacionalismo é mais limitada, uma vez que o associa apenas ao Estado nacional, ignorando as pessoas que não pertencem a um Estado.

Max Weber, por sua vez, não tem uma teoria específica sobre o nacionalismo, mas revela uma atitude nacionalista quando defende que a “nação” está acima de tudo e de todos. Essa idéia situa-se em um período de oposição a imigração polonesa à Alemanha, bem como durante a Primeira Guerra Mundial e posteriormente, a reação ao Tratado de Versalhes.<sup>130</sup>

<sup>126</sup> BOBBIO, N. op. cit, p.800.

<sup>127</sup> MARTINEZ, Paulo. **Os Nacionalismos**. São Paulo: Scipione. 2003. p. 15.

<sup>128</sup> BOBBIO, N. op. cit, p. 800.

<sup>129</sup> KOHN, A. Apud GUIBERNAU, M. op cit, p. 57.

<sup>130</sup> GUIBERNAU, M. op cit, p. 39-47.

A idéia weberiana, bem como as de Treitschke, de que os interesses dos Estados estão acima dos interesses individuais, fortalecem-se no período entre guerras, e com o nazismo ganha contornos até então desconhecidos.<sup>131</sup>

Como afirma Martinez, “o que passou a variar e a diversificar-se foi o significado de nacionalismo. O nacionalismo pode ter - e geralmente tem – significados diferentes, conforme a visão e os interesses dos grupos, das classes ou dos segmentos em que a sociedade esteja estruturada”<sup>132</sup>

Assim, no decorrer do século XIX e início do século XX, o nacionalismo assumiu características próprias nos diferentes países da Europa, da América e das regiões onde o imperialismo europeu e norte-americano se fez presente até o pós Segunda Guerra Mundial.

Em alguns países, além de ser um elemento de identificação e de unificação, em nome de projetos políticos e ideológicos de algumas classes sociais, apresentou-se e desenvolveu-se de forma chauvinista e xenófoba.

Nesses países, a crença da superioridade étnica e cultural contribuiu para a exclusão de outras etnias, classificadas pelo nacionalismo exacerbado como inferiores, e portanto, as mesmas deveriam submeter-se aos interesses e vontades dos governos nacionalistas.

Outro elemento pregado pelo radicalismo nacionalista foi de que os interesses da nação estavam acima de qualquer interesse individual, e ainda, o militarismo e o expansionismo foram alicerces importantes e em nome da nação, países como Alemanha, Itália e Japão também vão disputar, a exemplo da Inglaterra, territórios na Europa, na África e na Ásia, gerando, na primeira metade do século XX, uma profunda instabilidade, medo e desejo de vingança em muitos casos. Esse nacionalismo ficou conhecido como nazi-fascismo. Outros países, como o Brasil durante o governo Vargas por exemplo, adotaram alguns elementos que se aproximavam desse nacionalismo.

### **3.1 O nacionalismo brasileiro e a campanha de nacionalização**

Se o nacionalismo pode ser entendido como a preferência de tudo o que é próprio da nação, este passa a ser um instrumento de luta política revestida de poder representado pelo Estado-nação, que através do autoritarismo e da centralização e ainda fazendo uso da força impõe a defesa da produção econômica interna, a unificação de símbolos nacionais, alijando assim elementos da cultura regional e principalmente o que é estrangeiro.

---

<sup>131</sup> Idem. p. 15-49.

<sup>132</sup> MARTINEZ, P. op cit, p. 16.

### Na visão de Lauerhass

As idéias nacionalistas vindas da Europa se espalharam no Brasil em fins do século XVIII, como ocorreu na América Latina em geral, fortalecendo o patriotismo nativista já existente e fazendo surgir variedades de protonacionalismo (algo mais que o patriotismo local, mas carente de um sentimento de nacionalidade claramente definido), que deram suporte ideológico a numerosos movimentos pela independência. Naquele tempo, contudo, as condições do Brasil, ao contrário das que prevaleciam em algumas partes da América Espanhola, não eram favoráveis ao desenvolvimento do nacionalismo.<sup>133</sup>

Outro aspecto levantado pelo autor é que o aparecimento tardio do nacionalismo brasileiro lhe confere uma natureza característica,<sup>134</sup> uma vez que as tentativas de nacionalização no Brasil remetem ao período imperial, quando artistas e escritores retrataram a história do Brasil com o objetivo de afirmar o papel do Estado como principal agente de nossa nacionalidade.

O período pós-independência foi marcado pela dificuldade de se absorver a idéia de nação, uma vez que várias regiões do território brasileiro estavam isoladas e por conseguinte afastadas da capital – Rio de Janeiro, e também pela natureza essencialmente agrária da economia brasileira.

Para Lauerhass o nacionalismo pode ser dividido em cinco fases de desenvolvimento iniciando na década de 1880 até 1914, com a primeira geração nacionalista. A segunda seria a fase da agitação e da rebelião com o nascimento de uma nova geração no período de 1915 a 1929. A fluidez e a confusão caracteriza a terceira fase, com predomínio nacionalista (1930-1937), a próxima fase tem como aspecto principal a presença dos chamados nacionalistas intrusos: comunismo e fascismo, e por último vem “o triunfo do nacionalismo, no Estado Novo (1937-1945)”. Vale salientar que a ordem cronológica não é rigorosa.<sup>135</sup>

Desde o século XIX, surge no Brasil o interesse de formar uma identidade nacional. Por isso, a construção de elementos simbólicos que fossem agregados pela população era de fundamental importância para mobilizar as pessoas em torno de ideais nacionais.

Um dos primeiros passos, nesse sentido, foi criar o imaginário de uma identidade brasileira, buscando elementos da cultura portuguesa e da cultura indígena. Esses seriam sinais que começariam a lançar as bases de um passado comum, e para isso contaram com

<sup>133</sup> LAUERHASS, L. op cit, p.19.

<sup>134</sup> LAUERHASS, L. op cit. p.20.

<sup>135</sup> LAUERHASS, L. op cit. p. 31.

relatos de turistas, cientistas e artistas estrangeiros que divulgavam na Europa o que viam e entendiam do Brasil e sua cultura.

Em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a tarefa de garantir elementos de uma identidade capaz de representar a nação brasileira. Com a queda do Império, em 1889, e a instituição da República baseada em princípios positivistas, reforça-se aspectos do passado colonial e imperial, enfatizando a herança luso-brasileira na gênese da população brasileira.

Partindo do princípio de que o nacionalismo é um instrumento que mobiliza as pessoas em torno de ideais nacionais, no decorrer do século XX, um grupo de pessoas intelectualizadas e principalmente ligadas a cultura, voltam seus interesses para a nacionalidade e começam a relativizar e até renegar os padrões de cultura europeus seguidos, principalmente, pela elite econômica brasileira.

Buscou-se na diversidade étnica e cultural elementos brasileiros para reforçar o sentimento de brasilidade, marcados na década de 1920, pelo Movimento Tenentista e Semana de Arte Moderna.

No entanto, é no período Vargas que a construção da identidade nacional atinge características mais marcantes pela conjuntura política, econômica e social da época. Em uma rápida análise, a década de 1930 foi caracterizada por profundas mudanças em todos os setores tanto a nível nacional quanto internacional.

A crise da economia capitalista iniciada em 1929 fez com que países pobres se voltassem para a industrialização, que já havia iniciado antes em alguns países da América Latina, e ainda mais, o intervencionismo do Estado nas questões econômicas, vai marcar um crescimento da economia do setor industrial e de serviços, uma vez que o setor agropecuário e o comércio haviam perdido a supremacia no processo de acumulação, como explicam Rapoport e Madrid

Neste contexto internacional, que prevaleceu na década de 30, no qual a queda da demanda externa e a recessão agrícola tiveram um papel fundamental nas economias latino-americanas, os países do Cone Sul tentaram diferentes estratégias para fazer frente à Grande Depressão. Uma das alternativas principais frente à nova situação de importações que, na verdade, não eram resultado da crise, pois países como a Argentina e o Brasil já tinham experimentado um relativo crescimento industrial a partir da Primeira Guerra Mundial.<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs). **História do Conesul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 260.

Amado Cervo enfatiza que os acontecimentos do início da década de 30 tem significados diferentes para os países de economia avançada e os da América Latina pois

o que nos países capitalistas avançados configurou-se como fechamento dos mercados e reforço do protecionismo, na América Latina tomou o rumo de um processo de modernização econômica, procurada com determinação crescente por grupos dirigentes, que agregaram à diplomacia o senso de conflito de interesses nas relações internacionais.<sup>137</sup>

A crise de economia capitalista e a redução das exportações agropecuárias contribuíram para que as estruturas do poder sofressem uma reestruturação e que novas perspectivas sociais surgissem a partir do crescimento urbano e de uma burguesia nacional que buscava maior participação nas decisões.

Mediante eleições, revoluções ou golpes de Estado, os velhos donos do poder e da ordem conservadora cederam espaço para dirigentes com visão mais ajustada às necessidades sociais e ao desenvolvimento econômico. O estudo deve buscar explicações para a nova inserção internacional da América Latina não nos Estados, agentes inertes desde a época da independência, mas nas idéias, lutas e propósitos das novas elites. Elas encarnavam então novos interesses sociais e a esses novos interesses haveriam de voltar-se os Estados nacionais.<sup>138</sup>

Com relação a este período, Lauerhass afirma que “o desenvolvimento tinha de se equilibrar com o interesse nacional, dando-se prioridade à expansão do mercado interno, assim como à diversificação e à auto-suficiência de importância vital para a defesa nacional.”<sup>139</sup>

A década de 1930 também é marcada pela disputa do mercado latino-americano pelas grandes potências e a divisão do mundo em blocos antagônicos, formados antes da Segunda Guerra Mundial, deu aos países um maior poder de barganha.

#### Segundo Amado Cervo

O Brasil e o México contam entre os países que com maiores ganhos exerceram esse poder de barganha, inaugurando a diplomacia cooperativa responsável por resultados concretos em favor de seu desenvolvimento. (...) O Brasil pôde desempenhar com maior desenvoltura esse duplo jogo com a Alemanha e a Itália, por um lado, e os Estados Unidos, por outro, tirando enormes benefícios com o objetivo de promover sua segurança, seu comércio exterior e o seu processo de industrialização, cujas bases se consolidaram com a implantação da grande usina siderúrgica de Volta Redonda em 1943.

<sup>137</sup> CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. p. 23.

<sup>138</sup> CERVO, A. Idem, p. 24.

<sup>139</sup> LAUERHASS, L. op cit. p. 146.



Entre os grandes, apenas a Argentina permanecia alheia à diplomacia da barganha, embora obtivesse da Grã-Bretanha, rival dos Estados Unidos no terreno dos negócios, o importante tratado de comércio de 1933.<sup>140</sup>

No caso das relações comerciais entre Brasil e Alemanha, desenvolveu-se entre os anos de 1934 – 1935, o chamado “comércio compensado” no qual as vendas para a Alemanha deveriam ser pagas em marcos compensados que eram utilizados para compras com o próprio país, dispensando assim a moeda internacional como base de troca, isso significou a inserção do algodão brasileiro no mercado alemão, ao mesmo tempo que a Alemanha conseguia colocação para os seus produtos no Brasil, que antes era abastecido pela Inglaterra. Como o algodão não era cotado pelos Estados Unidos, a ligação comercial com a Alemanha trazia grandes vantagens para o país e, em 1936, esta passou a ser o segundo país em importância comercial com o Brasil.<sup>141</sup>

Por outro lado, se Brasil e México buscavam um espaço maior no comércio mundial e vantagens junto às grandes economias, estas também voltaram seus interesses econômicos e políticos para os países menos desenvolvidos, Rapoport e Madrid destacam que

A Alemanha por sua parte, buscou superar as restrições do comércio internacional através do intercâmbio equilibrado de bens, conhecidos à época como acordos de “clearing”. Esse país demonstrou uma notável elasticidade, em especial no Brasil, para adaptar-se à nova situação e transformou-se no segundo comprador, em ordem de importância dos produtos brasileiros e o terceiro exportador para o Brasil, atrás dos Estados Unidos e Grã-Bretanha. As autoridades alemãs desencadearam na região uma agressiva campanha de vendas, lançada em 1934 e disciplinada segundo as necessidades de rearmamento de Hitler, quer dizer, planejada para maximizar as importações de matérias-primas críticas e as exportações de manufaturados mediante acordos de compensação que contornavam a necessidade de realizar pagamentos em divisas escassas. (...)

Os esforços de Berlim tiveram êxito quando o Brasil se converteu no principal sócio comercial do Reich na América Latina e permitiu à Alemanha, em 1938, substituir os Estados Unidos como principal fornecedor desse país sul-americano.<sup>142</sup>

Os autores seguem, afirmando que

o triunfo do nazismo na Alemanha e a divisão posterior do mundo ocidental em dois blocos ideológicos converteu, nos anos 30, o extremo sul do continente, em particular o Brasil, a Argentina e o Chile, países com importantes colônias alemãs, em um significativo

<sup>140</sup> CERVO, A. Idem, p. 25.

<sup>141</sup> PERAZZO. P. op cit, p. 36-39.

<sup>142</sup> CERVO, A, RAPOPORT M. op cit, p. 261.

campo de disputa político-ideológica. Berlim buscou estreitar relações com os países do Cone Sul, instalando embaixadas no Rio de Janeiro, em Buenos Aires e em Santiago. Buscou ainda, promover um sentimento anticomunista e anti-norte-americano na região.<sup>143</sup>

Além dos países europeus, a URSS e o Japão tinham interesse e buscavam parceiros comerciais na região, entretanto com a Segunda Guerra Mundial e a conseqüente diminuição do comércio com o além mar, fez com que os Estados Unidos se tornasse o principal parceiro comercial da América Latina assumindo o status de potência hegemônica da região.

O Brasil sente, internamente, os resultados das mudanças na estrutura do poder e das relações internacionais, como a quebra da bolsa de Nova York, a difusão do comunismo e do fascismo e a Segunda Guerra Mundial.

Com a Revolução de 1930 e a subida de Getúlio Vargas ao poder tem início no Brasil um período de transição de uma economia essencialmente agroexportadora para um pólo urbano-industrial e Diniz ressalta que

Não se trata de afirmar que a construção do capitalismo industrial no Brasil se deu nos anos 30. Como é sabido, a consolidação da ordem industrial ocorrerá algumas décadas depois, sobretudo com a expansão impulsionada pelos políticos do governo Kubitschek. Porém, os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social foram lançados durante o primeiro governo Vargas. Eis por que esse momento pode ser considerado um marco, já que possibilitou o trânsito de uma sociedade com perfil agrário, nitidamente subordinada à clássica divisão internacional do trabalho – caracterizada pelo desequilíbrio entre os países exportadores de produtos industrializados, por um lado, e os exportadores de bens primários e matérias-primas, por outro, para uma sociedade mais complexa e diferenciada. Observa-se, portanto, uma ruptura, um corte com esse passado e a passagem para outro patamar histórico, mediante a introdução de mudanças significativas. É no período que se estende de 1933 a 1939 que efetivamente se desencadeia o processo de industrialização no Brasil.<sup>144</sup>

As mudanças nas estruturas da economia caracterizaram os anos 30 como importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Como destaca Piccolo

Uma série de medidas tomadas pelo governo configuraram um modelo bismarckiano de desenvolvimento com uma “modernização pelo alto” centrada na industrialização. O Brasil não deixou de ser exportador de produtos primários, mas a acumulação maior vai

<sup>143</sup> CERVO, A, RAPOPORT, M. op cit, p. 262-263.

<sup>144</sup> DINIZ, Eli. Engenharia Institucional e Políticas Públicas: dos Conselhos Técnicos às Câmaras Setoriais. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 24.

ocorrer principalmente no setor secundário (...) O Estado ocupa espaços na economia não apenas regulamentando e priorizando; ele também passa a ser investidor. Assim, ao lado da empresa privada desenvolve-se a empresa estatal. O nacionalismo econômico é a meta. Embora não houvesse uma posição de xenofobia em relação ao capital estrangeiro, historicamente presente no processo econômico brasileiro, selecionou-se e limitou-se a alocação de recursos e capitais externos. E Getúlio Vargas, numa conjuntura de agravamento das tensões internacionais, fez um “jogo duplo”, voltando-se hora para os Estados Unidos, hora para a Alemanha de Hitler.<sup>145</sup>

Já no plano político houve o esvaziamento dos grupos oligárquicos que tinham interesse em manter forte o setor externo, surgiram novos atores, as elites industriais e o trabalhador urbano-industrial, embora a elite agrária ainda se mantivesse.

O processo de industrialização do Brasil e as políticas sociais dele decorrentes atingiram a estrutura do Estado e suas relações com a sociedade. Neste sentido houve um esforço para a centralização e fortalecimento do poder do Estado em detrimento das oligarquias regionais.<sup>146</sup>

A criação do sistema de interventorias resultou na subordinação dos governos estaduais ao governo federal, envolvendo as interventorias, as elites locais e os representantes da esfera federal, quebrando desta forma a influência das elites tradicionais, muito embora outros grupos irão surgir e se beneficiarão do apoio dado para o governo estadual e federal.

Nas palavras de Diniz

O padrão de articulação Estado-sociedade sofreu profunda alteração com a instauração do corporativismo estatal, que possibilitou a incorporação política de empresários e trabalhadores urbanos, sob a tutela do Estado, o que resultaria na montagem de uma rede de organizações de representação de interesses, reguladas e controladas pelo poder público. Esse desenho institucional, imposto pelo alto, tolheu a evolução para formas mais autônomas de organização dos interesses que se diferenciavam com o avanço da industrialização. A inserção em categorias ocupacionais específicas seria o princípio ordenador do novo sistema, servindo ainda de base para a extensão do conjunto de direitos definidores do status de cidadão. Consagrou-se um conceito de cidadania calçado não num código de valores políticos, mas num sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal.<sup>147</sup>

<sup>145</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Um esboço da história do Brasil. In: BRAKEMEIR, Gottfried. (editor). **A presença luterana 1990**. São Leopoldo: Sinodal. 1989. p. 16-17.

<sup>146</sup> Diniz explica esta questão afirmando que, “Construiu-se de fato um novo arcabouço político-institucional que permitiu aumentar o poder interventor do Estado e expandir a capacidade de incorporação do sistema político, abrindo espaço para a representação dos interesses dos novos atores ligados à ordem industrial emergente e quebrando a rigidez da estrutura de poder preexistente. Esta, pela inclusão de novos segmentos de elites, torna-se menos monolítica e mais diferenciada internamente”. DINIZ, E. op.cit, p. 25.

<sup>147</sup> DINIZ, E. op.cit. p. 26.

Em termos sociais o governo buscou o apoio da classe trabalhadora e até evitar uma luta de classes implementando uma lei trabalhista. Na visão de Piccolo

O "Estado benfeitor" não concedeu esta legislação antecipando-se a possíveis reivindicações do proletariado. Essas reivindicações já a muito faziam parte das lutas da classe operária no Brasil. A paz social, necessária à acumulação, foi um dos objetivos das leis trabalhistas, das quais o direito de greve não constou. Atrelando-se os sindicatos ao Estado, o movimento operário não contou com a necessária autonomia sindical. O paternalismo presente em práticas do tipo populista disfarçava o autoritarismo.<sup>148</sup>

A instabilidade política motivada pela Revolução Constitucionalista de 1932, pelo surgimento da Ação Integralista Brasileira em 1932 e a Aliança Nacional Libertadora em 1934, pela Intentona Comunista em 1935 e Intentona Integralista em 1938, levaram a um agravamento da crise institucional no país e o governo, como saída, decreta o Estado Novo. Ainda, segundo Piccolo a duração do Estado Novo e a permanência de Vargas no poder ficaram condicionadas ao desfecho da Segunda Guerra Mundial.<sup>149</sup>

Durante este período a questão do nacionalismo estava em evidência na Europa e no Brasil, não foi diferente. Pode-se dizer que o nacionalismo e, por conseqüência a nacionalização, assumiram características mais sólidas com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República.

Neste contexto, apesar das variedades do nacionalismo desde o seu nascimento e dos estímulos internos e externos que o afetam constantemente, Lauerhass apresenta quatro grandes tipos de nacionalismo que tiveram importância duradoura.

Esses quatro que se tem manifestado durante a era republicana em várias declarações, movimentos, facções, partidos, coalizões e frentes, assim como contato com a adesão de pessoas não-filiadas, são os seguintes: 1) o liberal-democrático, 2) o autoritário do centro, 3) o progressista-conservador, e 4) o pragmático. As diferenças que caracterizam esses quatro tipos em via de regra se apresentam ao longo de duas dimensões: uma vinculada ao grau de mudanças desejáveis da estrutura social, e a outra relacionada com a amplitude da centralização do poder necessária para a consecução de tal objetivo. Em resumo, a variação tem origem nas diferenças a respeito do fim do que se visa e dos meios que cada tipo deve empregar. No que diz respeito a desejada transformação estrutural da sociedade, os quatro tipos têm-se colocado desde a direita advogando o progresso e as reformas com um deslocamento evolucionário dentro da ordem

<sup>148</sup> PICCOLO, H. op cit, p. 17.

<sup>149</sup> Idem, p. 16.

tradicional, até a esquerda defendendo o rompimento revolucionário com o passado. (...) No Brasil, contudo, aqueles quatro grandes tipos jamais alcançaram, e poucas vezes mesmo se aproximaram dos possíveis extremos ao longo de qualquer uma das dimensões, do que resulta que a corrente principal do nacionalismo brasileiro tem se mostrado, em seu conjunto, antes moderada do que extremista.<sup>150</sup>

Estes quatro tipos apresentam variação e flexibilidade e momentos que coexistiram dois tipos ou mais e o que mostrou maior capacidade de adaptação foi o pragmático, tipo de nacionalismo de Getúlio Vargas.<sup>151</sup>

Com a Revolução de 1930 e a perda do poder político das oligarquias paulista e mineira, Vargas percebe que é preciso enfraquecer os regionalismos. A preocupação com o regionalismo acontece em função da extrema fragmentação social e cultural do Brasil, resultante de sua dimensão territorial, dos diferenciais históricos de sua ocupação, do predomínio de uma sociedade rural e da falta de um elemento centralizador.

No que se refere ao regionalismo, Lauerhass apresenta o ponto de vista de Alberto Torres,<sup>152</sup> sobre sua influência para o progresso e desenvolvimento do Brasil

A seu ver, o maior empecilho ao progresso do Brasil consistia na falta de integração nacional, fruto das origens coloniais do País. Sua população ainda se compunha de uma frouxa aglomeração de famílias, classes, associações, partidos, grupos profissionais, raças, nacionalidades e religiões. Não havia o sentimento de consciência nacional para manter unidos os vários agrupamentos e regiões. O Brasil, como os outros países novos, teria de criar artificialmente a sua própria nacionalidade. O nacionalismo, como aspiração e programa, representava uma necessidade elementar, conduzindo a uma fase mais dinâmica de desenvolvimento.<sup>153</sup>

Sobre a questão do regionalismo, O jornal **A Tribuna** publica a reportagem “Getúlio, homem sem Região” de autoria de José Firmo, diretor a U.B.I.

O grande segredo de Getulio Vargas, abstraindo-se no momento de outros aspectos é não ser ele homem de região. O presidente não é gaúcho, não é paulista, não é carioca, não é “cabeça chata”, mas ao mesmo tempo sendo fundamentalmente brasileiro é um pouco do sul, do centro e do norte (...) No combate as nossas deficiências e no ataque aos nossos erros que anos de imprevidências e licenciosidades

<sup>150</sup> LAUERHASS, L. op cit, p. 29-30.

<sup>151</sup> LAUERHASS, L. op cit, p. 30-31.

<sup>152</sup> O problema do regionalismo assumia, aos olhos de Torres, tal amplitude que ele chegou mesmo a aconselhar uma mudança simbólica do nome oficial do país de Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil, pondo em foco, em vez da autonomia local, a unidade nacional. LAUERHASS, L. op cit. p. 45.

<sup>153</sup> LAUERHASS, L. op cit. p. 43-44.

acumularam, jamais distinguiu setores geográficos. (...) Ninguém melhor do que ele atingiu o sentido exato de certos fenômenos, compreendeu tão bem os problemas do Brasil, não está nesta ou naquela parte mas nos seus oito milhões de quilômetros quadrados (...) Getulio Vargas e tomou a defesa do humilde, com o risco até de ser acusado de comunista (...) O presidente revolucionou toda a nação com leis humanas e sábias visando amparar o trabalhador e sua família.<sup>154</sup>

Lauerhass enfatiza que mesmo com a centralização do poder, o problema do regionalismo levou Vargas a

uma série de gestos simbólicos e psicológicos, destinados a diminuir a tradicional lealdade dos Estados. Espetacularmente, em uma comemoração do dia da bandeira, realizada apenas duas semanas depois do golpe de Estado, as bandeiras estaduais foram queimadas na cerimônia, (...) A partir de então, Vargas procurou personificar a preocupação pela Pátria como um todo e a imparcialidade em face de qualquer Estado ou região embora muitas vezes salientasse a necessidade de desenvolver certas zonas atrasadas do País.<sup>155</sup>

Entretanto, em virtude do tamanho territorial do Brasil e a força que os regionalismos haviam adquirido, era preciso criar elementos em torno de interesses comuns. Para isso, fez uso do nacionalismo, ou seja, criou um inimigo a fim de criar uma imagem capaz, imageticamente, de evidenciar os valores nacionais em prejuízo de valores estrangeiros, ou seja, do inimigo criado, o que é enfatizado por Priscila Ferreira Perazzo

Nesse sentido, percebemos que, independentemente da veracidade do perigo, ele constituía o elemento presente no imaginário social e político brasileiro. O “elemento” estrangeiro, visto como entrave à edificação do projeto nacionalista, constituiu fator legitimador de uma prática repressiva por parte da instituição policial, defensora da ideologia do regime.<sup>156</sup>

Para garantir a centralização política e a formação de uma identidade nacional, algumas estratégias foram adotadas e até 1937, foram mais amenas. É com o governo do Estado Novo –1937-1945, que se vai fazer uso do ideário da “unidade nacional” e implantar

<sup>154</sup> Jornal **A Tribuna**, Cruzeiro – SC, nº316, de 23 de abril de 1944.

<sup>155</sup> LAUERHASS, L. op cit, p. 145.

<sup>156</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. (Coleção teses e monografias: n.1). p. 48.

medidas de caráter repressivo, ou seja, como afirma Spenthof<sup>157</sup> como “um exercício de poder e poder como prática social”.

Nesta perspectiva, Nodari coloca que durante o processo de nacionalização, em especial durante o Estado Novo, no Brasil, houve a tentativa de criar uma memória pública

com o “despertar” de um patriotismo “forçado” pelo poder público em todo o território nacional que atingiu com grande força o Sul do Brasil. (...) Direcionado de um lado para a criação de uma memória pública nacional e, de outro, para o apagamento da memória pública regional/local.<sup>158</sup>

Seguindo esta linha vem os decretos em prol das comemorações cívicas e da reverência aos símbolos nacionais.

Segundo René Gertz, somente quando a República não se apresenta da forma como seus defensores a idealizaram é que passam a preocupar-se “com atitudes dos cidadãos, sua cultura, sua ética de trabalho, suas posições frente aos outros povos, sua composição étnica. É aí que tem origem as principais correntes “nacionalistas” que vão desenvolver-se no país.”<sup>159</sup>

Com a instalação do Estado Novo e a Constituição de 1937, vem a Campanha de Nacionalização baseada no princípio da construção da brasilidade, quando o próprio Estado assume o papel de elaborar e aplicar um projeto de construção de identidade nacional. A partir de então, se evidencia a preocupação com o estrangeiro e a sua incorporação à “nação”.

As ações de cunho nacionalista e de fortalecimento do Estado para a obtenção de uma identidade coletiva levaram à discussão entre o “ser nacional” e o “ser estrangeiro”. Como afirma Neumann

A Campanha de Nacionalização tinha por princípio a incorporação dos considerados “estrangeiros” ou “desnacionalizados” ao meio nacional. Em sua essência, a fronteira entre o “ser nacional” e o “ser estrangeiro” era determinada pelo conhecimento e pelo domínio da língua portuguesa. A nacionalidade gera no conjunto dos seus membros um sentimento de inclusão o qual distingue o “nós” dos “outros”, os de dentro dos de fora, os nacionais dos estrangeiros. Internamente, o “outro” surgia na figura do imigrante e por extensão, de seus descendentes.<sup>160</sup>

<sup>157</sup> SPENTHOF, Odair José. **Nacionalização, Resistência e Adaptação: alemães em Passo Fundo e Carazinho durante o Estado Novo.** Universidade de Passo Fundo, 2002. (Dissertação).

<sup>158</sup> NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954).** PUC-RS, 1999. p.223-224. (tese).

<sup>159</sup> GERTZ, René. Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de Uma Época. In: MULLER, Telmo (org). **Nacionalização e Imigração Alemã.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS. 1994, p. 17.

<sup>160</sup> NEUMANN, Rosane Márcia . **A Campanha de Nacionalização: A Repressão Legitimada em Prol da Brasilidade.** p.01. [www.scielo.com](http://www.scielo.com). Acessado em 23.07.2006.

O movimento da nacionalização caracterizou o nacionalismo brasileiro como um fenômeno historicamente construído e fez uso de instrumentos para elaborar o mito da nacionalidade, principalmente a partir de 1937, com a nova Constituição que teve um caráter nacionalista e autoritário.

Foram criados órgãos como o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que em 1939 foi alterado para Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com objetivo de divulgar as ações do governo Vargas e reprimir as divulgações contrárias à imagem do novo regime. Também houve a criação da disciplina de História do Brasil com o objetivo de criar um passado comum e despertar o orgulho nacional e, a nacionalização da educação, principalmente nas colônias de imigrantes do sul do Brasil. Essas medidas tinham essência nacionalista, mas estavam muito mais voltadas para questões de segurança nacional.

A campanha nacionalista, resultado da evolução política teve, segundo Jamundá<sup>161</sup>, na pessoa do general José Meira de Vasconcelos, comandante da 5ª Regional Militar, que inspecionava a Região Sul, a manifestação de enorme preocupação com o fato de que grande número de estrangeiros e brasileiros cultuavam outra nacionalidade, ou seja, outra cultura que não a brasileira.

A tentativa do período varguista de legitimar práticas políticas e culturais com ideais nacionalistas, esbarra, principalmente no sul do Brasil, como citamos anteriormente, na presença de inúmeros núcleos coloniais de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães.

Esses núcleos, geralmente localizados em áreas relativamente isoladas, preservavam a cultura da Pátria mãe, principalmente os alemães, uma vez que não tinham assistência do governo brasileiro, não se sentiam cidadãos brasileiros. Mantinham contato com o local de origem, recebiam ajuda do governo alemão, comunicavam-se na língua pátria, liam jornais e revistas em alemão, continuavam a praticar cultos religiosos na língua alemã, preservando assim, a herança germânica.

A resistência à nacionalização e o isolamento dos núcleos de ascendência germânica tinham a seu favor, de acordo com Aquino

- a) a resistência orgânico-social das suas populações a qualquer influência, que lhes contrariasse os hábitos e as convicções raciais;
- b) propaganda metódica, organizada e intensiva de elementos interessados em manter esse ambiente;
- c) auxílio pecuniário e assistência do governo e das organizações alemãs, ou de sociedades fundadas no Brasil, mas àquelas filiadas,

<sup>161</sup> JAMUNDÁ.Theobaldo Costa. **Nerêu Ramos**, o da hora da reconstrução nacional. Florianópolis: edição do autor. 1968. p.12.



para a propaganda da cultura e do racismo germânicos e para a manutenção de escolas não brasileiras;  
 d) práticas e cultos religiosos em língua alemã;  
 e) difusão de jornais, revistas, livros e calendários, em língua alemã, com a finalidade de manter vivo o espírito racial;  
 f) ausência ou influência das leis de nacionalização quer federais quer estaduais.<sup>162</sup>

A criação de escolas com professores de origem germânica e o ensino essencialmente alemão, foi de grande preocupação aos que pensavam a nacionalização no Brasil, a partir de 1930.

O governo, a princípio exigiu o ensino em língua nacional, exceto o ensino da língua estrangeira e posteriormente proibiu-se o ensino de toda e qualquer língua estrangeira para os alunos que não tivessem doze anos. Essa medida afetou diretamente os núcleos alemães onde o ensino era realizado na língua pátria dos imigrantes.<sup>163</sup>

O jornal a **Voz D'Oeste**, publicou uma reportagem de “O Catarinense” na qual reforça esta questão dos núcleos estrangeiros e a manutenção de sua cultura além da ligação com a Pátria mãe

Queremos apenas que o Brasil seja “BRASIL” e não uma reunião de semi-colônias com costumes, idéias políticas e línguas arrevesadas a ferirem toda a parte os ouvidos de quem nasceu no Brasil e não procede como certos cretinos que também nasceram sob o céu onde brilha simbolicamente o Cruzeiro do Sul e se consideram <<puros>> estrangeiros (...) Para nós tanto vale arianos, judeus, amarelos ou pretos; todos são bons desde que nos respeitem e saibam que o Brasil é dos brasileiros (...)

A política de nacionalismo sadio que engrandece o Brasil que o Estado Novo salvou é: Amizade com todas as nações da terra mas dentro de nossa casa mandamos nós.

<<Dentro do Brasil ou se é brasileiro ou se vai embora>>

E quem quiser pode ir embora (...).<sup>164</sup>

O governo Vargas, idealizador da Campanha de Nacionalização, tinha uma certa urgência em dar um caráter de brasilidade ao país, pois como afirma Perazzo a presença do estrangeiro que mantinha seus hábitos, costumes e idéias políticas era extremamente perigosa

<sup>162</sup> D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino**: aspectos políticos. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado. 1942.p.31-32.

<sup>163</sup> DREHER, M. op cit, p. 49.

<sup>164</sup> Jornal a **Voz D'Oeste**, nº16, Cruzeiro – SC, 4-3-1939.

por representar o trabalhador urbano e elemento formador da classe operária que emergia ameaçadora e ainda, retardava o chamado nacionalismo cultural.<sup>165</sup>

Desde o seu início, o governo Vargas adotou medidas que visavam uma integração das diversas nacionalidades que formavam os grupos de imigrantes e em projeto mais amplo a assimilação do índio e do negro. Além da introdução de um sistema de quotas pelo qual “a imigração foi reduzida a um número máximo de 2% sobre o total de imigrantes de uma determinada nacionalidade, imigrado nos últimos 50 anos”, foram adotadas também medidas que objetivavam a criação de núcleos de colonização mistos, evitando assim os núcleos etnicamente homogêneos.<sup>166</sup>

Para Lauerhass o nacionalismo foi internamente

estimulado pelo temor de que grupos nacionais minoritários, vivendo no Brasil se mostrassem desleais para com a Nação. Sentimentos antigermânicos mostraram-se particularmente fortes, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, quando muitos acreditavam que os nazistas pretendiam transformar em colônia o Sul do Brasil.<sup>167</sup>

A respeito da formação de núcleos etnicamente homogêneos que mantinham intactos padrões culturais do país de origem, Silvio Romero, ainda em fins do século XIX, destacava que

concentrando-se, como acontecia, nos Estados do Sul os imigrantes estavam criando um desequilíbrio social da nação, que poderia, afinal, provocar uma divisão política do país. A fim de evitar tal coisa, o escritor recomendava um amplo programa de colonização interna e integração nacional. Os estrangeiros deveriam ser espalhados por todo Brasil e misturados com maiores proporções de colonizadores brasileiros natos. Dessa maneira, os imigrantes seriam assimilados mais rapidamente e fortalecida a unidade nacional. No fim, todos os brasileiros se tornariam autênticos cidadãos com um sentimento real de nacionalidade e a crença em um novo padrão de valores nacionais.<sup>168</sup>

Além do grande número de imigrantes alemães, o que preocupava o governo brasileiro era a forte ligação que eles mantinham com o governo da Alemanha, que vivia uma política expansionista.

<sup>165</sup> PERAZZO, P. F. op cit, p. 42.

<sup>166</sup> DREHER, M. Op cit, 49.

<sup>167</sup> LAUERHASS, L. op cit. p. 25.

<sup>168</sup> ROMERO, Silvio. In: LAUERHASS, L. op cit. p. 39.

Ainda, de acordo com Perazzo

O imigrante, identificado como elemento estrangeiro que não pretendia “abrasileirar-se”, acabava por significar uma peça de entrave nas engrenagens do projeto nacionalista do Estado. A comunidade alemã no Brasil, tanto urbana como rural, representava justamente tal entrave. Grupo numeroso e “enclausurado”, não só insistia em preservar seus hábitos e costumes tradicionais como também mantinham organizações políticas cuja ideologia seguia as orientações diretas do governo alemão.<sup>169</sup>

Esse comportamento dos imigrantes germânicos que não se integravam à cultura nacional, desencadeia uma série de medidas do governo brasileiro com o intuito de vencer a resistência desses imigrantes e seus descendentes, principalmente a partir de 1937.

Entre março e maio de 1938, o governo Vargas, decreta várias normas que visavam regulamentar as atividades dos estrangeiros, denominadas “Leis Nacionalizadoras”. Destacam-se os seguintes decretos

- 1) Decreto-lei nº 341, de 17/03/1938: regulava a apresentação de documentos por parte dos estrangeiros ao Registro de Comércio. (...)
- 2) Decreto-lei nº 383, de 18/04/1938: proibia a prática de qualquer atividade de natureza política dos estrangeiros no País. Eles não poderiam organizar, (criar) ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que (tivessem) por fim exclusivo a propaganda ou a difusão, entre os seus compatriotas, de ideais, programas ou normas de ação de partidos políticos do País de origem. (...)
- 3) Decreto-lei nº 392, de 27/04/1938: regulava a expulsão dos estrangeiros, que poderia ocorrer desde que o motivo comprometesse a segurança nacional. (...)
- 4) Decreto-lei nº 406, de 04/05/1938: dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Ficava vetada a entrada de “elementos” aleijados, mutilados, indigentes, vagabundos, (...)
- 5) Decreto-lei nº 431, de 18/05/1938: definia quais eram os crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado contra a ordem social. Eram nove crimes primordiais, aos quais cabia a pena de morte por fuzilamento: tentar submeter o território à soberania de um Estado estrangeiro; atentado contra a unidade da nação com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro; tentar o desmembramento do território brasileiro por meio de movimento armado; tentar a mudança da ordem política e social instituída com o auxílio de Estado estrangeiro (...) Por sua vez, o decreto arrolava mais trinta crimes da mesma natureza, passíveis de pena de morte ou de trinta anos de prisão.<sup>170</sup>

<sup>169</sup> PERAZZO, P. op cit, p. 43.

<sup>170</sup> Idem, p.44-46.

Parafrazeando Lauerhass, pela primeira vez o nacionalismo brasileiro chegava ao domínio e planejamento do governo.

De fato, a sua direção fora monopolizada em grande parte por Vargas e seu grupo de administradores, que passaram a exercer um poder político mais real do que qualquer governo anterior. Realmente, promovendo uma variedade de nacionalismo forte pragmático e mais intrinsecamente brasileiro, Vargas pode derrotar ou pelo menos suprimir, os seus inimigos políticos de todos os lados e controlar o florescimento do nacionalismo político, no qual conquistou as suas mais significativas vantagens e lhe assegurou maior avanço no plano popular.<sup>171</sup>

Enfatizando as medidas das Leis Nacionalizadoras, é transcrito a seguir, parte do discurso do presidente Getúlio Vargas, em Blumenau, em 10 de março de 1940

O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro. (...) Porém, ser brasileiro, não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: O Brasil nos deu pão; nós lhe daremos o sangue. (...) <sup>172</sup>

Quando a campanha de nacionalização atingiu sua fase mais repressora, a partir de 1942, momento em que o Brasil se posiciona frente à Segunda Guerra Mundial, a comunidade germânica foi uma das mais atingidas e muitos alemães foram presos, acusados de crimes contra a segurança nacional, eles significavam uma ameaça ao projeto nacionalista do Estado Novo.

As leis nacionalizadoras complementavam o projeto nacionalista de Getúlio Vargas na medida em que estavam incumbidas de restringir as atividades estrangeiras consideradas nocivas à constituição da brasilidade. Apesar da intenção do governo brasileiro de tornar o estrangeiro um “nacional”, esses decretos agiam no sentido de reprimir a própria existência de tais grupos no Brasil, pois, no caso da comunidade alemã urbana, identificada pela polícia como nazista, as práticas repressivas do governo promoveram uma exclusão social e não uma inserção desses grupos na vida brasileiros. Outros alemães, além de vigiados e detidos pela Polícia Política, foram recolhidos em campos de internamento enquanto perdurou o estado de beligerância entre o Brasil e Alemanha.<sup>173</sup>

<sup>171</sup> LAUERHASS, L. op cit, p. 132.

<sup>172</sup> JAMUNDÁ, T. C. op cit, p.16.

<sup>173</sup> PERAZZO, P. F. op cit, p.48.

No governo Vargas o nacionalismo tornou-se essencialmente político e sua flexibilidade e facilidade de adaptação fez com que as condições para o triunfo do nacionalismo se formassem

particularmente da variedade centro autoritária, e no entanto pragmática proclamada pelo Estado Novo, uma vez que a base ideológica e pragmática para tal variedade fora suficientemente estabelecida nos sete anos precedentes de competição e experimentação nacionalistas. (...) Entre essas condições, destacavam-se a rápida urbanização, o impulso para a industrialização, o crescimento do proletariado, as ameaças de subversão ou colapso político a maior desilusão com os processos democráticos, a popularidade pessoal de Vargas, a apatia pública, o sucesso dos regimes autoritários na Europa e na América Latina e a crescente rivalidade entre o eixo e as potências ocidentais.<sup>174</sup>

O ano de 1938 foi marcado pelo estremecimento das relações entre Brasil e Alemanha. As relações diplomáticas não acompanhavam as comerciais uma vez que as leis de nacionalização não visavam diretamente os elementos que ameaçavam a construção de uma identidade cultural brasileira. Essas leis afetaram diretamente a vida dos alemães e seus descendentes no Brasil, principalmente os que tinham ligação econômica e dependiam do governo alemão.

O projeto de nacionalização do governo estado-novista buscou atender aos anseios da elite brasileira, que buscaram nos ideais nacionalistas e no fortalecimento do Estado as estratégias para manter seu *status quo*, uma vez que faziam parte da oligarquia decadente. Restringindo a aceitação às idéias estrangeiras e reforçando a questão da ameaça comunista que aparecia como um perigo ou grande inimigo internacional e traria a “infectabilidade do estrangeiro” abriam caminho para o autoritarismo e para a concepção de que o Estado era o agente para a construção nacional e para tanto deveria ser forte, intervencionista.

Assim, na tentativa de implantação de uma política de integração e de formação de uma cultura nacional por meio de uma simbiose das diversas nacionalidades migradas quem teve de sofrer as maiores consequências foram principalmente os alemães residentes no Brasil e por extensão os seus descendentes, como foi o caso dos que colonizaram Videira.

---

<sup>174</sup> LAUERHASS. L. Op cit. p. 134.

## 3.2 A nacionalização em Videira

Para entender melhor como o governo Vargas repercutiu no imaginário da população da região de Videira, destacaremos de forma breve, como a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, influenciaram na vida da população local.

### 3.2.1 Revolução de 1930<sup>175</sup>

Iniciou em 03 de outubro de 1930 a “Revolução” que destruiu a República Velha. Em Perdizes, a praça era guarnecida por voluntários sob o comando do Capitão Fidêncio, e embora a situação fosse propícia para confrontos, não houve episódio ou fatos marcantes.

Diariamente passavam trens, conduzindo forças do Sul, demandando ao encontro dos opositores, especialmente no Estado de São Paulo. A passagem dos primeiros trens, com forças revolucionárias, era aguardada com curiosidade. A população amedrontada, a princípio mantinha-se retraída em suas casas. O povo ficou assustado com o fato de que os comandantes das primeiras composições requisitavam grande quantidade de armas e mantimento onde quer que se encontrassem. Esta situação porém, foi passageira e logo foi normalizada pelas autoridades que providenciaram gêneros alimentícios por vias legais para prover os revolucionários em trânsito por Perdizes.

Os trens eram puxados pela locomotiva “Maria-fumaça” e consumiam muita água. A caixa d’água que as abasteciam, não vencia o consumo, tanto é que de princípio, muitos trens tinham de ficar estacionados, aguardando acumular água na caixa. O comandante de praça, Afonso Berwanger, idealizou a construção de uma bica no arroio do triângulo ou Briguela com curso nas adjacências onde hoje se localiza a Escola Estadual de Educação Básica Josefina Caldeira de Andrade; para tanto mobilizou, praticamente toda a população masculina de Perdizes, em menos de dois dias a bica ficou pronta e funcionava à altura. A bica foi feita com duas tabuas pregadas, formando triângulo, os triângulos eram pregados um após outro, proporcionando um comprimento de uns 200 metros, com término junto aos trilhos da ferrovia. Tal iniciativa fez jorrar águas que em menos de 10 minutos, abasteciam a maria-

---

<sup>175</sup> Como não existem registros oficiais ou publicações sobre os fatos ocorridos na região de Videira durante as duas revoluções, este texto será baseado no depoimento do senhor Antonio Francisco Gaio e um pequeno histórico do município encontrado na Pasta da Memória, no Museu Mario de Pellegrin páginas 13-14. Convém esclarecer que o depoimento foi confrontado com outras três entrevistas. Optou-se por este depoimento por estar no museu citado.

fumaça. A população, principalmente o elemento masculino, auxiliava no reabastecimento da locomotiva e todos tinham pressa em que o trem partisse o mais breve possível.

Em um dos trens passou o patrono da revolução, Getúlio Vargas, como parou para abastecer, de forma discreta ele passeou pelo trem cumprimentando os passageiros e funcionários. O Senhor Cypriano dos Santos<sup>176</sup> descreve a viagem da seguinte forma

Na revolução de 1930, o Brasil viveu um tempo de muita briga. As pessoas tinham medo, pois ninguém sabia o que iria acontecer. Durante alguns meses os trens eram obrigados a transportar os soldados que vinham do Rio Grande do Sul, com destino a São Paulo. Para que a população não notasse a presença dos soldados, eles viajavam escondidos em vagões de cargas onde só tinha uma porta grande. Os militares só desciam em estações determinadas pelos comandantes. Quando chegavam nestas estações estavam com muita fome, então desciam do trem e logo iam procurar comida, matavam porcos, cabritos e galinhas, faziam churrasco e tiravam leite de vacas. Passavam nas casas pegando mantimentos e ninguém podia falar nada, pois diziam que tinham ordem para fazer isto em nome do governo da Revolução. Numa dessas viagens, percebemos que o trem estava transportando entre os soldados o chefe da Revolução, Getúlio Vargas, que depois foi Presidente do Brasil. Getúlio veio até a locomotiva e conversou com todos que estavam trabalhando, não se importando com o calor e com a falta de conforto da Maria-Fumaça. Eu e os companheiros de trabalho nunca esquecemos a maneira educada com que fomos tratados por Vargas. Ele foi um homem bom e trabalhou muito pelo Brasil.<sup>177</sup>

Mais para o fim, o povo, mais curioso que amedrontado, assistia a passagem dos trens na expectativa de encontrar parentes ou rever amigos a quem auxiliavam com cigarros, mantimentos e até dinheiro. O movimento, porém, não prejudicou a marcha da colonização. Segundo alguns, até influiu favoravelmente, pois restabelecida a ordem e a paz no país, mais intenso, foi o movimento imigratório.

### **3.2.2 Revolução constitucionalista de 1932**

A 09 de julho de 1932, estoura a Revolução Constitucionalista em São Paulo. Em Perdizes, liderados pelo intendente, Gasparino Zorzi, voluntários organizam-se em dois pelotões, comandados pelos capitães Ribas e Fidêncio, assessorados pelo Major Arthur Formighieri, tendo como Tenente Médico da tropa Germano Dekker, para defender a causa

<sup>176</sup> Cypriano dos Santos, nasceu no ano de 1914 e começou a trabalhar na linha da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande do Sul em 20 de outubro de 1929. Iniciou como foguista passando mais tarde a ser maquinista. Fixou residência em Perdizes no ano de 1942.

<sup>177</sup> Entrevista registrada no Museu Mario de Pellegrin, pasta Cypriano dos Santos.

legalista e juntar-se ao exército de Vargas. Mas o embarque (ordens dadas pelo General do Exército João Francisco) acaba sendo retardado devido a um motim causado por promoções nos escalões inferiores, no qual o conhecido “rebelde” Nene Cordeiro, por indisciplina, acaba perdendo a vida. Logo em seguida, ocorre a chegada de um comboio de Herval do Oeste, de algumas dezenas de homens, comandados pelo civil Dr. Wenceslau Breves, argumentando que a causa getulista fracassara. Zorzi e seus homens acabam dominando o comboio que recua; Wenceslau Breves se entrega. Para evitar novos avanços do Sul, cem metros de trilhos são arrancados, partindo da Ponte sobre o Rio das Pedras. A companhia de Gasparino, em prontidão, embarcou – no comboio que dispunha e marchou rumo Norte, deixando um encarregado que sob ordens telegráficas reconstruísse a ferrovia.

Zorzi, com sua companhia, marchou para enfrentar as forças constitucionalista, no estado de São Paulo, passando pela cidade de Chavante e estacionando na de Palmital, deixando Wenceslau Breves preso em Porto União, e aguardando ordens para seguir para o estado de Mato Grosso. Deu-se o término da revolução, sem que o grupo tivesse lutado, e a ordem que recebeu foi de regressar a Perdizes e dissolver a tropa. Chegam a Perdizes, fardados e Gasparino Zorzi com a patente de coronel.

Não houve combates com elementos vindos de fora. Porém, certos indivíduos quiseram servir-se da situação para, encobertos pelo movimento revolucionário, vingar-se de adversários políticos ou inimigos pessoais com quem tinham questões pessoais antigas e achavam oportuno o momento de ajustar contas. Dali surgiram, por vezes, tiroteios e outras desordens logo abafadas pelas autoridades. Sempre houve vítimas, embora nem sempre houve mortes.

Também esse movimento não constituiu entrave à colonização. Ao contrário, refeita a ordem no território todo, novo impulso tomou a colonização, incentivada ainda pela propaganda dos colonizadores, bem como, pelas vias de comunicação e transporte favoráveis.

### **3.2.3 As ações nacionalizadoras em Videira**

O levantamento dos principais aspectos da Campanha de Nacionalização em Videira, apontou vários ângulos que justificam as ações e reações da população e ao mesmo tempo apresentam-se contraditórias.

---



Dentre estes aspectos considerados estão a formação política e territorial de Videira: a margem esquerda do Rio do Peixe, de ocupação na maioria italiana, sob a influência do catolicismo e a ação direta de D. Daniel Hostin e do Coronel Gasparino Zorzi, e a margem direita do rio com colonização alemã, marcada pelo luteranismo; e a diferença de atitudes do imigrante da área rural e o da área urbana e ainda do descendente de italianos e de alemães e do imigrante direto.

Os acontecimentos políticos desta época tiveram uma influência significativa na vida dos imigrantes que se estabeleceram no distrito. O Estado embasado nos princípios do nacionalismo determina ações de um amplo processo de dominação.

Uma das estratégias na formação do pensamento nacionalista foi a influência de D. Daniel Hostin, bispo da Diocese de Lages, que tinha abrangência no Meio Oeste do estado.

O posicionamento político de D. Daniel ficou explícito nas Cartas Pastorais. A defesa do nacionalismo e o ataque direto às idéias comunistas relacionando às ações cotidianas, bem como uma normatização de cunho moral que proibia bailes, determinava modos de vestir, condenava o carnaval e outros demonstravam uma forte relação entre Igreja e Estado.

Desde a candidatura de Getúlio Vargas a Igreja Católica, principalmente nas regiões de núcleos migratórios, posicionava-se a favor do político, na pessoa de Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, que via Vargas como um “regenerador”, capaz de realizar as reformas institucionais necessárias para garantir que a república brasileira fosse capaz de manter a ordem e a harmonia social.<sup>178</sup> E mesmo após as leis de nacionalização que imprimiram a repressão a membros do clero estrangeiro, ele mantém a posição de que o Estado Novo era “a solução capaz de instaurar a concórdia social”.<sup>179</sup>

Isaia deixa claro também, que o posicionamento de Dom João Becker frente às formas de aplicação das leis de nacionalização, sobretudo no Rio Grande do Sul, estavam mais relacionadas à contenção do comunismo, “uma medida salvadora que se impunha num momento dramático da vida nacional”.<sup>180</sup> Esse discurso do arcebispo seguia as prerrogativas de defesa que Getúlio Vargas, a quem considerava, como já foi afirmado, antes mesmo deste subir ao poder, como “um novo Moisés”.<sup>181</sup>

<sup>178</sup> ISAIA, Artur César. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1982. p.80.

<sup>179</sup> Idem p.158.

<sup>180</sup> Idem p. 157.

<sup>181</sup> Idem p. 81. Isaia segue mais adiante reforçando que para D. João Becker, a idéia de nação, que pressupunha uma união espiritual em torno de valores e crenças comuns, formava-se no Brasil através da integração de diferentes etnias à bagagem histórico-espiritual que o caracterizava. Para essa integração, o caráter supranacional – “católico” – da Igreja atuava como força justamente de afirmação da identidade nacional brasileira, integrando diferentes etnias a uma herança cultural específica. Se a Igreja se caracterizava por pairar acima das

Este posicionamento da Igreja Católica a nível regional é deixado bem claro na Circular nº 6 do Governo Diocesano em 10 de janeiro de 1933, da qual alguns trechos são transcritos abaixo com o objetivo de evidenciar as ações do bispo de Lages, a partir desta citação, as informações serão transcritas respeitando a grafia original do documento

Ao clero e aos fiéis de Nossa muito amada Diocese de Lages, saudação, paz e bençãem em Nosso Senhor Jesus Christo.

Nesta hora, em que estão em jogo os interesses supremos da Egreja no Brasil, crime fôra cruzarmos os braços indifferentes, como si a nós não tocasse uma parcella de responsabilidade na futura organização do paíz.

Para coordenar as actividades catholicas no referente à obrigação eleitoral, para orientar os catholicos no cumprimento de seus graves deveres para a Egreja e a Pátria, foi fundada no Rio de Janeiro com a bençãem de sua Eminência o Snr. Cardeal D. Sebastião Leme, a Liga Eleitoral Catholica que deverá ser estendida em todas as Dioceses, sem o que todos os esforços resultarão inúteis.

Não se trata de um partido político, mas da Secção Catholica, segundo o preceito do Santo Padre Pio XI, devendo-se ter esta occasião como providencial para não consentir que o Brasil seja governado pelos inimigos da nossa Santa Religião que, aqui, querem criar uma República socialista, isto é, República sectária, anti-nacional e por isso mesmo, anti-social. (...)

Fiquemos unidos Irmãos e Fiehos dilectíssimos promptos para trabalhar, no nosso campo de ação em favor do engrandecimento da Pátria, propugnando desassombradamente a integridade da família, a inviolabilidade da propriedade e a estabilidade da civilização christã, (...)

Não se exige de nenhum catholico que sacrifique suas preferências partidárias, mas que se comprometta formalmente exercer o direito de voto em conformidade com o dictame da conciência (nacional) digo catholica. (...)

È preciso votar disciplinadamente.

A disciplina é a condição da vitória. Exige, talvez, o sacrificio das sympathias fáceis, das amizades pessoaes, dos interesses particulares, mas offerece garantias de elevados bens sociais. (...)

A postos, pois, Irmãos e Fiehos dilectíssimos. Tudo pela Religião e Pátria.<sup>182</sup>

Na mesma página encontra-se registrada a fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC). A Liga foi uma estratégia da Igreja Católica, de atuação indireta, para garantir, o que diziam ser, a manutenção da moral e dos bons costumes, impedindo a aprovação do divórcio e a

---

nacionalidades, o Brasil plasmava a sua identidade na aceitação de seu magistério; se, por outro lado, a nacionalidade brasileira formava-se da coexistência de diferentes etnias, o influxo do catolicismo sobre estas colaborava para a formação de um conjunto de valores e crenças próprios da idéia de nação. p. 165.

<sup>182</sup> Livro Tombo da Paróquia de Perdizes. Ano 1932, p. 13 e 14.

ascensão ao poder de políticos que defendiam posições condenadas pela Igreja como os comunistas e assegurar a eleição de candidatos dos partidos que tinham sua aprovação.

Portanto, a Liga Eleitoral Católica, não era um partido político, visava a mobilização dos eleitores católicos em prol dos princípios da Igreja, os quais se encontravam resumidos em 10 pontos que constituíam o programa da Liga

- 1º - Promulgação da Constituição em nome de Deus.
- 2º - Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso.
- 3º - Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do estado e dos municípios.
- 4º - Regulamentação da assistência religiosa às classes armadas, prisões, hospitais, etc.
- 5º - Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros.
- 6º - Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar.
- 7º - Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.
- 8º - Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual.
- 9º - Decretação de lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências da legítimas liberdades políticas e civis.
- 10º - Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.<sup>183</sup>

A atuação da Liga Eleitoral Católica foi eficaz, a ponto de que nas eleições para a Assembléia Constituinte de 1933, venceram a maior parte dos candidatos indicados por ela. Este fato garantiu à Igreja uma reaproximação com o Estado, fazendo com que ela retornasse ao bloco do poder, o que justifica, em partes, uma ação repressiva mais branda em relação aos estrangeiros católicos fixados nas colônias do Sul do país. Outro aspecto a destacar é a influência da Igreja Católica sobre as mulheres leigas, que se tornaram porta-vozes dos seus interesses e, por conseguinte do Estado. As vias utilizadas para tanto foram as associações religiosas femininas como a Pia União das Filhas de Maria e o Apostolado da Oração. Já as mulheres da IECLB criaram a OASE, uma associação que não obedecia a uma hierarquia

---

<sup>183</sup> BEOZZO, José Oscar. **A Igreja entre a revolução de 1930, Estado Novo e a Redemocratização**. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. 4º vol. SP: Difel, 1984. p. 306.

religiosa, embora estivesse vinculada aos princípios religiosos da Igreja Luterana. Em suas reuniões, procuravam valorizar questões culturais e sociais, até porque a IECLB não tinha vínculos políticos com o estado brasileiro. Diante disso os núcleos germânicos evangélicos vão sofrer uma repressão mais austera durante a Campanha de Nacionalização do governo Vargas.

Retomando a discussão sobre o papel da Igreja Católica e da influência de Dom Daniel Hostin na região em questão, durante este período, houve a entrada de uma solicitação do Primeiro Tenente Delegado Regional, datada de 24 de dezembro de 1938, pedindo informação sobre o número das capelas existentes na paróquia e onde estavam localizadas e também sobre o número e a nacionalidade dos padres que nela trabalhavam.<sup>184</sup>

Como consequência da solicitação acima, foi enviado a Perdizes no início de fevereiro de 1940, o Padre Clemente Pinto em substituição ao Padre Bucardo que era prussiano. O Padre Clemente Pinto, cearense, foi o primeiro padre brasileiro a atuar na paróquia.

Os motivos da troca ficam claros quando no dia da sua posse como vigário de Perdizes, Padre Clemente fala aos paroquianos sobre sua posição, afirmando que não tinha um partido político e que não fazia acepção de pessoas e ainda que o Evangelho era a sua política. Mais tarde, em seu livro “Ecos de um Paroquiato” posicionava-se contrário à repressão e às restrições impostas aos estrangeiros durante a campanha de nacionalização

A propaganda americana incutiu na cabeça do povo o xenofobismo contra os alemães, italianos e japoneses e seus descendentes mesmo nascidos no Brasil. As perseguições e delações baratas contra estes últimos tomavam aspecto de terror. Muitos coitados, simples colonos, nem vinham mais ao comércio, com medo de involuntariamente proferirem alguma palavra em italiano ou alemão. A expressão 5ª coluna, que depois na boca do povo degenerou em quinta calúnia, de criação americana era aplicada a qualquer desafeto e aos descendentes de italianos e alemães. Sem mandato judicial, por uma simples denúncia de um invejoso qualquer, os coitados eram arrastados à delegacia de polícia ou chamados ao DOPS para inquérito.<sup>185</sup>

Durante o período mais duro da guerra, o padre Clemente foi chamado três vezes para depor no DOPS em Florianópolis. Em uma das vezes teria sido porque durante a missa celebrada no dia 7 de setembro de 1942 teria dito “Será que é preciso ser preto para ser brasileiro?”<sup>186</sup>

<sup>184</sup> Livro Tombo da Paróquia de Perdizes .p. 77

<sup>185</sup> PINTO, Padre Clemente. **Ecos de um Paroquiato**. p.36. (mimeo).

<sup>186</sup> DAL BÓ, Rosa Leoni. Entrevista concedida em 08.11.2006. Nasceu em Perdizes, hoje Videira, no ano de 1926.



Figura 11: Dia 7 de Setembro  
 Destaque para presença do Padre Clemente Pinto  
 Fonte: Acervo Denise Zago

Sobre este fato o padre faz registros em seu livro *Ecos de um Paroquiato* e também no livro *Tombo da Paróquia de Perdizes* na página 69

Devido ainda o caso do dia 7 de setembro deste ano, fez o vigário uma viagem a Florianópolis para entender-se com as autoridades superiores e defender-se da acusação que lhe fizeram (e a respeito da qual foi aberto o inquérito antes) de ter feito propaganda publicamente a favor dos países totalitários. Partiu no dia 14 de dezembro, falando então com o Sr. Interventor e o Chefe de Polícia e regressou no dia 24-XII-42.

Em 19 de fevereiro de 1943 o padre Clemente recebeu outro telegrama de Florianópolis chamando-o para apresentar-se no DOPS na capital. Segundo ele foi devido a uma denúncia “à toa e sem importância”.

Nos casos considerados mais graves, quando, por exemplo, estavam “inseridas paixões políticas, declarações de apoio a Hitler,”<sup>187</sup> os interrogados eram entregues à alçada militar e

<sup>187</sup> MONTEIRO. Jaecyr. **Nacionalização do Ensino: Uma Contribuição a História da Educação**. Florianópolis: UFSC, 1983. p.83.

enviados para o batalhão sediado em Porto União ou ao DOPS com sede em Florianópolis. Para ilustrar, cita-se, além do caso padre Clemente Pinto, o fato ocorrido com o senhor Germano Dekker, que foi retirado de sua farmácia e agredido em plena rua por agentes policiais e enviado para Porto União. Entre os argumentos utilizados pelas autoridades para tal e que entrevistas comprovam, o mesmo mantinha contato, recebia e distribuía comunicações da Alemanha Nazista.

Sobre o comportamento moral dos diocesanos e os bailes de carnaval, as circulares diocesanas demonstravam um rigoroso sistema de controle e ataque veemente aos bailes de carnaval e ao comportamento da população fazendo uma relação com o comunismo, como aparece no trecho abaixo e, ao mesmo tempo em que coíbiam as festas, inculcavam normas de obediência aos dogmas e conselhos da Igreja e do bispo diocesano

Irmãos e Filhos muito amados!

Aproximam-se os dias de carnaval, dias dos prazeres sem freio, das licenciosidades perigosas, do palavrio indecente, das quadras obscuras; dias de orgias mais ignominiosas talvez do que os bachanaes de Roma e de Athenas, na época de sua decadência, dias em que o homem mostra a torpeza íntima e dá largas aos instintos perversos; dias que matam impiedosamente o pudor, os sentimentos nobres e elevados, a virtude. Falharíamos, irmãos e filhos muito amados, com a nossa obrigação de bispo responsável pela salvação eterna de vossa alma imortal senão erguêssemos nossa voz para repelir essa afronta vergonhosa aos nossos brios de catholicos e brasileiros. (...) E as alegrias do carnaval? Sua fonte é o desejo de antes começar a quaresma (que, entretanto, pouco se observa) soltar as rédeas às paixões, tanto mais quanto menos se jejua. Sua origem vem de usos e costumes pagãos. (...) De forma avassaladora destrói a dignidade humana e christã. (...) O baile é condenado não só por catholicos, mas também acatholicos e pagãos. “Não dançar se não quem esta bêbado ou louco de todo; a dança encerra em si todos os vícios” disse Cícero. O grande psycho-analista Freud, anti religioso, chama a dança “a maior derivativa dos baixos sentimentos do homem”. (...) Não deis, pois, caríssimos diocesanos, o vosso apoio as loucuras do carnaval. É fraqueza, é covardia e é crime professar a fé christã e entregar-se as orgias pagãs desses dias.<sup>188</sup>

Nos registros da paróquia são encontradas circulares enviadas todos os anos por ocasião do carnaval, as quais constavam de insuflados discursos contra a festa e também de orientações de jejum, orações e adorações durante os três dias de festa. Porém a população urbana, sempre dava um jeito de burlar as orientações do bispo e dos padres, como coloca a senhora Zélia Maria Nodari Gaio, “Minha mãe dizia primeiro a missa depois a diversão. Nos

<sup>188</sup> Livro Tombo da Paróquia de Perdizes. Circular nº 20. p. 43 – 44.

três dias de carnaval tinha adoração na igreja, então a gente ia na adoração e à noite ia nos bailes”.<sup>189</sup>

As questões políticas conjunturais afetavam as questões locais, inclusive na igreja quando as circulares recebidas do governo diocesano atestavam que os fiéis deveriam voltar suas orações em favor das autoridades constituídas e também apoiar as determinações deste governo, como aparece nas citações abaixo

O estado de guerra em que se acha o Brasil exige de cada um de seus filhos que esteja a posto. Neste momento de incertezas, a Pátria, mobilizando em campanhas empolgantes, todos os seus recursos espera que todos os brasileiros se dediquem ativamente em prol de sua defesa, conservação e grandeza. Não só os militares mas a cada cidadão, qualquer que seja a sua condição importa auxiliar e apoiar sinceramente os empreendimentos.<sup>190</sup>

A circular segue solicitando que os agricultores aplicassem seus melhores cuidados e esforços para aumentar a produção de cereais, de gêneros alimentícios e pecuária uma vez que o país passava por necessidades nessas áreas. Mais adiante a Circular nº 40 reforça pedido de preces especiais em favor da Pátria, do chefe da nação e das classes armadas, uma vez que se aproximava o “Dia da Pátria”.<sup>191</sup> Esta circular aparece na íntegra no livro de registros de circulares e outros documentos da Diocese de Lages na página 183, a qual abordava

Movimentam-se os brasileiros para celebrar com entusiasmo e júbilo o Dia da Pátria. As manifestações cívicas desse dia memorável, é justo que se unam as manifestações da fé com que muito lucrará o amor pátrio, porque é a Religião que nos ensina o verdadeiro amor da pátria. E este amor manifesta-se principalmente por súplicas e preces em favor de nosso querido Brasil. Determinamos, pois, a todos os revmos. srs. Vigários que promovam no dia 7 de setembro a celebração de atos solenes, ao menos, Santa Missa festiva, para pedir a Deus, pela nossa pátria, em momento de tantas apreensões. Roguemos a Deus pelo chefe da Nação a quem nesta hora tão grave, estão confiados os destinos do Brasil.<sup>192</sup>

No jornal “**Voz da Serra**”<sup>193</sup> de 30 de setembro de 1943, na redação “**Dia da Pátria**” a aluna da segunda série do Curso Complementar, Elci Dallazem descreve como foram

<sup>189</sup> Entrevista concedida em 09 de janeiro de 2007. Nasceu em Antonio Prado em 25 de agosto de 1923 migrando para Videira em 1940.

<sup>190</sup> Livro Tombo da Paróquia de Perdizes. Circular nº 39. p. 69.

<sup>191</sup> Livro Tombo da Paróquia de Perdizes. p. 73.

<sup>192</sup> Livro de Cartas Pastorais, circulares, decretos, portarias, avisos e outros documentos publicados pelo Exmo Snr. Bispo Diocesano. Circular nº 40 de 22 de agosto de 1943 p. 183.

<sup>193</sup> Este jornal escrito pelos alunos do Grupo Escolar Professora Adelina Regis é o único registro que restou desta escola devido a um incêndio que destruiu o prédio de madeira em 26 de junho de 1946.

desenvolvidas as atividades do dia sete, demonstrando que a ação dos professores em prol da nacionalização era efetiva e nesta data, incluindo a do padre vigário

O dia 7 de setembro é a data comemorativa ao Dia da Pátria. É festejado por todos os bons brasileiros com grande patriotismo. (...) Também Perdizes e Vitória não o deixaram passar despercebido. Uns dias antes uma comissão composta dos srs. Orestes Formighieri, Geraldo Ache, respectivamente intendentess de Perdizes e Vitória e o sr. Vilibaldo Rohregger, diretor deste grupo, saiu pelas casas comerciais, afim de angariar dinheiro para cobrir os gastos. (...) O astro rei surgiu cedo no horizonte longínquo, saudando o povo brasileiro com seus raios dourados. (...) Em seguida marchamos em direção à praça da nova matriz, para assistir a missa que teve início às 9 horas. Durante o evangelho, o Padre Clemente Pinto, vigário desta paróquia, discursou sobre a obediência que devemos aos superiores e às autoridades legalmente constituídas.

A fala do padre Clemente tinha sido previamente combinada e provavelmente imposta, pois nesta época o padre era diretor do Grupo Escolar Imaculada Conceição, uma vez que as irmãs salvatorianas, proprietárias do educandário, eram alemãs, e lutavam pela liberação do Curso Complementar e também porque no programa do dia da Pátria deste mesmo ano, que se encontra anexado ao livro de registro do jornal, estava como item 3, que na missa durante o evangelho, o padre Clemente Pinto falaria sobre o “ termo Obediência às autoridades”.

O fato do padre Clemente Pinto responder pela direção do colégio da Irmãs se deve a exigência do artigo 4º do decreto-lei nº88 que exigia provas de que o diretor ou responsável pelo educandário fosse brasileiro nato ou naturalizado. Desta forma ele respondeu pelo mesmo diante da autoridades estaduais até a chegada de uma diretora de origem brasileira e formada em uma escola do país.

Neste programa também apreço como item 16 a fala do Doutor Francisco Bertagnoli, diretor da Estação Experimental, sobre o “Bônus de Guerra”. Segundo Rita Sinzker<sup>194</sup> o bônus era um *ticket* para a compra de farinha, açúcar, produtos de primeira necessidade, que estavam racionados devido à guerra.

Mais adiante o jornal tem anexado o programa de comemorações do grupo escolar referente a “Semana do Soldado” de 21 a 25 de agosto de 1944. Nos dizeres, como se pode perceber, aparece o empenho em despertar o amor pela Pátria, a exaltação aos heróis nacionais e também a participação dos professores nesta tarefa.

---

<sup>194</sup> SINZKER. op cit.



“Ama a terra em que nasceste e à qual revererás na morte. O que por ela fizeres, por ti mesmo farás, que és terra e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem.”

## “SEMANA DO SOLDADO”

**21 A 25 DE AGOSTO**

A Liga Pró-Lingua Nacional do Grupo Escolar “Profa. Adelina Regis”, comemorará nesta semana, as figuras máximas de Caxias e seus sucessores, com o programa abaixo:

Nos dias 21, 22, 23 e 24 às 8 horas, homenagem à Bandeira, com saudações, hinos, poesias e preleções pelos srs. professores: Allino Almeida Rocha, Olívia Andrade, Maria José Magalhães Milani, Sólton Rosa e Alexandre Milani Filho.

**DIA 25 -- “DIA DO SOLDADO”**

Às 8 horas: missa na Matriz local, mandada rezar pelos alunos do Curso Complementar pró-êxilo das Forças Expedicionárias Brasileiras que desembarcaram na Europa.

Às 9,30 horas: no pátio do Grupo Escolar, significativa sessão cívica com hasteamento da Bandeira Nacional, hinos, poesias, saudações, discursos, etc.

Para êste dia, convidamos as autoridades, comerciantes, industriais, operários e ao povo em geral, para unidos, tribuarmos nossas homenagens e glorificarmos a figura máscula de CAXIAS e dos bravos brasileiros que tornaram e tornarão grande êste querido torrão - BRASIL.

Ficamos gratos pelo seu comparecimento.

**Tudo pela grandeza do BRASIL!**

Videira, agosto de 1944.

Figura 12: Programação Semana do Soldado

Na descrição do 7 de setembro de 1944, o aluno Leovaldo Souza, encerra sua participação no jornal **Voz da Serra** com a seguinte frase “nem mesmo com chuva o povo desta localidade deixou de comemorar essa data. Todos os bons brasileiros nesse dia mostraram seu amor à Pátria.” Neste ano, além da missa que teve a “intenção” pelo êxito dos soldados, especialmente os de Videira, que integravam a Força Expedicionária Brasileira, do desfile com participação dos alunos, “industriários”, comerciários e população em geral, o programa das “festividades cívico-patrióticas” constava de outras três partes: uma gincana, de uma sessão solene no Cine Guarani e de um chá dançante no Clube Vitória. Destaca-se o empenho das autoridades, tanto escolares quanto administrativas, em demonstrar alegria e respeito pelas datas cívicas e também o fato do Clube Vitória, antes da Nacionalização, ter sido uma associação fechada e exclusiva de alemães e também porque esta atividade poderia acontecer no Clube Tabajara na, antes, Perdizes.

Outro personagem importante, da Nacionalização em Perdizes, foi o Coronel Gasparino Zorzi, que participou da revolução de 1932 ao lado de Getúlio Vargas e retornou sob a insígnia de coronel. Passou então, a controlar a vida política de Perdizes e indiretamente de Vitória. Sobre sua atuação durante a Nacionalização a senhora Carmelita Bogoni<sup>195</sup> diz que “os amigos do Gasparino não eram presos. Ele contornava a situação”. O coronel adquiriu projeção regional tornando-se prefeito de Campos Novos.<sup>196</sup>

As ações mais efetivas da Nacionalização em Perdizes e Vitória foram sentidas a partir de 1942, com a mudança do nome de alguns núcleos de colonização alemã como é o caso de Marechal Hindenburgo que passou a chamar-se 10 de Novembro e Princesa Isabel que muda para Ipoméia.

A margem direita do Rio do Peixe sentiu mais efetivamente as ações da Nacionalização, pois ali imperava o “perigo alemão”. A criação de um “inimigo”, de um perigo ameaçador à Pátria tornou-se um dos elementos da legitimação do poder do regime de Vargas e da tarefa de “abrsielirar” a população do país.

Em 1937 o idioma alemão ainda era falado em Vitória e nos outros núcleos de colonização alemã, pois haviam passado apenas vinte anos de colonização da região. A língua alemã era utilizada em quase todas as atividades cotidianas da população local. O seu uso era mais intenso no interior do que na “vila”, onde era maior o número de pessoas que falavam a língua portuguesa.

A proibição da língua estrangeira, a necessidade de salvo conduto para viagens, mesmo para os de terceira e quarta geração nascida aqui, mantinha um clima de insegurança na população, até porque a grande maioria não sabia falar o português. Como declarou Frau Riffel: “Sou descendente de alemães de quarta geração, mas pelo traços físicos, sempre era necessário tirar passaporte (salvo conduto) para viajar de trem. (...) Só aprendi a falar português, já mocinha.”<sup>197</sup>

---

<sup>195</sup> BOGONI, Carmelita. Entrevista concedida em 19.10.06.

<sup>196</sup> Em entrevista realizada no dia 9 de janeiro de 2007 o senhor Irio Zardo diz a respeito de Gasparino Zorzi: “Foi criado no sistema caboclo: não arraste duas vezes as esporas na minha frente ...”

<sup>197</sup> RIFFEL, Irma Emmel. Entrevista concedida em 03.11.2006. Nascida em 1918 na cidade de Santa Cruz – RS, veio para Videira em 1942.

REPÚBLICA DOS E. U. DO BRASIL

**Município de Campos Novos**  
Sub-Delegacia de Polícia

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fedizes, 31 de Maio de 1943

**Salvo Conduto No 3**  
VÁLIDO POR 60 DIAS

Nome: Francisco Sinzker  
 Nacionalidade: Alemã  
 Idade: 39 anos.  
 Profissão: Eletricitário  
 Residência: Rua dos Reis  
 Destino: Cruz Alta, S. Catarina

Nenhum impedimento existe a respeito do portador, pelo que as autoridades que dêste tiverem conhecimento não deverão opôr-lhe quaisquer embaraços.

Não tem valor a fotografia abaixo, que não tiver o carimbo desta delegacia.

Assinatura do portador  
Francisco Sinzker

POLEGAR DIREITO

OBSERVAÇÕES

Elm Venzon  
Sub delegado

Sub-Delegado de Polícia

Figura 13: Salvo-Conduto  
 Fonte: Acervo de Rita Sinzker

Em 06 de dezembro de 1937, o jornal **Barriga Verde**<sup>198</sup>, noticiava a proibição do uso da língua estrangeira no Brasil:

E o Brasil começará a ser brasileiro (...) “Podemos informar aos nossos leitores que a única língua que dentro de poucos meses será falada em todo o Brasil será a brasileira. O governo federal já expedia (e Blumenau foi o local do início) uma verdadeira ordem de nacionalização de toda a nação. Será respeitado apenas o lar.

<sup>198</sup> Jornal **Barriga Verde**, Canoinhas – SC, nº 16, ano 01.

Quanto ao uso da língua alemã, Carmelinda Bogoni<sup>199</sup> conta que eram vizinhos dos Milbrandt, Otto e Elza, e à noite reuniam-se para falar o português e as crianças diziam que a Dona Celedônia Selbach ensinava na escola que era para falar o português e não o alemão. Afirma com orgulho que sempre falaram o português e que a mãe nunca quis que falassem o italiano. Relata, ainda, que o pai e o senhor Vicente Fernandes acompanhavam os padres pelo interior porque eles não falavam português, talvez por isso o clero de Perdizes não tenha sofrido tanta perseguição quanto os de São Luiz, de Iomerê.

As ações de cunho nacionalista e de fortalecimento do Estado para a obtenção de uma identidade coletiva levaram à discussão entre o “ser nacional” e o “ser estrangeiro”. Como afirma Neumann

A Campanha de Nacionalização tinha por princípio a incorporação dos considerados “estrangeiros” ou “desnacionalizados” ao meio nacional. Em sua essência, a fronteira entre o “ser nacional” e o “ser estrangeiro” era determinada pelo conhecimento e pelo domínio da língua portuguesa. A nacionalidade gera no conjunto dos seus membros um sentimento de inclusão o qual distingue o “nos” dos “outros”, os de dentro dos de fora, os nacionais dos estrangeiros. Internamente, o “outro” surgia na figura do imigrante e por extensão, em seus descendentes.<sup>200</sup>

Nas igrejas evangélico-luteranas, a maioria das atividades religiosas como cultos, casamentos, batizados, aulas de doutrina e também documentação como certificados e lembranças religiosas eram feitas em alemão.

D’Aquino reforça esta questão afirmando que havia dois elementos “desintegrantes” do espírito nacional: a Igreja Evangélica alemã e as sociedades escolares denominadas teuto-brasileiras.<sup>201</sup> Isto justifica, em parte, porque no período da Nacionalização o templo-escola de Vitória foi fechado, sendo proibidas suas duas funções. O pastor Alfredo Hoffmann foi preso durante o culto que celebrava em alemão e as chaves recolhidas à delegacia. Levado pelos policiais, ficou preso de 1943 a 1945 em Porto União. Mesmo assim, não ficaram sem assistência espiritual, o Reverendo Lathan Wright,<sup>202</sup> da Igreja Presbiteriana de Cruzeiro

---

<sup>199</sup> BOGONI, C. op. cit.

<sup>200</sup> NEUMANN, R. M. op cit, p.01.

<sup>201</sup> D’AQUINO, I. op cit, p.32.

<sup>202</sup> Segundo o pastor Juan Gustavo Medina da Igreja Presbiteriana de Herval D’Oeste – SC, o Reverendo Wriugh foi um missionário americano que veio para o Brasil, como tantos outros, para plantar igrejas no país e se fixou no sul, principalmente em Castro, no Paraná, onde foi diretor da escola presbiteriana e em Herval Velho, Capinzal e Herval D’Oeste (Cruzeiro do Sul) em Santa Catarina. Foram duas as fases vividas pelo Reverendo nesta região: a primeira que corresponde ao período da nacionalização quando o pastor veio e manteve os primeiros contatos e iniciou os trabalhos para plantar igrejas e depois na década de 1950 quando organizou a igreja em Herval D’Oeste. Era casado e foi pai de quatro filhos, dentre eles, Paulo Stuart Wright, preso e

(Joaçaba) assumiu as funções pastorais e também, como voluntário.. o sustento da família do pastor preso.<sup>203</sup>

No caso do fechamento da escola, as atividades desta feria inclusive o artigo 9º do decreto-lei nº88, segundo o qual o governo procurava evitar a influência de governos ou instituições estrangeiras – no caso a Igreja – nas escolas particulares, principalmente nas áreas de colonização “alienígena.”<sup>204</sup>

Neste período também a OASE foi proibida de atuar e enquadrada como “casa de diversão”. Porém as senhoras luteranas continuaram a reunir-se semanalmente em suas casas, mesmo com a lei que proibia a reunião de pessoas estrangeiras. A esse respeito o jornal *Barriga Verde*, de 04 de junho de 1939, publicava no alto de sua primeira página

Todo indivíduo que em reuniões sociais se manifesta em idioma estrangeiro prova publicamente que é adversário da CAMPANHA NACIONALIZADORA e, portanto, inimigo da nacionalidade brasileira. Isso cessará do a quem doer porque assim quer o Brasil.<sup>205</sup>

Outra forma de resistência à Nacionalização, nos núcleos de colonização alemã mais afastados, foi a manutenção dos encontros de catequese. A senhora Iraci Elsbeth Virgutz<sup>206</sup> relata que, durante o período de “perseguição,” as crianças da linha Quinze de Novembro continuaram a ter catequese com a senhora Hilda Bush, esta mandava avisar por alguém que ia para a vila de Vitória e quando poderia ir para a comunidade dar aulas. Nos anos de maior repressão a catequese acontecia no meio do mato para evitar “qualquer surpresa”. Ela relata ainda, que no ano de 1939, o pai tinha decidido retornar para a Alemanha, pois achava que lá os filhos teriam melhores condições, inclusive para estudar, e foram até o litoral mas, devido ao início da guerra não puderam embarcar, ficaram lá dois meses e depois voltaram para suas terras na Linha Quinze de Novembro.

Já as igrejas e capelas católicas utilizavam o latim como língua oficial em suas missas e mesmo em alguns casos as orações em casa eram em latim. Como os policiais e até mesmo inspetores não sabiam distinguir o italiano do latim, em muitos casos, chegavam a confundir as duas línguas prendendo os que recitavam as orações nesta língua. Estes casos ficaram

---

desaparecido político no ano de 1973. O pastor afirma também que, na época da perseguição aos estrangeiros, muitos alemães migraram da Igreja de Deus, uma igreja alemã, para a Igreja Presbiteriana e permanecem até hoje, porém não há registros sobre a sua atuação na Igreja Evangélica de Vitória. Entrevista concedida em 09 de julho de 2007.

<sup>203</sup> BALZ, Roni Roberto. Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Videira. Entrevista concedida em 24.08.2006.

<sup>204</sup> MONTEIRO, J. op. cit, p. 63.

<sup>205</sup> Jornal **Barriga Verde**, Canoinhas – SC, nº 77.

<sup>206</sup> VIRGUTZ. op. cit.

comprovados em vários depoimentos e também no livro do Padre Clemente que faz a seguinte colocação

Na capela de Nossa Senhora do Rosário – Rio Tigre, o piedoso católico César Fantin foi preso só porque depois de recitar o terço com o povo, recitou também no final a Ladainha Lauretana em latim. O zeloso policial, autor da façanha, achou que aquilo era italiano ou alemão, e portanto, um grande perigo para a Pátria amada idolatrada salve, salve ...<sup>207</sup>

O padre segue descrevendo outro caso semelhante, com o senhor Aurélio Gheller

Ali esteve um inspetor escolar em visita oficial às escolas da região. Tendo de lá pernoitar, à noite assistiu o terço na capela, puxado pelo senhor Gheller. Terminada a função este é abordado pelo sábio inspetor, que o interpela e protesta com a recitação da Ladainha em italiano. Recebeu a merecida resposta do velho Gheller: “Eu rezei foi em latim. Se a coisa é desse jeito, então proibam também os padres de rezar missa, pois esta é também em latim. (...) Lá pelas 10 horas da manhã aparece-me também o dito heróico defensor da Pátria, dizendo-me para tomar providências nas capelas, pois ali ainda se rezava em italiano. Respondi: “Isto é um caso que deve ser bem examinado, pois há muito burro por aí a fora, que não distingue o Latim do Italiano... Ademais o catecismo que usam nas capelas é impresso em Petrópolis, bem nas barbas do Getúlio. Se tivesse perigo, seria proibido logo na impressora.” Não gostou da resposta, mas teve de engolir mesmo a seco.<sup>208</sup>

Outro fato que demonstra a necessidade de buscar um caráter de brasilidade na região, foi o fechamento do Seminário Camiliano do distrito de São Luiz (hoje Iomerê), sendo os seus livros, todos escritos em italiano e latim, apreendidos e levados para Caçador, o curso primário que lá funcionava foi fechado pois as aulas eram ministradas em italiano, os professores (padres) eram estrangeiros e os alunos não sabiam cantar os hinos pátrios e a escola não tinha bandeira nacional.

Esta ação foi resultado do decreto lei nº 88 aprovado em março de 1938 (ver anexo 1). Visando nacionalizar o ensino em Santa Catarina, seguindo as leis federais, nos anos de 1938 e 1939 foram aprovados vários decretos, mas foi sem dúvida o decreto – lei nº 88 do governo Nereu Ramos o de maior impulso à política de nacionalização do Estado Novo.

Segundo a portaria nº 33 de 22 de maio de 1942,<sup>209</sup> era aplicada multa aos padres Antonio Lazzari, José Beti, Novarino Brusco e Albino Dona,<sup>210</sup> por transgressão aos artigos

<sup>207</sup> PINTO, Pe. C. op cit, p. 36.

<sup>208</sup> Idem, p. 37

<sup>209</sup> **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis. Ano IX nº 2262. 22 de maio de 1942. p. 01.

2º e 7º do decreto – lei nº 88 de 31 de março de 1938 (ver anexo 3). No Diário Oficial nº 2261 o texto “Defesa da Juventude Brasileira” dá destaque ao fechamento do seminário e as supostas implicações na formação da população local. Devido a sua importância optou-se por transcrevê-lo na íntegra

Por decreto de ontem, O sr. Dr. Altamiro Guimarães Interventor interino, determinou o fechamento definitivo de um curso primário particular, que ainda funcionava, clandestinamente, no município de Caçador e cujos responsáveis, Antônio Lazzari, José Beti, Novarino Brusco e Albino Dona, de nacionalidade italiana, pelo fato de estarem, assim, burlando as leis de nacionalização do ensino, são considerados “elementos nocivos à segurança nacional”. Jovens brasileiros deles recebiam o ensino em língua italiana, utilizando-se de livros didáticos escritos naquele idioma, conforme ficou apurado suficientemente em diligências policiais. O ambiente escolar não se conformava com o exigido pela legislação do Estado que rege o assunto, não havendo nas salas de aula, sequer, uma Bandeira Nacional. Os hinos pátrios, mal sabidos, traíam, pois, o nenhum respeito dos professores pela nacionalização, revelando, ao contrário, uma imperdoável resistência às normas educacionais impostas pelo decreto-lei nº 88. Tudo, portanto, faz crer que o educandário agora fechado constituía um dos centros em que se experimentassem, escapando à vigilância dos poderes públicos, manter o antigo estado de coisas contrários ao interesse nacional.

É claro que o ato patriótico do Governo do Estado não se limitou à extinção desse foco de desnacionalização da juventude brasileira, mas autorizou a Secretaria do Interior e Justiça a aplicar, com o rigor que a lei prevê, as penalidades de que se tornaram passíveis aqueles estrangeiros que se obstinavam na prática do ensino clandestino e nocivo à nacionalidade dos próprios alunos. Por outro lado, estes foram também, no mesmo ato, objeto de atenções do Governo, que lhes mandou dar imediata assistência escolar, como, aliás, sempre tem sido feito em todos os casos idênticos.

Evidenciou-se, ainda uma vez, a inflexibilidade do Governo do Estado na aplicação objetiva e fiel da lei que salvaguarda, em matéria de ensino particular, a educação nacionalista da juventude, contra a insidiosa e pertinez influência dos agentes estrangeiros. Sem consideração de espécie alguma quando atendem contra os interesses nacionais, o Governo catarinense prossegue na sua campanha de extermínio dos focos de propaganda contrária ao Brasil – na escola ou onde quer que se descubram tais atividades criminosas contra a nossa Pátria. Nem fôra possível qualquer descuido a tal respeito, quando os fatos, como esse que mereceu a interdição de mais uma escola estrangeira, estão pondo de manifesto nem somente uma ousadia imensa dos súditos nazistas ou fascistas em o nosso Estado, sinão ainda a tenacidade da resistência que opõem, enquanto possível, à execução das nossas leis que lhes vedam o livre exercício da propaganda contra o Brasil.

---

<sup>210</sup> No livro de crônicas do seminário de São Luiz de 1934-1935, aparece o registro da ida, em diferentes dias do mês de maio de 1940, dos padres a Caçador para legalizar sua permanência no Brasil, em conformidade com as novas leis nacionais.

Na defesa e enaltecimento das ações do governo do estado o texto segue afirmando que

Todavia, com irrestrito rigor, que não exclui a serena obediência às normas legais de repressão daquelas atividades, o Governo de Santa Catarina tem demonstrado a eficiência das medidas que pôs em vigor desde 1938 e casos como o que acaba de verificar-se constituem ou remanescentes da antiga organização, ou novos ensaios naquele sentido; nunca, porém, exceções àquela eficiência, que finalmente as alcança, para colhe-los na precavida e iniludível trama da nossa legislação.

Diante de mais esse ato, que não permite dúvidas sobre a disposição em que se acha o Poder Público de extirpar do organismo educacional catarinense esses quistos que lhe perturbam o normal trabalho em função da consciência brasileira, não se equivoquem os que ainda pretendam escusar-se à ação legal. A nacionalização do ensino em Santa Catarina se processa e se processará desimpedidamente e, longe de vir a sofrer atenuação, há de intensificar-se agora, mais do que nunca, segundo declarações ainda recentemente feitas à imprensa carioca pelo sr. Interventor Nereu Ramos, a quem cabe a glória de havê-la empreendido e conduzido, sem desfalecimento, até o presente.

Não é possível deixar-se a mercê do imperialismo “exista” especialmente agora, uma juventude da qual e lícito espere a Nação a própria dignidade futura. Solapar-lhe na consciência a estima ao Brasil tem sido o porfiado empenho dos agentes nazistas e fascistas os quais, porém, não escaparão à vigilância severa das nossas autoridades, mesmo que, traindo prerrogativas veneráveis, destas pretendam valer-se para dissimular os inconfessáveis propósitos, a serviço das ambições dos respectivos países.

Este fato ganhou tamanha repercussão a nível estadual e nacional que um mês depois ainda era comentado nos jornais. O Diário Oficial de Santa Catarina de 23 de junho de 1943, publicou a reportagem “Patriotismo Vigilante” do jornal “A Noite” de 19 de junho – Rio de Janeiro, a qual destaca a ação do governo do estado na Campanha de Nacionalização e refere-se a esta região como “livres de qualquer infiltração de elementos do Eixo” como se pode verificar

### **PATRIOTISMO VIGILANTE**

Por serem algumas regiões de Santa Catarina aquelas em que, no território brasileiro, mais desenvolvimento teve a colonização germânica, não se deveria estranhar que o espírito público as olhasse com certas apreensões, prevendo que de lá partisse mais ativa a ação perniciosa dos derrotistas. Isso, entretanto, não aconteceu nem está acontecendo. Vimos aquele Estado com a mesma tranqüilidade e a mesma confiança que nos inspiram todos os demais, inclusive os que estão livres de qualquer infiltração de elementos do Eixo. E o fato se



explica pela circunstância de vir o governo catarinense atuando sempre com serena mas vigorosa energia para a perfeita observância das leis de nacionalização, redobrando o seu esforço vigilante e repressivo desde que o nosso país tomou posição em fase da situação internacional. Tivemos recentemente o registro de um fato que, a esse respeito, é bem significativo. Fechada em Santa Catarina uma escola de padres estrangeiros, onde se contaminava a infância com uma verdadeira campanha desnacionalizadora, o interventor Nereu Ramos negou a licença pedida pelo provincial da Ordem a que pertencem os mesmos sacerdotes para a fundação de um educandário em que se ministraria o ensino elementar. O despacho contrário a essa pretensão assinalava que no estabelecimento de que se cogitava não se poderia evitar a influência daqueles que haviam sido apanhados em flagrante desrespeito às leis do país. É, pois, evidente que ali tanto se reprime como se previne. Dessa atitude exemplar do sr. Nereu Ramos é que decorre a certeza de que o seu Estado é um setor seguro. A sua conduta o tem imposto à estima pública e ao aplauso das classes militares, que, como expressão mais legítima da alma da nacionalidade, já várias demonstrações lhe fizeram do seu apóio e solidariedade, justamente por essa patriótica orientação.

Segundo Monteiro, o decreto-lei nº124, que criou no estado a Inspeção Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, tinha como objetivo efetivar as medidas estabelecidas pelas leis federais e estaduais por meio do decreto-lei nº88.<sup>211</sup> “A verdade é que foram colocados nas mãos das autoridades educacionais poderes quase ilimitados no que tange à nacionalização do ensino.”<sup>212</sup>

O autor segue afirmando que para se ter idéia do rigor do decreto-lei nº88 basta dizer que o diretor ou professor poderiam ser afastados de suas funções por motivos como: - Não tiver ensaiados os hinos oficiais em todos os cursos; não der aos alunos a explicação e interpretação das respectivas letras (...)<sup>213</sup> Isso foi constatado no caso do Seminário São Camilo de Iomerê, quando é descrito, de forma irônica, o fechamento do colégio é relatado da seguinte forma

Nos inícios do mez de maio apparecem no seminário Camiliano, desta paróquia, uns agentes de policia, de Atalaia para salvar o nosso país contra súditos do <<eixo>> (=Itália – Alemanha – Japão). Não se podia porem saber a finalidade certa dos tais agentes, os dr. Drausio Cunha, inspetor escolar de Canoinhas, e Bonifácio Paes, delegado da Comarca de Caçador. Eram canalhas matriculados do comunismo e da maçonaria; Pois embora não pudessem pescar nada fora da justiça, foram alinhavar um rol sem fim de irregularidades. Como, que os

<sup>211</sup> MONTEIRO, J. op cit. p.66.

<sup>212</sup> Idem p. 65.

<sup>213</sup> Idem Ibidem.

professores eram todos italianos, que (ensinavam portanto os alunos a simpatizar pelo eixo, desviando os sentimentos de simpatia para o Brasil; que eram agentes do fascismo) que no prédio não se possuía a bandeira nacional etc., e portanto era de fechar o dito Seminário.

E o decreto do governo em base a tal seleção, foi baixado: de retirar todo o material escolar de Curso primário e fechar dito Curso.

#### Os padres seguem relatando

Mas o Sr. Bonifacio Paes, pessoa muito digna doutor e competente do seu cargo chegou com policiais armados, como fosse a caça um punhado de bandidos, trazendo o decreto; e entrando no Seminário, atirando repetidas vezes frases provocatorias, começou a retirar sem distinção todos os livros tanto do Curso primário como do ginásio; pois para ele era tudo a mesma coisa! E ainda: o decreto governamental (mandava fechar o curso primário; mas o Sr. Bonifacio passando acima do governo (por ignorância!) disse que o Seminário (e não o Curso I) estava fechado; e o seu compadre Drausio apresentou ao Reitor a multa de 2.000\$000 – Si fosse por gente desta laia, que só sabe destruir o que outras fazem, o país adiantaria bem pouco. Na boca dessa gente soaria melhor “Viva a malandragem”, do que “Viva o Brasil”.

O Sr Bispo, avisado do que occorria, accudiu e junto com os superiores da Ordem Camiliana, chegou “in loco” e verificando o caso, puzeram outra vez a calma e a ordem. Tratando junto das autoridades competentes. No instante porem o Sr. Drausio fazia repetidamente na imprensa de todo o país um alarme colossalmente clamoroso contra o Seminário e os sacerdotes ensinantes nele; tanto que a radio nacional de um país sul-americano irradiou justamente (não se sabe como lhe chegara a noticia) : “O governo de S. Catarina, no Brasil, está perseguindo injustamente (Sacerdotes italianos).”<sup>214</sup>

Complementando as informações sobre este fato, o relato do senhor Ítalo Facchin ressalta o clima de insegurança que se formou nesta época de guerra

No ano final do ano do fechamento do seminário fui, com meu pai, me matricular. Quando o padre pediu o meu nome, ele disse que não poderia me registrar com esse nome. Imagine se a polícia chega e encontra um Ítalo aqui. Então fui matriculado com o nome de Vasco Facchin.<sup>215</sup>

<sup>214</sup> Livro Tombo nº 1, de 1935 a 1939, da Paróquia São Luiz Gonzaga. p.31 e 32.

<sup>215</sup> FACCHIN, Ítalo. Entrevista concedida em 27.10.2006.

A perseguição ao clero de origem estrangeira ocorreu em todas as paróquias da Diocese de Lages e em repúdio às ações nacionalistas contra o clero estrangeiro Dom Daniel Hostin envia circular nº 37 de 10 de agosto de 1942 onde enfatiza

De norte a sul de nossa estremeçada pátria, notasse um movimento hostil contra o clero, visando, certamente, romper a unidade moral e religiosa de nosso povo. E é singular que os mentores deste movimento se apresentam, quase sempre, como ardorosos patriotas. Estes “patriotas” anticlericais exercem suas atividades também em nossa amada diocese. As principais vítimas de sua sombra são os sacerdotes estrangeiros acusados uns de “abusarem do nome de Cristo para atentar contra a segurança nacional”, criminosos, outros, de celebrarem casamentos religiosos “fazendo tábula rasa de nossas leis” e considerados, ainda outros de elementos perniciosos porque rezam missa em língua estrangeira “latim” e assim por diante. (...)

O bispo segue na defesa dos sacerdotes estrangeiros

Sabeis caríssimos diocesanos, que os sacerdotes estrangeiros não vieram para o Brasil enviados pelos governos de seus países de origem nem em busca de melhoria de vida. Para cá vieram apedido insistente dos bispos brasileiros afim de cooperarem com o clero nacional no incremento da religião e no engrandecimento da Pátria. Deles escreveu D. Duarte Leopoldo e Silva, de saudosa memória, glória do episcopado nacional e patriota extremado: “Somos testemunhas oculares do imenso bem que fazem às populações mais remotas e abandonadas. Nos vastos plainos de Palmas, Lages e Curitibanos, nos profundos sertões ao oeste de Blumenau em Rodeio e Santo Amaro, nas regiões montanhosas de São Joaquim da Costa da Serra, como em toda a vastíssima costa de Paranaguá, Guaratuba etc. Nós temos vistos, pobres e maltrapilhos, curtindo fome e frio, ao sol e a chuva. (...) Para levar a todos os recantos a consolação da fé e os benefícios da civilização. Que linguagem indiferente da fala injuriosa dos patrioteiros anticlericais. Qual anticlerical que tenha engrandecido tanto o Brasil e trabalhado tanto pelos brasileiros como o Pe. José de Anchieta, Frei Rogério Nenhaus e Frei Marcelino de Milão, para só falar de três sacerdotes estrangeiros?”<sup>216</sup>

Em sua visita pastoral de primeiro de maio de 1945, Dom Daniel Hostin, analisando o Livro Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga, questionou os padres camilianos, por escrito, sobre a ausência de registros no tocante ao episódio acima relatado, ao qual referiu-se como

---

<sup>216</sup> Livro de Cartas Pastorais, circulares, decretos, portarias, avisos e outros documentos publicados pelo Exmo Snr. Bispo Diocesano. Circular nº 37 de 11 de agosto de 1942. p.179 – 180.

“as injustiças que sofreram os Revmos. Padres Canilianos por parte do delegado de polícia e do Inspetor Escolar de Caçador.”<sup>217</sup>

Ainda a respeito do Fechamento da Escola Apostólica, fica claro que as desconfianças do governo do estado em relação à existência de simpatizantes do fascismo na região, não era de todo infundada, pois como declarou o senhor Ítalo Facchin, no período em que esteve no Seminário –1942 a 1945- recebia constantes visitas do pai que residia em Pinheiro Preto, porém o via na chegada e na saída, o restante do tempo ele ficava conversando com o padre Novarino Brusco, pois ambos eram simpatizantes do fascismo italiano. “Ficavam horas discutindo isso.”<sup>218</sup>

Para reforçar as medidas do decreto-lei nº88, o interventor Nereu Ramos, criou também o decreto-lei nº124, no qual legislava sobre as sociedades escolares. De acordo com Jaecyr Monteiro

Na exposição de motivos que precedia o decreto-lei, observa-se a preocupação do legislador com as sociedades escolares mantenedoras de escolas particulares e de supostas influências exercidas sobre elas, por grupos ou pessoas interessadas em criar obstáculos ao pleno desenvolvimento da política de nacionalização encetado pelo decreto-lei nº88 e pelas leis federais. Diz o artigo primeiro do decreto-lei em estudo: \_ “As sociedades escolares que mantenham cursos primários ou pré-primários, devem ser pessoas jurídicas autônomas e com a exclusiva finalidade de ministrar a educação e o ensino.”<sup>219</sup>

No caso das escolas, principalmente nas escolas alemãs, os alunos eram alfabetizados na língua alemã. A educação e a escola para os filhos era obrigação paterna e as igrejas monitoravam o ensino e no próprio estatuto do templo-escola de Vitória constava a obrigatoriedade do ensino em alemão principalmente do ensino da religião e do canto, considerados importantes para a formação da criança. Sobre o estudo e o uso do canto Rockenbach e Flores afirmam que

Presente nos momentos de alegrias e de tristezas, o canto era a ligação do imigrante com seu passado cultural. Cantando aliviava a saudade da pátria atenuava as privações e encontrava as forças para construir um mundo melhor. A temática das canções visava a formação moral e a elevação do nível cultural. Temas como disciplina, honra e fidelidade eram cantados para delinear o modelo a ser vivido nas comunidades em formação.<sup>220</sup>

O estudo elementar era complementado com o aprendizado de uma profissão.

<sup>217</sup> Livro Tombo nº1. Arquivo da Paróquia São Luiz Gonzaga de Iomerê.

<sup>218</sup> FACCHIN, Ítalo. Entrevista concedida em 15 de novembro de 2006.

<sup>219</sup> MONTEIRO, J. oP cit, p.67.

<sup>220</sup> ROCKENBACH, S. op. cit p. 55.

Os livros didáticos eram importantes. O pastor Rotermund, em 1877 fundou a editora Rotermund, que lançou milhares de livros escolares em alemão. Na Segunda Guerra Mundial todo o acervo da editora foi apreendido. Nas escolas comunitárias se cultivava a germanidade por meio do uso da língua alemã, da comemoração de datas cívicas e de costumes germânicos.<sup>221</sup>

A ação do decreto-lei nº 88 pode ser observada também em Vitória e nos outros núcleos do interior. Estas escolas são fechadas e o seu funcionamento proibido, o governo afastou os professores que não falavam português ou não eram brasileiros “desde o século XX, criou escolas nacionais, forneceu livros didáticos e pagou subsídios aos professores. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial o número de escolas públicas chegou a dobrar”.<sup>222</sup>

Com relação ao decreto-lei, Jaecyr Monteiro, afirma que o mesmo foi sem dúvida o que impulsionou a política de nacionalização posta em prática em Santa Catarina durante o Estado Novo. Nas suas palavras

O legislador atingiu o ponto básico de todo o processo de nacionalização – a escola particular. Já em seu prefácio, o interventor Nereu Ramos justificou a assinatura do novo decreto-lei, apresentando uma série de considerandos, demonstrando a importância para o momento histórico de uma política de nacionalização ativa e a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes, relativas ao ensino primário privado, bem como pô-las de acordo com a orientação social e política do Estado Novo.<sup>223</sup>

Neste contexto nos parece correta a afirmação de Bomeny

a associação entre educação e segurança nacional tem sua origem no Brasil em momentos de política autoritária, quando a educação é enaltecida como instrumento eficaz de controle. (...) a necessidade imperativa da ordem e da disciplina define o que será e a que servirá a educação.<sup>224</sup>

No estado de Santa Catarina, desde 1911, várias leis foram promulgadas com o objetivo de “difundir a língua nacional nas escolas particulares das zonas de colonização alienígena, aproximando-as da finalidade educativa das escolas mantidas pelo Estado.”<sup>225</sup> Aquino também afirma que estas apresentavam dois erros fundamentais. O primeiro por

<sup>221</sup> Idem, p. 48.

<sup>222</sup> Idem Ibidem.

<sup>223</sup> MONTEIRO, J. op cit. p. 60.

<sup>224</sup> BOMENY, Helena M.B. Intelectuais, cultura e educação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 141.

distinguir as escolas particulares das áreas de colonização estrangeira, por sua organização e finalidade das demais escolas públicas ou particulares que já estavam integradas no “sentido nacional”. O segundo erro é que denominavam estrangeiras as escolas que ministravam o ensino brasileiro e que tinham quase, senão a totalidade das crianças nelas matriculadas, nascidas no Brasil. Este último aspecto era contrário a legislação que desde a Constituição do Império, depois reafirmado na Constituição de 1891, que declarava serem cidadãos os nascidos no Brasil. “Quem nasceu no Brasil é brasileiro, sem subordinação a origens raciais. Deve por isso, ser ensinado e educado como cidadão brasileiro e, como ele, falar e sentir”.<sup>226</sup>

Em Perdizes e Vitória passaram as crianças a estudar em escolas oficiais do governo como o Adelina Régis e também no Grupo Escolar Imaculada Conceição, particular, onde a diretora que era uma freira de origem alemã foi substituída por uma nascida no Brasil.

Neste período, pela ação das Leis da Nacionalização e do Doutor Elpídio Barbosa foram criadas várias escolas isoladas e, professores formados de São Paulo e Porto União, foram convidados para trabalhar em Perdizes. De acordo com entrevistas a partir deste fato houve uma melhoria no ensino local, pois os professores eram formados. Também foram criados diversos Cursos Complementares e de Normalistas para formar professoras brasileiras. Em Perdizes foi criado o Curso Normal Regional, no Grupo Escolar Imaculada Conceição e no Grupo Escolar Adelina Régis, o Curso Complementar.

No caso de algumas escolas isoladas e do Grupo Escolar Adelina Régis, o terreno onde foram construídos os prédios foi desapropriado, sem indenização aos estrangeiros que eram proprietários.<sup>227</sup>

A importância dada aos inspetores escolares nos núcleos de colonização estrangeira demonstram que o rigor foi maior nas regiões de colonização germânica, pois como diz Monteiro, nestas áreas “a inspeção escolar ganhava caráter prioritário. Além dos inspetores escolares estas áreas eram visitadas pelo inspetor das escolas particulares e nacionalização do ensino e pelo inspetor federal das escolas subvencionadas pela União.”<sup>228</sup>

O jornal “**Voz da Serra**” em diversas datas dá ênfase à visita do inspetor escolar e das aulas que o mesmo assistia, destaca ainda que era também visitado o Grupo Escolar Imaculada Conceição e as escolas isoladas. O controle e a vigilância sobre o que se estudava, os conteúdos abordados e o teor das reuniões era tão grande que até as atas da Liga Pró-Língua Nacional eram enviadas a Florianópolis, como se pode verificar pela carta honrosa,

---

<sup>225</sup> D’AQUINO, R. op cit, p.12.

<sup>226</sup> Idem p. 11-13.

<sup>227</sup> SINZKER. R. op. cit

enviada de Florianópolis em outubro de 1944 e recebida pelos membros desta liga do Grupo Escolar Adelina Régis

“Caros alunos:

Li, com vivo entusiasmo a ata da quarta reunião da Liga Pró-Língua Nacional desse, educandário.

É digno de registro o trabalho realizado por vocês, crianças do Brasil.

Quero consignar, nestas linhas, os meus aplausos pelo muito interesse que vocês estão tomando pelas coisas da nossa terra do nosso amado Brasil.

É necessário reviver o passado, cultuando os vultos que, naquela época, elevaram o nome da nossa gente, da nossa terra.

Tudo pela grandeza do Brasil.

Luiz Sanches Bezerra da Trindade.

Inspetor Geral do Ensino – Padrão R..”

Com relação às Ligas Pró-Língua Nacional criadas por iniciativa do professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, que exercia o cargo de inspetor junto às áreas de colonização alemã, tinha como objetivo divulgar entre os alunos o interesse e o respeito pela Língua Nacional.<sup>229</sup> Assim, “além de responsabilizar os alunos que dominavam perfeitamente a língua nacional, envolvendo-os no trabalho de nacionalização, conseguiu uma estreita aproximação entre estes alunos e a Inspetoria de Nacionalização.”<sup>230</sup>

Um exemplo disto foi a Campanha da Borracha usada no Brasil, lançada em primeiro de julho de 1943. No jornal Voz da Serra do Grupo Escolar Professora Adelina Régis, criado pela Liga Pró-Língua Nacional do educandário, aparecem vários textos escritos por alunos do Curso Complementar a respeito da campanha e de sua importância para a Nação, além de informações sobre a sua obtenção. O aluno Pedro Soberano do terceiro ano masculino escreveu o seguinte: “No dia primeiro do corrente mês iniciou-se a campanha da borracha usada em todo o Brasil. Essa borracha será convertida em armas e munições pelo aliados.(...)”

Já a aluna Ormindia Conte, do quarto ano, no final do seu texto, escreveu “Todas as crianças devem contribuir com a borracha usada, para a defesa de sua Pátria. Nós que somos brasileiros temos o dever de contribuir muito com a borracha usada para a defesa do nosso querido Brasil.” Também a aluna Gladis Amália Tosatti inicia o texto com os dizeres: “Cumprindo as ordens do Departamento de Educação o senhor diretor organizou a Campanha da Borracha usada.” A aluna termina com a frase “Ajudai na coleta da borracha usada para apressar a vitória final. (General E. G. Dutra)”.

---

<sup>228</sup> MONTEIRO, J. op cit, p.80.

<sup>229</sup> Idem p. 67.

<sup>230</sup> Idem p.78.

Terezinha Locatelli, aluna do terceiro ano feminino terminou seu texto nos seguintes termos: “Dia 15, será encerrada a campanha. Então mandaremos a Florianópolis toda a borracha angariada. Essa é a prova do nosso patriotismo. Tudo pelo Nosso Brasil!” Apesar do interesse e do empenho dos alunos, a borracha coletada foi, segundo entrevistas, jogada no Rio do Peixe e nas palavras de Rita Sinzker “esta foi a primeira grande forma de poluição do Rio do Peixe.”



Figura 14: Fotografias do encerramento da Campanha Nacional da Borracha Usada  
Fonte: Jornal Voz da Serra, p. 04



Nas atividades econômicas, tanto comerciais como bancárias e mesmo nas repartições públicas, habitualmente usavam-se três línguas, o que mudou, fazendo com que crianças e adolescentes passassem a acompanhar os pais nestas atividades servindo como intérpretes. Em entrevista a senhora Ruth Rodemberg Wetter,<sup>231</sup> declarou que na época, com seis anos de idade, era quem acompanhava o pai quando este ia para a vila comprar, vender ou até mesmo no banco, pois o mesmo não sabia falar português.

Nas sociedades desportivo-recreativas existentes nas comunidades alemãs falava-se habitualmente o alemão, inclusive, seus estatutos e suas atas eram escritas nessa língua. Esta associação que funcionava dentro da tradição cultural germânica, foi fechada e as hostilidades mais freqüentes ao processo de nacionalização, segundo Monteiro

podiam ser encontradas junto às sociedades recreativas e culturais. Apesar disso, parece que mesmo aqui havia muito mais um desejo de externar aquilo que eles sabiam e estavam acostumados a fazer do que propriamente uma posição antagônica à política de nacionalização.<sup>232</sup>

Monteiro segue afirmando que

A fiscalização exercida pelos inspetores escolares junto às sociedades recreativas e culturais também era intensa. A legislação exigia que todas as festas públicas tivessem aprovação da inspetoria escolar. Para tanto, deveria ser enviado a ela um programa das atividades a serem desenvolvidas. O inspetor, sobretudo olhava o aspecto da nacionalização, aprovando, não autorizando ou simplesmente sugerindo modificações no programa.<sup>233</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial, a associação recreativa e cultural de Videira, o Clube Vitória, sofreu um ajuste à nova conjuntura que se apresentava. Pessoas de outras nacionalidades puderam se tornar sócios e participar das atividades sócio-culturais que aconteciam. O Clube Vitória recebia vários grupos teatrais e de canto apresentados sempre na língua germânica, o mesmo acontecendo quando eram os grupos locais que se apresentavam, mesmos nos clubes das outras comunidades.

Outra forma de controle foi a normatização de datas e horários de funcionamento para os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços como farmácia e barbearia. (ver anexo 02)

---

<sup>231</sup> VETTER, Ruth Rodemberg. Entrevista concedida em 26.10.2006. Nascida em Vitória em 1930, morava na Encruzilhada, hoje Santa Gema.

<sup>232</sup> MONTEIRO, J. op cit. p. 79-80.

<sup>233</sup> Idem p. 82.

Também o decreto – Lei nº 16 da Prefeitura Municipal de Videira (ver anexo 03) por meio do regulamento da cooperação financeira do município às entidades privadas, assistenciais ou culturais, dava ao prefeito poder de distribuir subvenções de acordo “com seu juízo” e seguindo as normas federais.

Outro hábito que se mantinha entre os imigrantes e seus descendentes era o de gravar dísticos, pensamentos, poesias ou ditados em alemão em fachadas das casas, em lápides, em quadros comemorativos de datas importantes e em panos bordados que fixavam nas paredes da sala ou da cozinha das casas – este último era hábito também das famílias italianas que bordavam dizeres e imagens relacionadas principalmente a religião. Também, era comum bordarem bandeiras das sociedades existentes.

Muitas destas inscrições foram suprimidas pelas próprias famílias, durante a nacionalização, em outros casos a polícia entrava nas casas e as destruíram, como relata senhora Gerda Frey: “Seu Busch foi o mais perseguido, por ser um alemão ferrenho, destruíram sua casa, inclusive um quadro muito bonito que tinha uma inscrição em alemão.”<sup>234</sup> Nas sociedades desportivo-recreativas os quadros e bandeiras das paredes vão ser queimadas ou escondidas. Nas igrejas também houve a preocupação em eliminar tudo o que podia ser mal interpretado. As inscrições na casas são mandadas raspar e as lápides, aos poucos deixam de apresentar pensamentos ou poesias, ou as inscrições em estilo gótico são substituídas como forma de suprimir-lhes o “caráter germânico”.

Neste último caso uma das poucas inscrições ainda encontradas está na sepultura da senhora Catharina Augustina Habeck, “*Wie selig die ruhe bei jesu im licht! Tod, sünde und schmerzen die kennt man dort nicht, das rauschen der harfen der liebliche klang bewillkommt die seele mit süssem gesang. "Ruh, ruh", himmlische ruh im schosse des mittlers, ich eile dir zu!*”<sup>235</sup>

Talvez por estar no cemitério da comunidade, de Bom Sucesso, que menos teve envolvimento com questões políticas na época, é que tenha se mantido.

Já as prisões aconteciam, na maior parte, por denúncias, de acordo com entrevistas como a de Rita Sinzker que conta que “os caboclos ficavam em torno das casas durante a noite para ouvir o que diziam e denunciar”<sup>236</sup>.

<sup>234</sup> FREY, Gerda. Entrevista concedida em 10.11.2006. Nascida em Vitória, filha do senhor René Frey.

<sup>235</sup> Inscrição na lápide de Catharina Augustina Habeck, na localidade de Bom Sucesso – Iomerê, escrita por seu esposo Germano Sipp que significa: "Bem-aventurado o descanso na luz de Jesus! Morte, pecado e dores não se conhece lá, o murmúrio das harpas, seu lindo som é bem vindo à alma como doce cêntico. "Descanse, descanse", descanse eternamente com os eleitos, eu irei ao teu encontro!"

<sup>236</sup> SINZKER. R. op.cit

Também no livro Tombo número 1 da Paróquia de São Luiz Gonzaga está, o seguinte registro

O R. P. Vigário mandou enérgico protesto ao h. Delegado de Caçador por vexames e injustas acusações feitas por caboclos desordeiros e autoridades subalternas de Taquara Verde contra colonos de origem italiana por terem realizado orações em latim na capela de S. Antonio, em Gramadinho.<sup>237</sup>

Por outro lado a senhora Irene Petry, diz que o delegado Armandio Schüller denunciava os próprios alemães, comenta com grande mágoa “denunciava os alemães e também era luterano”. A mágoa guardada por dona Irene, além da revista da casa e apreensão de objetos e livros, é explicada na fala de Rita Sinzker: “alemão ajuda alemão.”

Ainda sobre o referido delegado, outras entrevistas destacam que o mesmo delatava os estrangeiros porém um fato interessante é relatado pela senhora Gerda Frey:<sup>238</sup> “ O seu Bush (Fernando) sempre festejava o aniversário de Hitler, tinha em casa a suástica nazista. Em uma das comemorações tiraram uma fotografia em que o delegado Armandio aparecia. No livro “O punhal nazista no coração do Brasil”, esta fotografia aparece mas tiraram sua imagem para não comprometê-lo.

Como comprovam os relatos a seguir, os policiais entravam nas casas, revistavam, queimavam livros, apreendiam armas e rádios. Irene Petry<sup>239</sup> conta que o pai escondeu o rádio e enterrou a espingarda, porém os livros foram levados. Afirmo ainda que era dado óleo de ríceno aos que eram presos, para que confessassem os “crimes” delatados.

Ao abordar as prisões ocorridas em Vitória a senhora Gerda Frey relata a respeito de vizinhos e conhecidos: “Havia o Lüers, foi preso, entraram em casa e o levaram. As pessoas não sabiam para onde, até onde tinha sido levado.(...) O pastor Balbach, quando voltou da prisão não podia ser pastor pois só falava alemão, então meu pai deu emprego para ele.”<sup>240</sup>

A senhora Ruth Rodemberg Vetter<sup>241</sup> declara que os alemães foram muito perseguidos, inclusive o pai. Lembra que mandaram um caminhão de presos para Porto União “para trabalhar no pesado” e que o delegado Pereira (não lembra o nome) mandou prender seu pai e ela foi falar com ele pois ela estudava com a filha do delegado. Disse que alegou que não tinham mãe, pois a mesma tinha falecido e ele foi liberado. Afirmo que quando iam fazer compras era possível ouvir o barulho de pessoas que estavam por traz da parede para ouvir se

<sup>237</sup> p.33.

<sup>238</sup> FREY, G. op. cit.

<sup>239</sup> PETRY, Irene Elza. Entrevista concedida em 06.10.2006. Nascida na Alemanha, veio para o Brasil com 6 meses. A família Zoller fixou-se em Ibirana, mudando-se para Videira em 1930.

<sup>240</sup> FREY. op. cit.

falavam em alemão. Também relatou que foram fazer revista em sua casa e como o pai não estava perguntaram a ela onde estavam as armas, mas eles não tinham. Levaram livros de receita de remédios (ervas e chás) e disseram que iam devolver.

*Frau Riffel*<sup>242</sup> em entrevista declarou que até 1945 a perseguição foi grave, enterravam os livros escritos em alemão e tinham medo de falarem.

O senhor Joaquim da Luz ao ser questionado como era a região de Videira na época da Segunda Guerra Mundial e sobre as perseguições aos estrangeiros afirmou que

Na época da guerra aqui na nossa região era tudo muito calmo, só tinha aquela que não podia falar alemão, italiano, ... fazer aquilo. Tinha aquele mecânico ali, que usava aquele bigodinho do Hitler e pegaram ele e cortaram seco, sem molhar (riso) corria lágrimas dos olhos. Só por causa do bigode. Houve prisões de pessoas que falavam o idioma alemão ou italiano. Na época os Brandalise tinham uma loja, aquele tempo o comércio tudo, né. Tanto vendia um quilo de arroz, açúcar, como roupa, sapato. Então tinha os Grazziotin e os Brandalise tudo amigo.<sup>243</sup>

Esta última colocação foi feita no sentido de afirmar que não havia denúncias, pois todos eram amigos. Quando perguntado se houve apreensão de aparelhos de rádio, livros, armas, respondeu: “Rádios apreendidos, teve casos que as pessoas tinham armas, rádio e enterraram e tiveram que desenterrar para entregar às autoridades. No interior tinha jeito, ia no mato escondia tudo, né.”

Argüido se lembrava de Getúlio Vargas e Nereu Ramos, respondeu: “Foi no tempo da guerra. Tomavam tudo, queimavam quadro, pegavam tudo, tacavam fogo. Era uma tristeza. Tempo da guerra não era fácil não para os estrangeiros, né!”

Com as contradições evidentes foi questionado novamente sobre denúncias e perseguições, ao que respondeu: “Denúncias, tinha os puxa-saco, quando tinha denúncia não investigavam, já chegavam e tomavam conta.”

Já a perseguição aos italianos foi um pouco mais branda, ao ser questionada sobre o assunto Zélia Maria Nodari Gaio diz que não se podia falar italiano, iam nas casas para ver se tinha revistas em italiano. “Rádio podia ouvir, mas não era para procurar coisas em italiano ou alemão. Porque somos brasileiros, eles diziam.”<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> VETTER, R. op. cit.

<sup>242</sup> RIFFEL, I. op. cit.

<sup>243</sup> LUZ, Joaquim da. Entrevista concedida a Iolanda Canal Abati em 13.11.2006. Nasceu em Joaçaba em 7.12.23. Mudou-se para Perdizes em 1942. Trabalhou para a Perdigão por 40 anos, depois de ter trabalhado 6 anos na época da sociedade Ponzoni e Brandalise.

<sup>244</sup> GAIO, Z. op. cit

A entrevistada continua relatando sobre os acontecimentos “da época da guerra”

Teve tiroteio e prenderam muita gente. Quando tinha um italiano falando era preso, surravam. Da nossa casa ouvíamos os gritos. Prendiam era em casa, era na rua. Tinha um colono, coitado, que o sobrenome dele era Manera, os policiais perguntaram o nome dele e ele pensou o que digo? Ele disse Machado, pois em dialeto manera quer dizer machado. E a certidão? Perguntaram. Ele disse, queimou a nossa casa e perdi a certidão. Me salvei!

Sobre a atuação da Polícia no período de guerra Neumann afirma que

Investigava-se qualquer ato ou fato anormal, enquadrando o elemento a ele relacionado, nas categorias de suspeitos, forjadas no momento. Nessa perspectiva o indivíduo era potencialmente capaz de praticar um ato contra a nação, embora não o tenha realizado. Os suspeitos ficavam sob vigilância policial. (...) Com a declaração de guerra à Alemanha, a Polícia Política não esperava mais concluir seu trabalho de observação, recolhendo provas de culpabilidade. Desde que pairassem suspeitas sobre um “elemento,” este poderia ser recolhido e detido para averiguações.<sup>245</sup>

Pelas entrevistas observou-se que eram presos os homens, as mulheres, não. Provavelmente isto ocorria pelo fato das mulheres terem menos envolvimento com o comércio e as que moravam no interior dificilmente vinham para a “vila” e quando acontecia eram recebidas pela esposa do comerciante devido ao medo e ainda pela responsabilidade da maternidade. Por outro lado foram as mulheres dos núcleos do interior que tiveram maior dificuldade em substituir o idioma alemão pela língua portuguesa.

Muito embora a perseguição e repressão aos estrangeiros, durante a Campanha de Nacionalização, tenham atingido diretamente a população da atual Videira, esta encontrou algumas formas de resistência à nacionalização e manutenção da sua identidade, principalmente a germânica, ainda que a mesma tenha apresentado um viés de adaptação.

Aqui entende-se identidade na definição de Guibernau “a identidade é uma definição, uma interpretação do eu que estabelece o que é, e onde está sob os aspectos tanto social quanto psicológico. (...) As identidades só existem nas sociedades, que as definem e organizam.”<sup>246</sup>

Nesta perspectiva citamos Nodari que afirma que, partindo da idéia que as identidades locais, regionais e nacionais, como qualquer outro fato histórico, são construídas, delega-se ao

---

<sup>245</sup> NEUMANN, R. M. op. cit. p.06.

pesquisador a responsabilidade de decodificá-las para descobrir as relações que as criam e que as mantêm.<sup>247</sup>

A manutenção da identidade se dá na relação do indivíduo com a sociedade como um todo e também no sentimento de pertença. O pertencer a uma comunidade dá uma idéia de continuidade histórica que, ao mesmo tempo, que mantém seus costumes, suas tradições, se projeta no futuro com suas experiências. O indivíduo tanto se sente parte de um todo como percebe as diferenças que o identificam. Ainda segundo Guibernau, “A diferenciação provém da consciência de formar uma comunidade com cultura partilhada, ligada a um território determinado, elementos que levam a distinção entre membros e “estrangeiros”, “o resto” e “os diferentes” “. <sup>248</sup>

Uma das formas de resistência foi o uso do idioma alemão, embora com algumas adaptações, no cotidiano das famílias. Um fator preponderante para as alterações ocorridas foi a atuação dos professores das escolas de ensino público, assim as crianças aos poucos assumem o papel de “comunicadores” fora do lar, quando necessário, como afirma a senhora Gerda Frey “Era o Arnaldo que fazia tudo o que tinha que ser feito, porque meu pai (René) falava muito mal o português.” <sup>249</sup> Destaca-se porém, que a manutenção da língua não foi somente uma forma de resistência, mas também uma necessidade, pois é necessário pelo menos uma geração para a mudança de idioma, não sendo, portanto, um processo imediato.

Pode-se considerar como resistência às leis de nacionalização os encontros que aconteciam durante a noite em casa dos vizinhos. Nestes encontros falavam a língua materna e em alguns casos iam além, como relata Rita Sinzker: “minha mãe tocava cítara e em algum dos quartos da casa que visitavam tocavam o hino da Itália e da Alemanha. Teve uma vez que estavam com o senhor Bush, no Clube Vitória, cantando o hino da Alemanha, aquele que diz: “Alemanha, Alemanha acima de tudo” e foram todos presos. Minha mãe foi solta logo em seguida pois estava grávida e meu pai porque cuidava da estação de luz.”<sup>250</sup>

Um aspecto importante a se destacar são as diferentes alterações apresentadas entre a população da “vila” e os núcleos do interior. Enquanto em Vitória, o uso da língua materna acontecia à noite e sem a participação das crianças, nas outras comunidades acontecia normalmente, desta forma, na maioria das vezes, as crianças só aprendiam o português quando iniciavam sua vida escolar, o que resultava no sotaque carregado pelo fato de “terem

---

<sup>246</sup> GUIBERNAU, M. op. cit p. 82.

<sup>247</sup> NODARI, E. op cit. p.223-224.

<sup>248</sup> Idem p. 83.

<sup>249</sup> FREY. op. cit

<sup>250</sup> SINZKER, R. op. cit..

de viver dois mundos lingüísticos completamente distintos: na escola, o português e as lições de patriotismo; em casa, o alemão e a conservação das tradições germânicas.”<sup>251</sup>

Se considerarmos “que a identidade nacional obviamente se relaciona com outras possíveis, uma vez que a nação aparece como uma cultura comum criando um mundo significativo,”<sup>252</sup> é possível afirmar que a Nacionalização teve grande influência na vida dos estrangeiros e seus descendentes na região de Videira. Costumes como alimentação, festas e religiosidade são mantidos, porém com a adaptação do idioma. Por outro lado, principalmente os do interior acabaram se tornando mais “fechados”, isolados no núcleo familiar ou da comunidade.

No que tange à participação dos alemães na vida social da comunidade, ela vai acontecer normalmente, apesar da restrição do uso do idioma. Uma estratégia de adaptação, que também pode ser entendida no sentido de resistência, ou seja, adaptar-se para continuar a existir, é a abertura do Clube Vitória para sócios de origem italiana, o que o elevou a categoria de clube mais importante da região, tendo sido também palco de recepção do interventor federal, Nereu Ramos. Ainda, muitos alemães com as leis da nacionalização naturalizam-se e com o final da guerra tornaram-se aliados da oligarquia Ramos.

Talvez o que se definiu até aqui como formas de resistência à repressão imposta pela Campanha de Nacionalização possa ser redefinida dentro do que Nodari chamou de “renegociação da etnicidade”, a partir do fato que ocorreu um processo de adaptação sócio-cultural, buscando uma superação dos conflitos existentes, por meio da adaptação dos costumes e tradições até então mantidos, como se pôde observar, por exemplo, pela abertura à participação de elementos de origem italiana e de grupos originários de outras regiões, que embora fossem caboclos, não eram tratados como os da localidade por serem ferroviários.<sup>253</sup> Ainda, nas palavras de Nodari

Era no cotidiano da família, da escola e da Igreja, assim como também nas sociedades recreativas, que a etnicidade era construída e renegociada através da incorporação, adaptação e ampliação das práticas sócio-culturais dos diferentes grupos étnicos que compunham a sociedade do Oeste de Santa Catarina.<sup>254</sup>

<sup>251</sup> SPENTHOF, O.J. op. cit, p.118-119.

<sup>252</sup> GUIBERNAU, M. op cit p. 83.

<sup>253</sup> Havia entre os ferroviários uma significativa integração. Como não eram imigrantes ou descendentes de imigrantes italianos ou alemães, não eram incluídos em festas e bailes realizados por estes. Um exemplo da união dos mesmos foi a criação do Baile do caruncho, realizado em um galpão da Rede Ferroviária Federal que era utilizado para armazenar grãos.

<sup>254</sup> NODARI, E. op cit. p.220.

Finalizando com as palavras de Guibernau, “A identidade nacional confere força e adaptabilidade aos indivíduos, na medida que refletem deles próprios como uma identidade – a nação – que os transcendem”,<sup>255</sup> por isso as formas de adaptação encontradas tanto no plano individual como coletivo demonstram o anseio de deixar de ser “o diferente”.

Cabe esclarecer que o processo de nacionalização do ensino em Santa Catarina tem início em 1911, com o professor Orestes Guimarães, trazido de São Paulo pelo governador do estado na época, o coronel Vidal José de Oliveira Ramos. Em 1914 foi posto em prática um regulamento a respeito da política de nacionalização do ensino catarinense que utilizava meios mais liberais seguindo um processo mais lento “no qual o elemento estrangeiro pouco a pouco iria aceitando os padrões nacionais. Seria uma assimilação gradativa, evitando-se o quanto possível, choques e ameaças.”<sup>256</sup> Por sua vez o processo de nacionalização pós 1930 e principalmente com a Constituição de 1937, tinha por objetivo nacionalizar, “não importando que muitas vezes, os meios manipulados ferissem instituições, correndo o risco de ficarem sem instrução crianças, em uma faixa etária, em que pela constituição, o ensino deveria ser obrigatório.”<sup>257</sup>

Para concluir, o que se observa é que na primeira fase, de iniciativa catarinense, não havia um aparelho fiscalizador mais efetivo nos núcleos de colonização estrangeiros mais afastados, isso devido ao seu isolamento, por outro lado, vale ainda lembrar que o Meio Oeste catarinense tem sua ocupação efetiva a partir de 1910.

### **3.3 Getúlio Vargas e Nereu Ramos no imaginário da população.**

O estudo da Campanha de Nacionalização e seus efeitos na região de Videira para melhor compreensão da conjuntura político social da época e pós-Estado Novo é importante, é importante uma análise dos sistemas de representação e do imaginário sobre as figuras de Getúlio Vargas e Nereu Ramos, para a população local.

Entendendo-se imaginário como “um sistema de idéias e imagens de representação coletiva,”<sup>258</sup> Getúlio Vargas e Nereu Ramos despontam de forma contraditória.

Getúlio Vargas como líder nacional aparece como o grande herói, que se preocupava com os trabalhadores, embora a “ação central do Estado Novo orientava-se para o

---

<sup>255</sup> Idem Ibidem.

<sup>256</sup> MONTEIRO, J. op cit. p.55-56.

<sup>257</sup> Idem Ibidem.

<sup>258</sup> PESAVENTO. Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. São Paulo. *Revista brasileira de História*. v.15. nº 29. 1995. p. 9.



fortalecimento da unidade do mercado e da indústria nacional,”<sup>259</sup> por isso os benefícios eram dos trabalhadores urbanos e não dos rurais, que nesta época ainda eram maioria. Também vale salientar que o que pareceu uma iniciativa de Vargas nada mais foi do que o resultado do crescimento das cidades e formação de uma sociedade urbano industrial.

Embasada na propaganda veiculada a nível nacional criou-se o mito do “pai dos pobres” que foi incorporado por todas as classes e categorias da população de Videira.

Tanto o rádio como os jornais veiculavam elogios à pessoa de Getúlio Vargas fazendo surgir a imagem de benfeitor e de grande estadista, como as publicadas no jornal *A Tribuna*, de 27 de outubro de 1940, em sua primeira edição, quando fez uma homenagem ao presidente e ao interventor federal. É interessante destacar que ao lado da reportagem aparece a fotografia dos dois estadistas.<sup>260</sup>

Iniciando hoje, a nossa jornada em prol dos mais legítimos ideais do povo brasileiro – o respeito as nossas instituições; o amor a nossa história, as nossas tradições, o culto imorredouro da bandeira sagrada da Pátria; o amor à liberdade – tudo pelo Brasil unido e forte – abrimos coluna, numa homenagem sincera e altamente merecida ao grande estadista que norteia os destinos da República, ao Presidente GETULIO VARGAS que com visão esclarecida de patriota conduz o BRASIL aos seus gloriosos destinos. Homenageamos, também, ao eminente Catarinense Interventor NEREU RAMOS que, há de mais um lustro, com uma administração fecunda e realizadora faz a grandeza da terra.<sup>261</sup>

A senhora Dorli Antunes Xavier Delis, diz que o pai era getulista e sempre se reuniam com várias pessoas para falar sobre o seu governo. Afirma ela: “Meu pai gostava do Getúlio porque ele era a favor dos pobres”.<sup>262</sup>

Seu Cypriano dos Santos foi, dos entrevistados, o que mais defendeu Vargas destacando sua simpatia, sua educação e como já foi citado, a sua não preocupação com a falta de conforto quando da passagem por Perdizes, mas o que mais enfatizou foi o benefício que ele deu aos ferroviários, como o salário família. “Chorei no dia em que ele morreu.”<sup>263</sup>

Já a senhora Rosa Leoni Dal Bó, diz que todo mundo falava bem de Getúlio. “Em

<sup>259</sup> SGANZERLA, Claudia Mara. **A Lei do Silêncio: Repressão e Nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)**. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 73.

<sup>260</sup> Este fato foi observado nos outros jornais também.

<sup>261</sup> Jornal **A Tribuna**, Cruzeiro. 27 de outubro de 1940.

<sup>262</sup> DELIS, Dorli Antunes Xavier – Entrevista realizada em 15.11.2006. 83 anos. Veio para Videira com 28 anos, casou com Antonio Domingos Delis que era maquinista da maria-fumaça.

<sup>263</sup> SANTOS. op. cit.

qualquer estabelecimento tinha seu retrato. (...) No tempo dele tinha mais patriotismo. Antes de entrar na sala de aula a gente cantava o Hino Nacional, da Bandeira e do Soldado.”<sup>264</sup>

Antonio Gaio Filho relata que seu pai sempre dizia a respeito de Getúlio Vargas: “Ele era um ditador, mas não tinha medo das urnas.”<sup>265</sup>

De acordo com Dolores Damo, “O povo tinha medo e respeito por Getúlio, ele era do tipo simpático. (...) Ele fez uma porção de coisas. Quando ele morreu foi momento de tristeza.”<sup>266</sup>

“O imaginário não é um ensaio do real, mas a vocação que dá sentido as coisas. A imaginação não é conhecimento, logo não há um saber imaginário que se opõem ao saber racional, mas na origem do saber científico está a imaginação criadora”.<sup>267</sup> Assim a dimensão criadora do imaginário dentro da contraposição racional, irracional resulta em Videira, a idéia de partidários e não partidários de Getúlio.

Partindo-se do princípio de que o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas,<sup>268</sup> a propaganda constituiu-se em um dos meios mais eficazes na criação da imagem de Getúlio Vargas como grande estadista e também dos símbolos nacionais.

Outro veículo de difusão das idéias nacionalistas e criação de um imaginário pró Getúlio foram as escolas de Videira. Para que se possa perceber até que ponto as questões nacionais foram trabalhadas na escola, transcrevemos três redações de alunos do Grupo Escolar Adelina Régis. Ormindá Conte, aluna do 1º ano C. C escreveu

#### **Dia do Presidente**

No dia 19 de abril comemorou-se a data do aniversário natalício de nosso chefe.

Os alunos do 2º ano do Curso Complementar e os professores foram até à Prefeitura Municipal, onde foi comemorado a data. Nesta solenidade discursou o sr. Lotário Selbach. O Prefeito Dr. Pelagio Pariogot de Souza fundou mais 6 escolas municipais. Foram inaugurados os retratos do Presidente e do Interventor Federal. Para terminar a solenidade, discursou o Dr. João de Deus Mota. Foram fechadas as portas de todas as casas comerciais das 8 às 12 horas.[sic]

Por sua vez, Ari Pacheco do 4º ano ressaltou o espírito coletivo, que ajudava a construir a imagem dos responsáveis pela nacionalização

<sup>264</sup> DAL BÓ. op. cit.

<sup>265</sup> GAIO, Antonio Filho – Entrevista realizada em 09.01.2007.

<sup>266</sup> DAMO, Dolores – Entrevista realizada em 05.10.2006.

<sup>267</sup> PESAVENTO, Op. cit. p. 21.

<sup>268</sup> Idem, p. 24.

### **Nossos Governantes**

No dia 20 de maio realizou-se uma pequena festa na sala de aula do 4º ano, Z. Foram inaugurados, neste dia, os retratos dos srs. Drs. Getúlio Vargas e Nereu Ramos. Estes retratos foram doados pelos alunos do 4º ano, Z. Falou nesta ocasião o aluno Eleutério Dalazen, em nome de todos os alunos do 4º ano. Estavam presentes nesta solenidade o sr. Diretor, e todos os professores e alunos das outras classes. Duas meninas e um menino do 4º ano disseram poesias. Todos os alunos do 4º ano Z ajudaram a comprar os retratos dos nossos dirigentes. Estes dois grandes brasileiros que tanto têm feito pela nossa querida Pátria Dr. Getúlio Vargas e Dr. Nereu Ramos. Devemos amar e respeitar os nossos governantes. Nós os meninos compramos o retrato do Dr. Getúlio Vargas, e as meninas o retrato do Dr. Nereu Ramos. Para encerrar a festa foi cantado por todos os alunos o Hino à Bandeira Nacional.

O aluno Eleutério Dalazen pronunciou o seguinte discurso:

Sr. Diretor. Queridos professores. Meus colegas.

Foi a bondade excessiva dos meus amiguinhos de classe que me faz falar neste momento, para nós cheio de prazer. Nós os alunos do 4º ano Z, compreendendo felizmente a grandiosidade e valor destes dois ilustres brasileiros é que resolvemos homenageá-los ornamentando a nossa modesta sala com as fotografias do Dr. Getúlio Vargas e do Dr. Nereu Ramos. Nós, os meninos em cooperação muito voluntária, com pequeno esforço, adquirimos o retrato do Presidente Vargas e agora o colocamos a nossa frente como estímulo ao trabalho e ao estudo. As meninas da mesma forma inauguram neste momento, o retrato do nosso estimado governante. Estes dois grandes brasileiros que dirigem nossos destinos, penso eu, bem merecem nosso aplauso e admiração. Da boa vontade e inteligência de Getúlio Vargas e Nereu Ramos dependeu, depende e dependerá o nosso futuro. A nossa dívida a esses dois ilustres brasileiros, jamais será paga, pois é a eles que devemos a nossa instrução, o nosso pequeno preparo e temos esperanças de melhores dias, pois estamos convictos na bondade e esforço dos nossos dirigentes queridos. Aceitai brasileiros nobres o nosso preito humilde e que com as vossas ajudas possamos triunfar no trabalho sacrossanto de aprender para engrandecer honras e amar nossa Pátria.

Salve; Sua Escelencia, Dr. Getúlio Vargas

Salve; Sua Escelencia, Dr. Nereu Ramos.

Outro aluno, Alan Stradiotto, do 3º ano, evocou a forma como a ditadura estadonovista foi implantada.

### **10 de novembro**

Hoje, 10 de novembro de 1944, comemoramos o sétimo aniversário do estado novo, proclamado pelo Dr. Getúlio Vargas. Foi em 1937, nas vésperas das eleições presidenciais, que o nosso presidente resolveu acabar com a anarquia que renova no Brasil, provocada pelo partidos políticos. O nosso país, graças a essa medida voltou a ter paz, ordem e prosperidade. Muitas leis beneficiaram os operários, os

lavradores, os empregados, os funcionários, as indústrias, o exercito, a marinha e criou a aviação. Acabou-se com as bandeiras dos estados, só ficando a nossa linda bandeira nacional. Também terminaram-se as rivalidades entre os estados maiores e menores. De norte a sul, de este a oeste, tudo é um só Brasil dos brasileiros, sem distinção de cor ou posição. Só temos um escudo, um hino, uma língua e uma só bandeira para uma grande Pátria.

Brasil! .

Como se pode perceber era grande o respeito e a reverência à imagem de Getúlio Vargas como a de Nereu Ramos, interventor federal em Santa Catarina. A nível nacional a pessoa de Nereu Ramos era vista como um dos grandes agentes da nacionalização e como um exemplo a ser seguido<sup>269</sup> como podemos verificar no texto abaixo, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina

A extraordinária repercussão que a entrevista concedida pelo sr. Interventor Nereu Ramos a jornais cariocas está obtendo é um índice de expectativa geral em torno das providências especiais reclamadas contra as atividades dos súditos de países do “eixo” no Brasil. Vale, ainda, como demonstração de desafogo da consciência brasileira em face das tranqüilizadoras palavras do Interventor Catarinense que não denunciam excitação nem inspiram dúvidas na atitude repressiva assumida em nosso Estado contra aquelas atividades indesejáveis, por inconvenientes aos interesses nacionais.

De certo, sabe todo o país que na pessoa do sr. Interventor Nereu Ramos se conjugam qualidades de patriotismo e de inteireza moral capazes de enfrentar e suplantar a gravidade da situação, para triunfo seguro da ordem e de soberanias nacionais as declarações do governante catarinense, correspondendo a esse conceito jamais traído, lisonjeiam a opinião pública brasileira, nesta hora toda voltada para a ação dos que tem responsabilidades de governo e expressam por seus atos e palavras a sua inteira dedicação e confiança nas diretrizes traçadas à nossa Pátria pelo ínclito Chefe, o Presidente Getúlio Vargas.<sup>270</sup>

A reportagem segue abordando a preocupação com a presença de núcleos de estrangeiros em Santa Catarina e a influência deste sobre a população jovem.

A estrangeirização de vastas zonas rurais de Santa Catarina inquietava de modo especial o pensamento brasileiro, que, alias, ignorava a extensão verídica do problema enquanto não foi ele revelada pelas providencia que lhe sondaram as raízes e as ramificações, - tanto mais assombrosas essas ultimas quanto ninguém lhes lograra antes apreender a existência bem dissimulada. O governo do sr. Interventor

<sup>269</sup> Ver textos transcritos: Defesa da Juventude Brasileira e Patriotismo Vigilante.

<sup>270</sup> Diário Oficial de Santa Catarina nº 2257 de 15 de maio de 1942.

Nereu Ramos, em começo de 1938 promoveu um movimento que, anteriormente, sofrera as vacilações impostas por circunstâncias que somente o Estado Nacional conseguira afastar de vez e resolutamente. Nesse passo, o que empreendeu o governo catarinense foi uma obra radical e estável, qual a de educar para o Brasil a juventude antes a mercê das explorações de agentes desnacionalizadores e da escola estrangeira. Mal tão profundamente alicerçado requeria tenacidade e tempo para extirpá-lo – e a escola nacionalizadora seria o fator mais eficaz para tanto, conformando ou reformando almas à feição de características ambientes e de princípios que nos tenha acanhado a evolução, no sentido de mais acentuada definição da nossa cultura e da nossa civilização.<sup>271</sup>

É enfatizado o papel da escola na Campanha de Nacionalização atribuindo a ela o dever de impedir que os jovens dos núcleos “alienígenas” sofressem a ação de agentes desnacionalizadores.

O sr. Interventor Nereu Ramos aludiu a essa fase – por assim dizer normal – do processo da nacionalização dos nossos núcleos de origem alienígena – na sua quase totalidade alemão e italiana. É essa função da escola, implicando permanente influência no espírito juvenil, onde a desestima pelas coisas de nossa Pátria terá de ceder a atuação educativa do novo programa de ensino e do ambiente escolar bem diverso daquele que, até então recebiam as crianças de descendência estrangeira instrução desnacionalizadora. “Não se destrói, de um dia para o outro, uma obra tão alicerçada”, disse o Interventor. Mas, frisou, com tranquilizadora franqueza, que essa campanha, “eficazmente continuada” o está sendo “agora de modo mais decisivo e firme”.

A opinião pública do país e a imprensa que a reflete nos seus comentários bem oportunos, recebe essas declarações com o justificado regozijo que nós, Catarinenses, vimos experimentando em face do fato concreto e imediato da nacionalização. Tem este encontrado, aqui, tenacíssima, enérgica, inflexível assistência do Chefe do Governo Estadual, amparado, sempre, pelo excelso Presidente da República, a cuja visão das realidades nacionais nunca escapou o caso da estrangeirização do sul do Brasil, sob a cobiça dos governantes agora componente do “eixo” que envolve na mesma ambição imperialista todo continente americano.

É por isso que mais de perto presenciamos o patriótico trabalho da Interventoria por sanear, tão rápida e radicalmente quanto possível o ambiente para que só prevaleçam costumes, tradições e instituições brasileiras, apraz-nos verificar que as declarações do honrado Interventor provocaram o pronunciamento de apoio da imprensa a sua profícua e incansável atividade pela salvaguarda dos interesses nacionais e deram ensejo a que, através dos comentários que a ela se referiram se manifeste uma confiança geral na cooperação que Santa

---

<sup>271</sup> Idem.

Catarina pelo seu governo e pelo pensamento unido de sua gente, esta prestando não só a vigilância a prol da Pátria, mas a repressão severa dos inimigos do Brasil.<sup>272</sup>

### E também no texto **Meritório Esforço**

Meritório esforço o que colima, agora, no Brasil, o reajustamento social e o rejuvenescimento da Nação, em face do universal imperativo de um momento inédito para a humanidade. E esforço tanto mais destacado quanto nele se conjugam todas as consciências e vontades superiormente orientadas.

Nestes sete anos de administração já decorridos, o governo Nereu Ramos conseguiu elevar o Estado a uma situação mais que invejável entre as mais avançadas e prósperas unidades da Federação Nacional. Todos os setores dos negócios estaduais atestam o porfiado e fecundo trabalho do Poder Público, que, ademais, inaugurou em Santa Catarina, com sadias praxes democráticas, formas novas de assegurar o bem-estar coletivo e a prosperidade geral. Estão aí para evidenciá-lo tantos monumentos no campo novo da assistência social, onde o atual Governo, do Estado precisamente abriu até então desconhecida rota na evolução administrativa catarinense.

Para tempos novos, práticas novas destinadas a suprir necessidades públicas oriundas de uma implacável lei que experimenta hoje a diligência e a destreza mental dos governantes.

Imperativo dos que teriam de inspirar ao sr. Interventor Nereu Ramos iguais cuidados aos dispensados a tantas outras modalidades da causa popular, o melhoramento físico do homem, sua integração conciente na ordem do esforço e da comunhão gerais e sua valorização própria obtiveram especial cuidado, contribuindo para a finalidade magna do revigoramento racial dos Brasileiros, quando preciso lhes fosse preferir à passiva atitude de espectador no progresso da terra, que estranhas gentes beneficiassem e explorassem, a ativa e forte afirmação de sua capacidade e dignidade em face da pujança natural do solo pátrio.

Acusado de indolência propositada e rebelde, o homem nacional só era lembrado quando em vésperas de pleito eleitoral, o seu voto displicente seria disputado pelos partidos em competição. Passado o instante em que se lhe computaria a cédula como valor opinante, o cidadão era restituído ao assédio das endemias ou à inflexibilidade de toda espécie de moléstias, que lhe minavam o corpo e o incapacitavam para a atividade. Santa Catarina, onde há sete anos atrás tudo estava por fazer, a tal respeito, apresenta agora bem diverso panorama, com a sua formidável organização de assistência sanitária e hospitalar às populações, servidas por ótimos postos e centros de saúde e tratadas com desvelada atenção sob conceito menos individualista do Estado.<sup>273</sup>

---

<sup>272</sup> Idem ibidem.

<sup>273</sup> Diário Oficial de Santa Catarina nº 2283 de julho de 1942.

As ações do interventor federal em Santa Catarina eram amplamente elogiadas, criando uma imagem do “bem” exterminando o “mal” que impede o progresso e o desenvolvimento.

Regiões outrora retardadas no seu desenvolvimento, hoje espantam pela expansão progressista que apresentam, enquanto o homem catarinense, ao ritmo da prosperidade que vem cadenciando a marcha acelerada de outras regiões adiantadas do país, está entregue inteiramente ao trabalho propulsor da grandeza coletiva e realizador das maiores potencialidades da terra em que habita.

Não poderia ter sido mais expressiva de uma perfeita e fiel interpretação dos modernos problemas humanos a obra administrativa do sr. Interventor Nereu Ramos em o nosso Estado, nem melhor teria podido o ilibado Chefe do Governo catarinense ir ao encontro do pensamento patriótico do excelso Presidente Getúlio Vargas na hercúlea tarefa de reconstrução da nacionalidade. O homem brasileiro, em Santa Catarina, tem sido objeto de interesse muito louvável da administração atual, desde o cuidado solícito dispensado à criança, à mãe, ao escolar, até a hospitalização de enfermos, em colônias ou em sanatórios.

Não deveremos esquecer, aludindo ao que se faz em nosso Estado para a valorização social do indivíduo e sua reintegração na comunidade da Pátria, outra realização notável que veio oferecer a solução precisa a um problema de inegável importância: o amparo aos menores abandonados. Nunca se empreendera aqui qualquer medida no sentido que tem o atual Abrigo de Menores, onde se acham recolhidos numerosos rapazes trazidos de incerto destino para o educandário modelar, dotado de ambiente de organização capaz de lhes garantir uma edificação moral e espiritual compatível com a existência e dignidade humana. O sr. Interventor Nereu Ramos realizou, pois, também a êsse respeito, obra mais que muito louvável e patriótica, que representa um dos mais belos frutos de seu nobre espírito de estadista, bem avisado para a tarefa do reajustamento social brasileiro.

Não será demais, portanto, que contemplemos, com lícito orgulho os empreendimentos governamentais destes sete anos decorridos ultimamente e que tão exatamente correspondem a anseios comuns a todo o Brasil.<sup>274</sup>

Os jornais de circulação regional também teciam elogios ao interventor

Estadista de grande projeção no cenário nacional, tem s. excia, que é sem favor expoente da cultura jurídica em nossa terra, feito em seis anos de governo umas das mais brilhantes administrações da terra catarinense, em todo largo curso de sua destacada história política.

---

<sup>274</sup> Idem.

O grande presidente Getúlio Vargas, sempre vigilante pelos destinos de nossa Pátria, tem sabido, numa esplêndida seleção de valores, colocar à frente dos governos estaduais, as figuras mais representativas de nossa época.<sup>275</sup>

Já a nível local, a figura de Nereu Ramos, de acordo com as entrevistas, aparece de forma contraditória e normalmente comparavam a sua imagem com a de Getúlio Vargas, como no caso da senhora Zélia Maria Nodari Gaio: “Do Getúlio todo mundo gostava. Ele arranhou muita coisa pros trabalhadores e em Santa Catarina, tinha o interventor Nereu Ramos, era feio, sisudo, sério.”<sup>276</sup> Já o senhor Irio Zardo diz que Nereu Ramos era admirado, uma figura extraordinária com um importante legado a nível estadual.<sup>277</sup> A senhora Rosa. L. Dal Bó<sup>278</sup> diz que Nereu Ramos era criticado pelas suas ações e a senhora Ruth Veter<sup>279</sup> ao ser questionada sobre Nereu Ramos, afirma que tinha mais que aceitar do que opinar.

De acordo com Rita Sinzker “famílias importantes de Videira como os Formighieri, Leoni, Brandalise, o Gasparino Zorzi, e outras, eram amigas íntimas de Nereu Ramos e também do mesmo partido, por isso ele sempre aparece como figura importante na cidade. O busto e o nome da praça foi uma homenagem do prefeito Cezar Augusto a ele, porque era do mesmo partido, embora nesta época já tivesse passado a repressão.”<sup>280</sup>

E segundo Dolores Damo,<sup>281</sup> a população não sabia que vinha de Getúlio (está se referindo à repressão aos estrangeiros), por falta de conhecimento. A raiva era contra o Nereu Ramos que era fechado, de poucos sorrisos. Segundo a entrevistada, foi ele que alicerçou o ensino brasileiro em Videira.

É importante ressaltar que nas visitas que Nereu Ramos fez à Perdizes, no período de repressão, sempre falou sobre a nacionalização e o papel dos estrangeiros no Brasil. E como comprovam as citações abaixo, o seu discurso ia ao encontro à política estado-novista, pois mesmo sendo publicadas em anos diferentes apresentam o mesmo teor de cunho nacionalista. Afirmava Vargas

Não há no Brasil Estados Grandes e Estados Pequenos; Estados Ricos e Estados Pobres; Estados que mandam e Estados que obedecem; todos são iguais e todos são pequenos; Grande é apenas o Brasil.<sup>282</sup>

<sup>275</sup> Jornal **A Tribuna**, Cruzeiro – SC, de 1º de maio de 1941, nº 18, ano 01, p.01.

<sup>276</sup> GAIO, Z. op. cit

<sup>277</sup> ZARDO, Irio. Nascido em 1928 em Iomerê foi prefeito de Videira. Entrevista realizada em 09.01.2007.

<sup>278</sup> DAL BÓ, R. op. cit.

<sup>279</sup> VETER, R. op. cit.

<sup>280</sup> SINZKER, R. op. cit.

<sup>281</sup> DAMO, D. op. cit.

<sup>282</sup> Jornal **Barriga Verde**, Canoinhas – SC, 1º de agosto de 1938, p.09. nº 39.



Por sua vez, Nereu Ramos dizia que

Meu intuito é abrir novos horizontes ao Estado, para tornar Santa Catarina grande dentro de um Brasil maior.<sup>283</sup>

Ressalta-se que no caso específico de Iomerê, onde a influência do clero foi intensa e onde também a Escola Apostólica foi fechada e os padres multados e impedidos de deixar o município, estes afirmavam que as perseguições das quais eram vítimas eram fruto de “patriotas anti-clericales”<sup>284</sup> de nível local ou regional como o delegado de polícia ou o inspetor da educação, não as autoridades superiores a estes.

Finalizando, mesmo que as ações de ambos sejam interpretadas, no contexto local, de forma contraditória, o importante é que a campanha de nacionalização gerou uma crise que vem sendo superada “na medida em que as diferenças culturais e o pertencimento étnico deixaram de ser percebidos como uma ameaça à unidade nacional”.<sup>285</sup>

O tempo passou. E a memória de alguns personagens que vivenciaram a Campanha de Nacionalização deixou registrado que aquele é um “tempo para ser esquecido”.

---

<sup>283</sup> Jornal **Barriga Verde**, Canoinhas – SC, 02 de março de 1941, nº 162, p. 01.

<sup>284</sup> Circular nº37. Livro de Registros de Cartas Pastorais, Circulares, Decretos, Portarias e Avisos. Acervo do arquivo da Cúria Diocesana de Lages.

<sup>285</sup> SEYFERTH, Giralda. **Uma História bem Sucedida: A imigração Alemã em Santa Catarina**. Nova Petrópolis: Amstad. 2004. p.23.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Videira, cujo território é cortado pelo Rio do Peixe, serviu de marco para a fixação dos imigrantes de origem italiana na margem esquerda e de origem alemã na margem direita, teve seu processo de colonização iniciado na primeira década do século XX.

A colonização desta área do Meio Oeste Catarinense foi intensificada com o fim das disputas das terras da região entre Brasil e Argentina, da questão de limites entre Santa Catarina e Paraná e do fim do Conflito do Contestado.

Em grande parte, a ocupação está associada à construção da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, cuja empresa construtora era representada por sua subsidiária *Brazil Development and Colonization*, esta recebeu a concessão de terras nos dois lados da ferrovia. Essa ocupação por colonos de origem européia acontece pela atuação de Companhias Colonizadoras que, depois de intensa propaganda no Rio Grande do Sul e na Europa, vendem lotes de terras aos imigrantes.

Os colonos de origem italiana eram originários das chamadas Velhas Colônias do Rio Grande do Sul e do litoral catarinense. Já os de origem alemã provinham da própria Alemanha, de Porto União, também das Velhas Colônias do Rio Grande do Sul, do litoral catarinense e do Vale do Itajaí. Embora predominassem colonos de origem italiana e alemã, houve também a presença de poloneses. Portanto os núcleos formados não foram etnicamente homogêneos.

No território que vai formar Videira, os núcleos de origem alemã, identificados como Vitória, Marechal Hindenburg, Linha Alemão e Anta Gorda, tinham atividades comunitárias voltadas para a manutenção dos costumes, cultura e língua materna e ainda o relativo isolamento em que viviam contribuiu para esta realidade.

As Companhias Colonizadoras proveram a região de um mínimo de estrutura, porém o restante foi resultado da ação dos próprios colonos que, por meio da organização comunitária, procuraram resolver seus problemas relativos a falta de escolas, assistência médica e espiritual.

Assim, acontece de início uma alfabetização caseira, efetivada por um colono(a) mais instruído, o que era a base da escola nas áreas rurais. Os alemães vão criar a escola-templo, escola particular com ensino em língua alemã.

Também os colonos organizaram-se para que a comunidade tivesse assistência religiosa. De início o atendimento era feito de forma esporádica com a presença de padres e

pastores vindos de outros núcleos de colonização. Dentro desta preocupação também buscaram a estruturação no campo da saúde procurando trazer farmacêuticos práticos, formados e médicos.

Outro aspecto a se considerar é o associativismo. Os colonos alemães fundaram associações, recreativas, esportivas e culturais que marcaram a vida cotidiana. O Clube Vitória, na vila de Vitória, aglutinador destas atividades, era símbolo do apego aos valores culturais da Pátria mãe, visualizados por meio de apresentações teatrais, desfiles de atletas com bandeira da Alemanha, de canto e bailes. Estas atividades aconteciam nos outros núcleos e serviam para reafirmar uma identidade coletiva.

Assim a distância de centros político-administrativos, o pouco contato com a sociedade luso-brasileira e a organização comunitária que procurava manter a unidade étnica deram uma “feição germânica” a essa região.

Na década de 1930 o governo brasileiro instituiu a Campanha de Nacionalização e esta chamada unidade étnica é quebrada. As primeiras medidas, em 1938, atingiram o sistema de ensino. Em Vitória, de forma mais intensa, e também nos outros núcleos, embasados no decreto-lei estadual nº88 a escola-templo foi fechada e institucionalizado o ensino público no Grupo Escolar Adelina Régis, com a substituição dos professores estrangeiros. Neste período foram trazidos professores de São Paulo e de Porto União.

A prisão de pastores em pleno culto e o enquadramento da O.A.S.E. como casa de diversão geram formas de resistência à nacionalização, bem como o atendimento religioso por um pastor presbiteriano vindo de Cruzeiro e a reunião das senhoras nas suas próprias casas.

Também o clero católico sofreu repressão, exemplificado no fechamento do curso ginásial do Seminário São Camilo de Iomerê e a exigência da presença de padres brasileiros.

As prisões, que aconteciam em sua grande maioria por denúncias, geraram revolta, medo e saída de algumas famílias da região, além da inclusão de crianças e adolescentes na vida econômica, uma vez que estes serviam de intérpretes aos pais que não sabiam falar o português.

A partir de 1939, outras medidas como o fechamento das associações esportivo-recreativas, no caso o Clube Vitória e a proibição de qualquer manifestação étnica, vão interferir na organização comunitária, destruindo em grande parte a base étnica da mesma, haja visto, que, por exemplo, com a reabertura do clube, o mesmo passa a ter na diretoria e como sócios, elementos de outras nacionalidades.

A Nacionalização significou para a região de Videira como para todo o Brasil, um marco no contexto histórico nas décadas de 1930 e 1940, o governo Vargas na busca de

especificidades das significações imaginárias, criou símbolos e embasou na repressão a formação do nacionalismo brasileiro. É claro que elementos nazistas se fizeram presentes nas comunidades alemãs de Videira, entretanto é importante observar que a “polícia política” agia indistintamente, não diferenciando os nascidos aqui ou na Europa, os que eram simpáticos às idéias de Hitler e os que não.

Todavia, o governo de Getúlio Vargas era bem visto por um número significativo da população de Videira, principalmente na margem esquerda do Rio do Peixe. Uma das razões foi a atuação do Bispo de Lages, Dom Daniel Hostin e as circulares diocesanas anti-nazismo/comunismo e a normatização de cunho moral que o colocavam em sintonia direta com o poder institucionalizado, principalmente na perspectiva da obediência.

Outro personagem importante foi o Coronel Gasparino Zorzi, que conseguiu o título após organizar um pelotão para participar da Revolução de 1932, ao lado de Getúlio Vargas. Embora a revolução tenha terminado antes que se envolvessem diretamente no conflito, ele retorna com a insígnia de coronel. Passa então, a controlar a vida política de Perdizes e indiretamente de Vitória.

Apesar do caráter autoritário e repressivo adotado durante o seu governo, Getúlio Vargas era visto como uma pessoa simpática e de grandes realizações. Já Nereu Ramos, interventor federal, era visto como um homem sisudo e de “poucos sorrisos”, “um caboclo de Lages”. A ele eram atribuídas as leis e ações de repressão. Por outro lado, algumas famílias influentes pelo seu poder econômico e político encarregavam-se de recepcioná-lo quando vinha para Videira, reforçando o apoio, principalmente do lado de Perdizes, ao governo de Getúlio Vargas.

Portanto, o governo getulista tem suas ações efetivadas no estado de Santa Catarina, sob o comando de Nereu Ramos a quem a população voltava o seu desafeto, porém se a nacionalização foi obra do governo estadual e local, não poderia se efetivar sem o consentimento do poder central mas, no imaginário coletivo ficou a figura de Getúlio Vargas como homem de carisma, o bem feitor dos ferroviários, o “pai dos pobres.”

Enquanto alguns preferem esquecer este período de repressão outros procuram passar a imagem deste período como de progresso, de empreendedorismo e de aceitação e até de subordinação à ordem institucional imposta pelo Estado Novo. Porém cabe ressaltar que este último grupo, ao final do período repressivo, vai se naturalizar como brasileiro e se aliar ao governo estadual e com isso passa a usufruir dos privilégios políticos e econômicos que antes eram voltados a quem dava suporte em nível local às medidas governamentais.

Finalizando, a Nacionalização permanece viva na memória dos que a vivenciaram e também na dos seus descendentes pois por meio da transmissão oral conhecem a história como ficou claro nas entrevistas realizadas, principalmente nas chamadas linhas, nas comunidades do interior, que se mantiveram mais homogêneas em relação aos núcleos maiores. Este período, que na mente de muitos ficou marcado como tempo para se esquecer significou uma reinvenção do modo de viver e se, no passado, tentou-se apagar as especificidades sócio-culturais dos estrangeiros enquanto grupo, hoje se busca dar uma continuidade temporal à tradição advinda do processo imigratório, qualificando o imaginário cultural da época dentro do contexto pluralista de sociedade.

Porém algumas lacunas e receios permanecem e foram percebidos durante a pesquisa. A maior parte dos documentos escritos pertencentes a particulares foram destruídos durante o período da nacionalização, documentos oficiais desapareceram ou não são colocados a disposição para pesquisa e várias pessoas, principalmente do sexo masculino, negaram-se a dar entrevistas usando desculpas descabíveis ou ainda se recusando a falar sobre o assunto dizendo que este “é um tempo para ser esquecido”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABATI, Iolanda Canal. **Videira: Italianos, Terra e Uva**. Joaçaba: UNOESC, 2001 (Mono).
- AFONSO, Eduardo José. **O Contestado: Guerras e Revoluções Brasileiras**. São Paulo: Ática, 1994.
- AQUINO, Ruben Santos Leão. **História das Sociedades: das Comunidades Primitivas às Sociedades Medievais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- ARBEX Junior, José, OLIC, Nelson Bacic. **A Hora do Sul**. São Paulo: Moderna, 1995.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: UFSC, 1997.
- AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o Oeste**. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- AZZI, Riolando. **A Igreja e os Migrantes**. Vol. II a fixação italiana e a implantação da obra escalabriniana no Brasil (1904-1924), ed. Paulinas, 1988.
- BARROS, Sérgio Miceli Pessoa (supervisão). **Nosso Século – Anos de crise e criação**. São Paulo: Abril, 1988.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: EST, 1981.
- BETTES JUNIOR, Hamilton. **Santa Catarina**. Curitiba: Nova Didática, 2001.
- BLEICHUVEL, Ecleides de Fátima. **Dois Instituições e Um Projeto: Igreja, Escola e Nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina (1917-1945)**. PUCRS, 2000. (Dissertação).
- BOBBIO, Norberto, MATTENCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 7. ed., v. 2. 1995.
- BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAKEMEIER Gottfried (org.) **Presença Luterana 1990**. São Leopoldo: Editora Sinodal. 1989.
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- \_\_\_\_\_. João Maria: **Interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CALLAI, Helena Copetti; ZARTH, Paulo Afonso. **O Estudo do Município e o Ensino de História e Geografia**. Ijuí: UNIJUÍ, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Centro de Organização da Memória Sócio-cultural do Oeste. **Para Uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995,

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs). **História do Conesul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1989. 4. ed. rev.e ampl.

CRISTOFOLINI, Nilton José. **Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville**. Florianópolis: UFSC. 2002. (Dissertação).

D'ANGELIS, Wilmar. **Contestado: a revolta dos sem-terra**. São Paulo:FDT, 1991

D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino: Aspectos Políticos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado.1942.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. **O desmoroamento do mundo jagunço**. Florianópolis: FCC, 1986.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense: bandeirantes e tropeiros do “sertão de Curitiba”**. Florianópolis: Laudes, 1973.

FARIAS, Vera Lúcia. (org.) **Videira: Coleção Municípios em Cadernos, 1887-1971**. ver. Ampl. Florianópolis: Assembléia Legislativa, Divisão de Divulgação e serviços Gráficos, 2003.

FAUSTO. Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**. 4º vol. SP: Difel, 1984.

FELIX, Loiva Otero. **Historia e Memória: A Problemática da Pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 2004. 2. ed.

GALIAZZI, Irmã Nilse Maria. **Irmãs Salvatorianas – Histórico Província Santa Catarina: 1936 – 1979**. Lages: Medigraf.

GERTZ, René. **O perigo Alemão**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF. 2005.

GOLIN, Tau. **Identidades**: Questões sobre as Representações Sócio-Culturais no Gauchismo. Passo Fundo: Clio, Méritos. 2004.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou Morrer**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987.

GUEDES, Sandra P.L de Camargo (org). **Histórias de (I)migrantes**: O cotidiano de uma cidade. Joinville: Um Valle, 1998.

GUELLER, Odair Eduardo. **O Contestado entre Santa Catarina e Paraná**: uma Questão de limite territorial nos limites da Nação. Passo Fundo: UPF, 2006. (Dissertação).

GUIBERNAU, Montserrat. Nacionalismos. **O Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HEINEN, Luiz. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina**: Aspecto Sócio-Político-Econômicos e Religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HEINSFELD, Adelar. A Igreja Cristã como parte do Mecanismo da Conquista Colonial. **Roteiro Especial**, Joaçaba, v.13, n. 27, out. 1992.

\_\_\_\_\_. **A Geopolítica de Rio Branco**: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Ed.UNOESC, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org). **A Região em Perspectiva**: Diferentes Faces da História Catarinense. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Questão de Palmas Entre Brasil e Argentina**: e o início da colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe-SC. Joaçaba: UNOESC, 1996.

\_\_\_\_\_. Cristianizar para meu Deus, Escravizar para meu Amo: a Igreja e a Escravidão na América Latina. **Revista Teocomunicação**. Porto Alegre, v. 22, n. 98, dez. 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo de 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra . 4. ed. 2004.

HOELLER, Maria Luiza Dal Bó. **Uma cidade sem televisão – Videira 1944-1970**. Itajaí: UNIVALI, 1995. (Mono).

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1982.

JAMUNDÁ.Theobaldo Costa. **Nerêu Ramos, o da hora da reconstrução nacional**. Florianópolis: edição do autor. 1968.

KIPPER, Maria Hoppe. **A Campanha de Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz. (1937-1945)**. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LAUERHASS Jr.,Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**: estudo do advento da geração nacionalista de 1930. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.



- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1994.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1996. 2. ed.
- LOPES, Gentila Porto. **Glória de Pioneiros: Vale do Rio do Peixe, 1930-1984**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1984.
- MACEDO, José Rivair. **Movimentos Populares na Idade Média**. São Paulo: Moderna, 1993.
- MAGALHAES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e Nazismo: A Trajetória Alemã rumo ao Brasil: Campinas, SP: UNICAMP/FAPESC, 1998**.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Episódio do Ciclo do Charque**. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura, OLIVEIRA, Mariley W. Brasil: **Uma História em Construção**. v. 2. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1996.
- MARTINEZ, Paulo. **Os Nacionalismos**. São Paulo: Scipione. 2003.
- MARTINSON, Célia Carmem. **Nacionalização do Ensino em Santa Catarina: A Escola de Imigrantes Alemães. Joaçaba (1930-1938)**. [www.scielo.com](http://www.scielo.com). Acessado em 23.07.2006.
- MOCELLIN, Renato. **Os Guerrilheiros dos Contestado**. São Paulo: do Brasil, 1989.
- MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino: Uma Contribuição a História da Educação: Florianópolis: UFSC, 1983**.
- MULLER, Telmo (org). **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS. 1994.
- NEUMANN, Rosane Márcia . **A Campanha de Nacionalização: A Repressão Legitimada em Prol da Brasilidade**. [www.scielo.com](http://www.scielo.com). Acesso em 23.07.2006.
- NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. PUC-RS, 1999. (tese).
- OLIVEIRA, Beneval. **Planaltos de frio e lama: os fanáticos do Contestado – o meio – o homem – a guerra**. Florianópolis: FCC. 1985. 18. ed
- PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. (Coleção teses e monografias: n.1).
- PESAVENTO. Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. São Paulo. **Revista brasileira de História**. v.15. nº 29. 1995.
- PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- PIAZZA, Walter F., HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: História da Gente**. 3. ed.

Florianópolis: Lunardelli, 1989.

QUEIRÓS, Maurício Vinhas **de. Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916). São Paulo: Ática, 1981.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v.1, n.1.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

ROCKENBACH, Sílvio Aloysio ; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigração Alemã 180 anos: História e Cultura**. Porto Alegre: CORAG, 2004.

SACHET, Celestino & SACHET Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história – do povoamento à Guerra do Contestado**. Florianópolis: Século Catarinense, 1997. v.1.

SACHET, Celestino & SACHET Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história – da consolidação do território ao estado Novo**. Florianópolis: Século Catarinense, 1998. v.2.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989. fev. 1990.

SANTOS, Regina Belga. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione, 1994.

SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. **A Colonização Italiana no vale do Itajaí-Mirim**. Florianópolis: Lunardelli, 1981.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.). **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica**. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC, 2000.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardeli, 1974.

SCAPIN, Alzira. **Videira: nos Caminhos de Sua História**. Videira: Gráfica Equiplan, 1996.

SEYFERTH, Giralda. **Uma História bem Sucedida: A imigração Alemã em Santa Catarina**. Nova Petrópolis: Amstad. 2004.

\_\_\_\_\_. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: Um Estudo de Desenvolvimento Econômico**. Florianópolis. Movimento. 1974.

SGANZERLA, Cláudia Mara. **A Lei do Silêncio: Repressão e Nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SPENTHOF, Odair José. **Nacionalização, Resistência e Adaptação: alemães em Passo Fundo e carazinho durante o estado Novo**. Universidade de Passo Fundo, 2002. (Dissertação).

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da Memória:** Temporalidade, Experiência e Narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

\_\_\_\_\_. (org). **Usos de Memórias: Política, Educação e Identidade.** Passo Fundo. UPF. 2002.

THOMÉ, Nilson. **Civilizações Primitivas do Contestado.** Caçador: Imprensa Universal, 1981.

\_\_\_\_\_. Família Correa de Mello: **Raízes da História de Caçador.** Caçador, UnC. 1982.

\_\_\_\_\_. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão do Contestado.** Caçador: INCON Edições/UnC, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Trem de Ferro.** Florianópolis: Lunardelli, 1983.

TORRES, Alberto: **O Problema Nacional Brasileiro:** Uma Introdução a um Problema de Organização Nacional. São Paulo: Nacional, 1982, 4.ed.

TRINDADE, Jaelson Bitran. **Tropeiros.** São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações Ltda, 1992.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste:** memórias de sertanejos e a guerra do contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

FERREIRA, Fernando Luis Vieira. **Azambuja e Urussanga.** Orleans: Gráfica do Lelo Ltda, 2001.

VISCARDI, Claudia M. R. **História, região e poder:** a busca de interfaces metodológicas. Lócus: revista de história. Juiz de Fora, v.3, n.1.

WILGES, Irineu. Cultura Religiosa: **As religiões do mundo.** Petrópolis: Vozes. 1982. vol. I, 3. ed.

ZAGO, Denise et all. **Iomerê:** Da memória de seu povo, o registro de uma história. Iomerê. s/d.

ZARUR, George de Cerqueira Leite (org) **Região e nação na América Latina.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

## ENTREVISTAS

BALZ, Roni Roberto. Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Videira. Entrevista concedida a Denise Zago em 24.08.2006. Acervo da autora.

BOFF, Pe. Ernesto. Entrevista concedida a Clocí Peretti e Denise Zago, em 06.02.1999. Acervo da autora.

BOGONI, Carmelita. Entrevista concedida a Denise Zago em 19.10.2006. Acervo da autora.

DAL BÓ, Rosa Leoni. Entrevista concedida a Denise Zago em 08.11.2006. Acervo da autora.

DAMO, Dolores – Entrevista concedida a Denise Zago em 05.10.2006. Acervo da autora.

DELIS, Dorli Antunes Xavier – Entrevista concedida a Denise Zago em 15.11.2006. Acervo da autora.

FAPPI, José Alberto. Entrevista concedida a Denise Zago, em abril de 2004. Acervo da autora.

GAIO, Antonio Filho – Entrevista concedida a Denise Zago em 09.01.2007. Acervo autora.

GOLIN, Anselmo. Entrevista concedida a Clocí Peretti, Denise Zago e Iolanda Canal Abati, em 24.07.1996. Acervo da autora.

KROEFF, Olívia Bragaglia. Entrevista concedida a Iolanda Canal Abati, em abril de 2004. Acervo da autora.

MECHELN, Maria Clara Penso von. Entrevista concedida a Clocí Peretti, Denise Zago e Iolanda Canal Abati, em 27.07.1996. Acervo da autora.

MEDINA, Juan Gustavo. Entrevista concedida a Denise Zago, em 09.07.2007. Acervo da autora.

MOZZAQUATRO, Waldemar. Entrevista concedida a Clocí Peretti, Denise Zago e Iolanda Canal Abati, em 25.01.1999. Acervo da autora.

MUGNOL, Florencio. Entrevista concedida a Iolanda Canal Abati, em 12.01.1999. Acervo da autora.

NORA, Maria Viecelli. Entrevista concedida a Clocí Peretti, Denise Zago e Iolanda Canal Abati, em 26.07.1996. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

PASQUAL, Luigia. Entrevista concedida a Clocí Peretti, Denise Zago, em 06.11.1998. Acervo da autora.

PENSO, Abel. Entrevista concedida a Clocí Peretti, Denise Zago e Iolanda Canal Abati, em 13.07.1996. Acervo da UNOESC, Joaçaba.

RAIFFEL, Irma Emmel. Entrevista concedida a Denise Zago em 03.11.2006. Acervo da autora.

VIRGUTS, Iraci Elsbeth. Entrevista concedida a Denise Zago em 08/12/2006. Acervo da autora.

ZARDO, Irio. Entrevista concedida a Denise Zago em 09.01.2007. Acervo da autora.

## DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

Cartas de Diversos para o Palácio do Governo – 1938 – 1939. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

**Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.** Ano IX, n. 2257, Florianópolis, 15 de maio de 1942. Pasta São Luiz, Iomerê, Ipoméia, Joaçaba. Acervo do arquivo da Cúria Diocesana de Lages.

Estatutos da Comunidade de Igreja e Escola Evangélica Allemã. Acervo da IECLB – Videira.

Livro Ata da Primeira Legislatura da Câmara de Vereadores de Videira. Acervo da Câmara de Vereadores de Videira.

Livro de Cartas Pastorais, circulares, decretos, portarias, avisos e outros documentos publicados pelo Exmo Sr. Bispo Diocesano. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Lages.

Livro de Resoluções da Câmara de Vereadores de Videira. Acervo da Câmara de Vereadores de Videira.

Livro Ata de posse dos prefeitos de Videira. Acervo da Prefeitura Municipal de Videira.

Livro de Registro de Decretos baixados pela Prefeitura Municipal de Videira – 1-3-44 a 30-12-55 e 1-5-44 a 1-5-44 a 17-12-55. Acervo da Prefeitura Municipal de Videira.

Livro Ata da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Acervo da IECLB – Videira.

Livro Ata da OASE. Acervo da IECLB – Videira.

Livro Ata da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, de Bom Sucesso – Iomerê. Acervo da IECLB de Bom Sucesso.

Livro de crônicas do seminário de São Luiz de 1934-1935. Acervo do Arquivo da Paróquia São Luiz Gonzaga de Iomerê.

Livro Tombo da Paróquia de Perdizes. Acervo do Arquivo da Paróquia Imaculada Conceição de Videira.

Livro Tombo. Acervo do Arquivo da Paróquia São Luiz Gonzaga de Iomerê.

Livros de Notas e Escrituras n.24. Cartório Civil de Iomerê.

Ofícios Diversos para Governadores. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

Ofícios das prefeituras Municipais para o Palácio do Governo – Arquivo: Campos Novos. Caixa 7. Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina.

Pasta São Luiz, Iomerê, Ipoméia, Joaçaba. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Lages.

Pasta Perdizes. Acervo do Arquivo da Cúria Diocesana de Lages. Carta escrita em 13 de fevereiro de 1935.

Pasta Hora da Memória. Acervo do Museu Mario de Pellegrin.

PINTO, Clemente. Ecos de um Paroquiato. (mimeografado)

Revista Missioneira. Revista Trimestral do Instituto Missioneiro de Teologia. Santo Ângelo: Gráfica Venâncio Ayres, n.44, julho de 2006.

SCHULER, Milto. **Distrito de Anta Gorda e sua história.** (impresso).

Voz da Serra. Órgão de veiculação de informações do Grupo Escolar Adelina Régis.(manuscrito).

## **JORNAIS**

**A Impresa.** Caçador. Santa Catarina. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

**A Tribuna.** Cruzeiro. Santa Catarina. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

**A Voz D'Oeste.** Cruzeiro. Santa Catarina. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

**Barriga-Verde.** Canoinhas. Santa Catarina. Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

**Jornal Schawabische Merkur Stuttgart.** Alemanha; nº162 de 14 de julho de 1935. fl 3

## ANEXOS

### ANEXO 01

#### DECRETO – LEI N.88

Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado.

O Doutor Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 181 da Constituição da República.

Considerando que, embora a arte, a ciência e o seu ensino sejam livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, “não se pode confundir liberdade de pensamento e de ensino com a ausência de fins sociais”;

Considerando que o ensino é “um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam”;

Considerando que, portanto, é dever do Estado tutelar a educação da infância e da juventude brasileiras, não apenas apercebendo-as de conceitos e noções sem fisionomia moral e cívica, mas formando-lhes o espírito no culto às tradições, à língua, aos costumes e às instituições nacionais, e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiro;

Considerando que, sendo cidadãos brasileiros “os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país”, - corre ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no solo nacional;

Considerando a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como de pô-las de acordo com a orientação social e política do Estado Novo;

#### DECRETA:

Art. 1º - Os estabelecimentos particulares de ensino primário reger-se-ão, no Estado, pelas normas deste decreto-lei.

Art. 2º - Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar no Estado, sem prévia licença do Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único – Dentro em um raio de três quilômetros de escola pública, ou particular licenciada, só poderá ser localizada outra escola, de vez que as existentes não comportem a totalidade das crianças, em idade escolar, recenseadas na circunscrição correspondente.

(...)

Art. 4º - Deverá o requerimento ser instruído com os seguintes documentos:



1º - prova de serem brasileiros natos os professores da língua nacional, geografia, história da civilização e do Brasil e de educação cívica e moral, em todos os cursos.

2º - prova de que o diretor, ou responsável, e os demais professores são brasileiros natos, ou naturalizados;

3º - prova de serem professores diplomados por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, ou habilitados conforme o decreto n. 1.300, de 14 de novembro de 1919;

4º - prova de identidade e idoneidade moral do diretor, ou responsável, e dos professores;

(...)

Art. 5º - O Governo do Estado poderá rejeitar no todo ou em parte, as provas oferecidas, desde que as não julgue bastantes, bem como, por intermédio do Departamento de Educação, determinar a investigações necessárias para averiguar a procedência, ou a veracidade, das declarações feitas.

Art. 6º - Não poderá ser diretor, ou professor de estabelecimento de ensino primário ou por este responsável, pessoa que o Governo do Estado, a seu exclusivo juízo, não reputar idônea, sobretudo em relação ao objetivo da propaganda dos sentimentos de brasilidade e de educação moral e cívica.

Art. 7º - é obrigatório aos estabelecimentos particulares de ensino primário:

1º - dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratar do ensino de idioma estrangeiro;

3º - usar exclusivamente a língua nacional quer na respectiva escrituração, quer em taboletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar;

4º - confiar os cursos de jardins de infância e escolas maternais a professores brasileiros natos;

5º - ter sempre ensaiados os hinos oficiais;

6º - homenagear aos sábados a Bandeira Nacional, conforme se pratica nos estabelecimentos oficiais, fazendo recitar a oração, que será fornecida pelo Departamento de Educação;

7º - respeitar os feriados nacionais, comemorando-os condignamente;

10 - receber e escalar as autoridades escolares, prestando-lhes todas as informações que exigirem;

11 - organizar uma biblioteca de obras nacionais, para os alunos;

12 - apresentar, anualmente, ao Diretor do Departamento de Educação, o relatório dos trabalhos escolares;

14 - não admitir aplicação de castigos físicos aos alunos.

Art. 8º - Os mapas, fotografias, estampas, dísticos ou emblemas, assim nas salas de aula, como em qualquer outra parte do prédio escolar, não poderão perder o característico de brasilidade.

Parágrafo único - É obrigatória a colocação da Bandeira Nacional, em lugar de destaque, em todas as salas do estabelecimento.

Art. 9º - Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá, direta ou indiretamente, ser mantido, ou subvencionado, por instituição ou governo estrangeiro, ou elementos que, embora não estrangeiros, não exprimam, a juízo exclusivo do Governo do Estado, cabal garantia de que o auxílio escolar fornecido não concorra para desvirtuar ou enfraquecer os sentimentos de brasilidade, que devem ser transmitidos à infância e à juventude nascidas no Brasil.

Art. 10 - Deverá ser previamente aprovada pelo Secretário do Interior e Justiça a denominação de estabelecimento de ensino particular.

Parágrafo único – Não poderá ser adotada denominação que, embora em língua nacional, recorde, ou exprima, de qualquer forma, origem ou relação estrangeira.

Art. 11 – O responsável por estabelecimento particular de ensino primário assinará, perante o Inspetor Escolar da circunscrição, termo de responsabilidade pelo cumprimento de todas as exigências do presente decreto-lei.

Art. 13 – Excetuados os estrangeiros que sejam hóspedes oficiais do Governo do Estado, nenhum orador, ou conferencista, poderá expressar-se, nas reuniões ou comemorações escolares, senão em língua nacional.

Parágrafo único – Serão previamente submetidos à aprovação do inspetor de ensino da circunscrição os programas dessas comemorações ou reuniões.

Art. 14 – O ensino religioso será feito em língua nacional, quando ministrado dentro no horário dos trabalhos escolares.

Art. 17 – O diretor, ou professor, será afastado, quando:

1º - não tiver ensaiados os hinos oficiais em todos os cursos, nem der aos alunos a explicação e a interpretação das respectivas letras;

2º - não fizer a escrituração escolar no idioma nacional e de acordo com o modelo oficial;

3º - não adotar programas oficiais para o curso primário;

4º - não usar a série de livros didáticos adotados pelo Departamento de Educação, para o curso primário;

2º - S o afastamento for motivado por ter cooperado para impedir, ou dificultar, a nacionalização do ensino, não mais poderá exercer qualquer função pública em repartição do Estado, nem em instituição ou estabelecimentos, por este subvencionado.

Art. 18 – Fechar-se-á o estabelecimento temporariamente, e enquanto persistir a irregularidade, quando:

1º - não ministrar todo o ensino na língua nacional, exceto o de idioma estrangeiro;

2º - não houver cometido a brasileiro nato o ensino da língua nacional, história da civilização e do Brasil, geografia, educação moral e cívica e os cursos de jardim de infância e de escolas maternas;

3º - adotar livros em língua estrangeira, sem prévia licença do Departamento de Educação;

4º - tiver professor em situação ilegal no corpo docente;

5º - houver reincidência na aplicação de castigos físicos aos alunos;

6º - não tomar parte nas comemorações cívicas promovidas na localidade, ou deixar de comemorar os dias de festa nacional, recomendados pelo Departamento de Educação;

7º - não manter o prédio escolar em condições de salubridade, higiene, ou segurança;

Art. 25 – As Prefeituras Municipais não poderão subvencionar escolas particulares de ensino primário, sem prévio parecer do Departamento de Educação e despacho do Secretário do Interior e Justiça.

Art. 26 – Ficam revogados o Decreto n. 58, de 28 de janeiro de 1931, e as demais disposições em contrário.

Art. 27 – Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 31 de março de 1938.

NEREU RAMOS

Ivo d' Aquino

## ANEXO Nº 2

Decreto-Lei n 11

O Prefeito Municipal de Videira , na conformidade do disposto no art. 12 item 1 do decreto-lei n 1.202 de 8 de abril de 1939.

Decreta:

Artigo 1 - As casas comerciais e outros estabelecimentos abertos ao público, observadas as exceções abaixo mencionadas e às condições e duração de trabalho cerrarão suas portas na hora fixada para encerramento do comércio e nos dias, em que, por lei, conservar-se fechadas.

Artigo 2 - As casas comerciais e estabelecimentos a que se refere o artigo anterior funcionarão nos dias úteis, das 8 às 18 horas, assegurando a cada empregado o intervalo de 2 horas para descanso e refeição, intervalo que será computado no termo de duração normal de trabalho efetivo. Parágrafo 1 - Nos dias 24 e 31 de dezembro, as casas de varejo poderão conservar-se abertas até às 24 horas. Parágrafo 2 - Não estão sujeitos aos horários determinados neste artigo os seguintes estabelecimentos: bilhares, bares, cafés, casas de bebidas, casas de diversões, empresas funerárias, confeitarias, garagens, açougues, hotéis e restaurantes, casas de locação de bicicletas e mercadinhos. Artigo 3 - O comércio manter-se-á fechado todo o dia nos domingos, feriados e dias santos de guarda e quanto a estes últimos, seguindo os usos locais.

Parágrafo 1 - Quando o dia feriado ou santificado, de guarda, for sábado ou segunda-feira , o comércio poderá se conservar aberto até às doze horas. Parágrafo 2 - Não estão obrigados a fechar nos domingos, feriados e dias santos de guarda, segundo os usos locais, os estabelecimentos mencionados no parágrafo segundo do artigo anterior.

Parágrafo 3 - Aos domingos, feriados e dias santos de guarda, as farmácias poderão conservar-se abertas , de acordo o tabela que a Prefeitura expedir ou que seja combinada entre os interessados, com aprovação do Prefeito. Artigo 4 - Os estabelecimentos não sujeitos ao horário normal do comércio não poderão vender fora das horas regulamentares, mercadorias pertencentes ao ramo das casas que se devem conservar fechadas. Parágrafo único – A infração reiterada desta disposição importará em cassação da licença para funcionar fora do horário geral por um mês até um ano, além da multa que no caso couber. Artigo 5 - As barbearias, salões de cabeleireiros para homens ou senhoras, observarão o seguinte horário: (a) De segunda às sexta-feira, fechamento às dezenove horas; (b) ao sábado , idem , às vinte e duas horas; (c) aos domingos permanecerão fechados; (d) nos feriados e dias santos de guarda, segundo os usos locais, conservar-se-ão abertos até às onze horas; se o feriado ou dia santo de guarda coincidir com o sábado ou a segunda-feira poderão conservar-se aberto até às vinte horas. Parágrafo único – Os proprietários de barbearias que residam no próprio estabelecimento poderão atender clientes aos domingos, feriados e dias santos de guarda até às dezenove horas, contanto que não utilizem empregado e se conservem às portas semi-cerradas.

Artigo 6 - A infração de qualquer das disposições da presente lei será punida com a multa de vinte a cem cruzeiros, conforme à gravidade da infração considerada a importância do estabelecimento. No caso de reincidência, a multa será elevada o dobro. Artigo 7 - Considera-se infração não só o fato de ter as portas abertas fora das horas estabelecidas, como comprar, vender ou realizar qualquer operação a portas fechadas, salvo o disposto no artigo 3 quanto às farmácias. Parágrafo único - A residência na mesma casa do estabelecimento não autoriza a ter aberta qualquer porta deste. Artigo 8 - Compete a fiscalização deste Decreto-Lei aos fiscais e demais funcionários da Prefeitura bem como a qualquer interessado, que deverá comunicar à infração a quem de direito. Artigo 9 - É competente para aplicação da multa, o Prefeito Municipal, tendo em vista o auto de infração lavrado pelo fiscal, qual, ou na falta deste, por outro funcionário de atribuições idênticas. Parágrafo único - Os fiscais poderão lavrar o respectivo auto de infração na forma da legislação vigente, independentemente da assistência de qualquer outro funcionário. Artigo 10 - O infrator tem o prazo de vinte e quatro horas para recolher aos cofres municipais a importância da multa, podendo dela recorrer, por escrito, ao Prefeito, dentro de quarenta e oito horas. Artigo 11 - Este decreto -lei entrará em vigor na data de sua publicação . Prefeitura Municipal de Videira, 17 de fevereiro de 1944.  
Prefeito Municipal

Fonte: Livro de Registro dos Decretos - Lei: 1944 a 1945. Verso da p. 05 a p. 07.

## ANEXO 03

Decreto-Lei n 16

Regula a cooperação financeira do município às entidades privadas, assistenciais ou culturais. O Prefeito Municipal de Videira, em conformidade do disposto no art. 12, item I, do decreto-lei n 1.202, de 8 de abril de 1939 e devidamente autorizado pelo senhor Presidente da República,

Decreta:

Capítulo I

Das Formas de Subvenções:

Artigo 10 - O município prestará sua cooperação financeira às entidades privadas, assistenciais ou culturais, quer mediante a concessão de subvenção fixa anual, para auxiliar a realização de seus objetivos normais, quer de subvenção extraordinária, para ocorrer a serviços de natureza especial ou temporária, também executados pelas mesmas entidades.

Parágrafo 1 - Consideram-se instituições assistenciais aquelas que se destinam a exercer o serviço social, tais como as de:

- a) assistência sanitária;
- b) amparo à maturidade;
- c) proteção à saúde da criança;
- d) assistência a quaisquer espécie de doentes;
- e) assistência aos necessitados e desvalidos;
- f) assistência à velhice e à invalidez;
- g) amparo a infância e a juventude em estado de abandono moral;
- h) educação pré-primária, profissional, secundária ou superior;
- i) educação e reeducação de adultos;
- j) educação dos anormais;
- k) assistência aos escolares;
- l) amparo a toda a sorte de trabalhadores, intelectuais e normais;
- m) prestação de outras modalidades de serviço social.

Parágrafo 2 - Considerando-se instituições culturais aquelas que propõem a realização de qualquer atividade concernente ao desenvolvimento da cultura tais como as de:

- a) produção fisiológica, científica e literária;
- b) cultivo das artes;
- c) conservação do patrimônio cultural;
- d) intercambio intelectual;
- e) difusão cultural;
- f) propaganda ou campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias;
- g) organização da juventude;
- h) educação física;

- i) educação cívica;
- j) recreação.

Artigo 2 - Não se compreendem para os efeitos desta lei, as subvenções que o município conceder a entidades de caráter privado, mediante contrato para exercerem determinados serviços públicos de competência originária municipal ou a obras e campanhas diretamente executadas pelo Governo do Estado.

## Capítulo II

### Do Processo de Concessão e Pagamento das Subvenções

Artigo 1 Todos os pedidos de subvenção devem ser dirigidas dentro do primeiro trimestre de cada ano, ao Prefeito Municipal, com a declaração do emprego a ser feito do auxílio pleiteado e provando com documentos haveis os seguintes requisitos:

- a) prova de que tem personalidade jurídica;
- b) funcionamento regular durante pelo menos um ano;
- c) destinar-se a alguma das finalidades constantes do art. 1 parágrafo 1 e 2;
- d) corpo dirigente idôneo, e, seja qual for o caso, devidamente registrado nos órgãos competentes, municipais, estaduais ou federais;
- e) patrimônio ou renda regulares, atentas as condições do meio;
- f) não receber outro qualquer auxílio do município, excetuando o caso de subvenção extraordinária, prevista no art. 1 ;
- g) não dispor de recursos próprios suficientes para a manutenção e ampliação dos seus serviços;
- h) registro prévio na Secretaria da Prefeitura, do qual constar a sua denominação , sede, finalidade e o nome da diretoria em exercício.

Parágrafo único – O requisito constante da alínea (a) deverá ser provado por certidão de registro público. Os demais requisitos poderão ser provados mediante atestados com firmas reconhecidas de autoridades federais, estaduais ou municipais, existentes na localidade em que tiver sede a instituição , uma vez que delas não façam parte.

Artigo 4 - Tratando-se de estabelecimento de ensino será exigido mais o seguinte:

- a) reunir o curso, no mínimo trinta alunos de matrícula e frequência média de vinte alunos;
- b) possuir corpo docente idôneo, a juízo do Prefeito;
- c) lecionar a seis alunos gratuitos pelo menos, indicados pelo Prefeito Municipal, dentre os filhos de famílias numerosas e sem recursos que o requererem, sendo isentos de selos e emolumentos esse requerimento dos pais e responsáveis;
- d) ter sido inspecionado, ao menos uma vez pelo Prefeito ou funcionário municipal por este designado, obtendo parecer favorável por escrito , ressalvada a hipótese de falta de fiscalização , sem culpa da instituição;
- e) ministrar, no mínimo, o ensino da língua materna, cálculo, história do Brasil, educação moral e cívica, salvo tratando-se de escola destinada a um ramo de arte ou ensino especializado;
- f) ser instalado em prédio que reúna um mínimo de conforto e higiene, julgados indispensáveis ao seu funcionamento pelo Prefeito Municipal;
- g) dar 170 dias de aulas, por ano ou 20 por mês, salvo os períodos de férias.

Parágrafo único – Somente para percepção da subvenção municipal, pela primeira vez, é que deverá a instituição provar os requisitos das alíneas “a” e “b”.

Artigo 5 - As instituições que já houverem recebido auxílio, deverão , ainda, sob pena de não ser concedida a subvenção:

- a) apresentar relatório circunstanciado de suas atividades no ano anterior, inclusive balanço de suas contas;

- b) haver atendido todos os pedidos de informações feitos pelos órgãos municipais, estaduais ou federais, principalmente os de estatística;
- c) haver admitido a inspeção e fiscalização da Prefeitura, sem prejuízo de sua autonomia;
- d) tratando-se de estabelecimento de ensino, associação desportiva, operária ou assemelhados, tornar-se necessário atestado fornecido pelo Secretário da Prefeitura, de que participou das solenidades cívicas, para que recebam convocação e se for o caso, de que cumpriu as determinações referentes à arregimentação da juventude;
- e) se for instituição de ensino deverá ter enviado, mensalmente com o “visto” do Prefeito, ao Departamento de Educação do Estado, o mapa ou resumo de matrícula e frequência dos alunos, seguidos os modelos por este adotado, e, anualmente um mapa de alunos aproveitados nas promoções e exames finais e um resumo das principais ocorrências da escola durante o ano, bem assim haver acatado e cumprido todas as determinações do referido Departamento, na matéria de sua atribuição;

Artigo 6 - As pequenas escolas, que não estiverem ligadas a instituição, com personalidade jurídica, poderão ter uma subvenção anual fixa Cr\$ 450,00 preenchendo os requisitos do art. 3 , letra b,d,f e h e os do artigo 4 sendo que, do registro prévio, na Secretaria da Prefeitura, deverão constar ainda, dados sobre a denominação , sede e fins do estabelecimento, informes sobre o estado e naturalidade do responsável (Diretor ou Regente) e dos professores, número de alunos, inclusive os gratuitos, lotação de matrícula, tempo ativo, horário de aulas e regimento interno.

Artigo 7 - Concluso ao Prefeito o processo e verificado não haver mais diligência alguma à determinar, será dado pela mesma autoridade, despacho fundamentado denegando ou concedendo a subvenção.

Parágrafo 1 - O despacho favorável do Prefeito fixará, também, a importância da subvenção a ser paga, atentas as possibilidades do município, e as finalidade da instituição, baixando-se, em seguida, decreto executivo.

Parágrafo 2 - Ainda, no caso do artigo 6 , torna-se necessário decreto executivo, apesar de conhecido o -----.

### Capítulo III

#### Disposições Gerais

Artigo 8 - Do orçamento anual de despesa do Município, constará uma verba global, destinada à concessão de subvenções, fazendo-se porém, a discriminação de cada uma das dotações para:

- a) subvenções ordinárias;
- b) subvenções extraordinárias;
- c) subvenções fixas a pequenas escolas.

Artigo 9 - É defeso gozarem dos favores da presente lei às instituições que estabelecerem desigualdades ou distinção entre os naturais de um ou outro Estado ou município, e distinção de domicílio ou residência não estabelecidos na Constituição e Leis Federais.

Artigo 10 - Haverá, na Prefeitura Municipal, um registro de todas as instituições subvencionadas na forma desta lei, do qual constem dados relativos às suas atividades e histórico de suas relações com o Governo Municipal.

Artigo 11 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação .

Prefeitura Municipal de Videira, 12 de maio de 1944.

Prefeito Municipal